



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOSÉ FRANCELINO GALDINO NETO

**O QUE A AMÉRICA LATINA PRODUZ SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS?**

Recife
2024

JOSÉ FRANCELINO GALDINO NETO

**O QUE A AMÉRICA LATINA PRODUZ SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho

Recife

2024

Catálogo na Fonte

Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

G149q

Galdino Neto, José Francelino.

O que a América Latina produz sobre teoria de Relações Internacionais? / José Francelino Galdino Neto . – 2024.

151 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Dalson Britto Figueiredo Filho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2024.

Inclui referências.

1. Ciência política. 2. Teoria de Relações Internacionais. 3. América Latina. 4. Sul global. 5. Epistemologia. 6. Ontologia. 7. Metodologia. I. Figueiredo Filho, Dalson Britto (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-101)

JOSÉ FRANCELINO GALDINO NETO

O QUE A AMÉRICA LATINA PRODUZ SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais.

Aprovada em: 08 / 04 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Rafael Cardoso Sampaio (Examinador Externo)
Universidade Federal do Paraná

Profº. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Profº. Dr. Henrique Zeferino de Menezes (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Para Maria Célia Galdino e Francisco de Assis Galdino.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus e a minha família. Durante os últimos anos atravessei diversos desafios. Sem vocês nada disso seria possível. Gostaria de destacar minha esposa, Vanessa Lira, como principal base de sustentação da minha vida. Vanessa, tudo é por você e para você. Também gostaria de agradecer a minha mãe, Ana Lúcia, que sempre acreditou em mim, desde o momento que decidi seguir carreira acadêmica, através dela agradeço ao meu irmão, Vinicius, aos meus tios, tias, primos e primas, e ao meu avô, Joaquim Nascimento, símbolo de integridade e humildade. Também gostaria de agradecer a todos os meus amigos e amigas, que sempre estiverem do meu lado ao longo dessa caminhada. Ser professor e pesquisador no Brasil cobra consistência, perseverança e fé em dias melhores.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que foram fundamentais em minha carreira acadêmica, mas que não puderam ver em vida o fim desse ciclo. Primeiramente, gostaria de agradecer a você, pai, Francisco de Assis Galdino, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e foi o meu grande exemplo, como ser humano, sempre focado em ajudar o próximo. Também gostaria de agradecer a minha tia, Maria Célia Galdino, professora e educadora, minha principal inspiração profissional. Tenha certeza, Titia, que você nunca me abandonou, nem mesmo na sua doença, eu sempre tive seus conselhos no meu coração. Também gostaria de agradecer a você, Vovó Valdiza, por todos os ensinamentos ao longo da vida. A senhora nunca será esquecida.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dalson Figueiredo Filho, por ter comprado a ideia do projeto e ter me incentivado desde início. Também gostaria de agradecer a todos os membros da minha banca, na figura do Prof. Henrique Menezes. Henrique, além de um grande amigo, pode ter certeza de que você é a minha grande inspiração em estudar TRI. Também gostaria de agradecer a Profa. Liliana Fróio por ter me incentivado e dito, literalmente, que eu deveria ser professor no meu último dia de aula na graduação. Também gostaria de agradecer a todos os meus professores da UFPB e da UFPE e aos meus colegas da UEPB. Finalmente, a FACEPE, pela bolsa de doutorado. Sem investimento não existe pesquisa de qualidade.

“What – or perhaps who – is IR theory for? [...]”. (Brown, 2016, p. 65).

RESUMO

O que a América Latina produz sobre Teoria de Relações Internacionais? O objetivo dessa tese de doutorado é mapear as estruturas institucionais, conceituais e intelectuais da subárea de teoria dentro da disciplina de Relações Internacionais. Para isso, caracterizamos e comparamos os principais artigos publicados internacionalmente com aqueles publicados na América Latina nos últimos 30 anos. Assim, construímos três bases de dados inéditas a partir de artigos coletados na *Web of Science*, *Scopus* e *SCImago*. No total foram analisados cerca de 1900 artigos sobre o tema a partir da combinação de técnicas bibliométricas e de análise de conteúdo. Entre os principais achados destacamos a ascensão da Turquia e do Brasil na produção teórica global, mas a permanência do domínio institucional, conceitual e intelectual de Estados Unidos da América e do Reino Unido. Especificamente para a América Latina existe uma produção teórica significativa, contudo esta ocupa ainda um papel secundário a nível global dentro das Teorias de Relações Internacionais.

Palavras-chave: teoria de relações internacionais; américa latina; sul global; epistemologia; ontologia; metodologia.

ABSTRACT

What does Latin America contribute to the field of Theory of International Relations? The objective of this research is to map the institutional, conceptual, and intellectual structures of the subfield of theory within the discipline of International Relations. To do this, we characterized and compared the main articles published internationally with those published in Latin America over the past 30 years. Thus, we built three unprecedented databases from articles collected in the Web of Science, Scopus, and SCImago. In total, about 1900 articles on the topic were analyzed using a combination of bibliometric techniques and content analysis. Among the main findings, we highlight the rise of Turkey and Brazil in global theoretical production, but the persistence of institutional, conceptual, and intellectual dominance by the United States of America and the United Kingdom. Specifically, for Latin America, there is significant theoretical production, but it still occupies a secondary role globally within International Relations Theories.

Keywords: theory of international relations; latin America; global south; epistemology; ontology; methodology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA ANÁLISE DE 1.868 ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS ENTRE 1993 E 2023?	15
2.1	Introdução	15
2.2	TRI: O que é, o que <i>não</i> é e por que importa?	16
2.2.1	O que é uma Teoria de Relações Internacionais?	16
2.2.2	Uma breve história dos debates teóricos na evolução da disciplina	21
2.2.3	O que <i>não</i> é uma Teoria de Relações Internacionais	28
2.2.4	Por que importa?	31
2.3	Metodologia	33
2.3.1	Coleta e Análise dos dados	38
2.4	Resultados e discussão	39
2.4.1	Web of Science	39
2.4.2	Scopus	52
2.4.3	Retomando as hipóteses	63
2.5	Considerações finais	66
3	O QUE A AMÉRICA LATINA PRODUZ SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?	69
3.1	Introdução	69
3.2	O conceito de América Latina	71
3.3	Uma breve história das teorias internacionais latino- americanas	79
3.4	Características da disciplina de RI na América Latina	87
3.5	Metodologia	90
3.5.1	Coleta e análise dos dados	91
3.6	Resultados e discussão das hipóteses	101
3.6.1	Características gerais dos 43 artigos	101
3.6.2	Avaliando as hipóteses	104

3.7	Discussão entre os artigos	118
3.8	Os repositórios latino-americanos: Redalyc e Latindex	127
3.9	O lugar da América Latina na produção global de TRI	134
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

O que a América Latina produz sobre Teoria de Relações Internacionais (TRI)? O objetivo dessa tese de doutorado é mapear as estruturas institucionais, conceituais e intelectuais da subárea de teoria dentro da disciplina de Relações Internacionais (RI). Para isso caracterizamos e comparamos os principais estudos sobre TRI publicados internacionalmente com os estudos publicados na região da América Latina nos últimos 30 anos. O intuito é identificar as contribuições teóricas da produção latino-americana para compreensão dos fenômenos que são objeto de estudo das Relações Internacionais. Por muito tempo a América Latina foi um tema de pesquisa da disciplina, mas pouco se sabe sobre a interpretação dos pesquisadores latino-americanos sobre esta. Existe, portanto, uma diferença importante entre a produção sobre a América Latina e a produção na América Latina. A partir desse trabalho, espera-se contribuir com uma visão inédita sobre a produção teórica das Relações Internacionais possuindo como foco os artigos publicados em periódicos latino-americanos.

A tese está estruturada em dois capítulos principais. Estes dialogam entre si, mas também funcionam de forma independente. No primeiro o objetivo é identificar as principais características institucionais, conceituais e intelectuais da produção global em TRI nos últimos 30 anos. O fim de Guerra Fria marcou um período de mudanças fundamental para a disciplina de Relações Internacionais, principalmente através da sua abertura para novas abordagens teóricas (Smith, 2000), inclusive com sua popularização em regiões como América Latina (Tickner, 2003). Por essa razão, escolhemos o recorte temporal entre 1993 e 2023.

Para realização da pesquisa, construímos duas bases de dados inéditas a partir de amostras coletadas nos dois principais repositórios online sobre artigos acadêmicos: *Web of Science* e *Scopus*. No total analisamos os metadados de 1.868 artigos selecionados a partir de critérios rígidos de inclusão e exclusão. Optamos por selecionar apenas pesquisas que tivessem como foco a produção, discussão e teste de teorias de relações internacionais. A partir de análises bibliométricas, conseguimos construir redes com as principais citações de fontes bibliográficas, conceitos e

autores. Esses dados nos fornecem indícios importantes sobre o desenvolvimento da subárea de TRI através das suas bases institucionais, conceitos e intelectuais.

No primeiro capítulo ainda exploramos os conceitos básicos sobre metateoria (ontologia, epistemologia e metodologia) para explicar o que seriam as TRI, o que não seriam e a importância dessa discussão. Esse capítulo possui um objetivo exploratório-descritivo, por isso apresentamos as três seguintes hipóteses sobre as características globais da subárea: H1) permanece o domínio institucional, conceitual e intelectual dos Estados Unidos e do Reino Unido na disciplina; H2) o positivismo permanece como base ontológica, epistemológica e metodológica dos artigos mais co-citados e; H3) os pesquisadores do Sul Global permanecem a margem do debate sobre a construção teórica da disciplina.

No segundo capítulo exploramos a pergunta principal da pesquisa: o que a América Latina produz sobre TRI? O capítulo também está estruturado em dois momentos. No primeiro momento discutimos o próprio conceito de América Latina, seus limites e potencialidades para uma pesquisa com esse objetivo. Na sequência, ainda na primeira parte do capítulo, apresentamos de forma sucinta as principais contribuições teóricas que a região produziu para o estudo das Relações Internacionais. Assim, discutimos algumas das principais contribuições presentes na literatura sobre América Latina e Relações Internacionais. Um exemplo desse tipo de abordagem seria a teoria da dependência, entre outras. Dessa forma, refletimos porque a maioria dessas teorias não participa diretamente dos grandes debates teóricos que estruturaram as Relações Internacionais (Barasuol; Silva, 2016, Bernal-Meza, 2016; Julião, 2011).

As contribuições teóricas latino-americanas são, em grande medida, oriundas de outras ciências sociais, como: sociologia, economia política, filosofia, antropologia, ciência política e história. Importante ressaltar que essa não é uma característica exclusiva da produção da América Latina. Segundo Nicholas Onuf (2023), as teorias de relações internacionais se desenvolvem nas bordas das outras ciências humanas e sociais. Isso significa na prática que existe uma influência direta da evolução de outras disciplinas dentro da evolução teórica das RI ao longo do tempo. Contudo, essa posição periférica não limitou o surgimento de teorias no estudo das relações internacionais dentro do Norte Global. Pelo contrário, acreditamos que foi fator-chave na construção de uma disciplina marcada pelo pluralismo teórico e metodológico (Checkel, 2013; Jackson, 2016; Lamont, 2022).

Na América Latina acreditamos que esse processo não foi igualmente homogêneo. Isso não é uma característica negativa a priori, mas demonstra como o estudo de RI, e especificamente de TRI, não esteve ao alcance dos pesquisadores latino-americanos durante boa parte do século XX. Portanto, a influência das outras ciências criou dentro da América Latina uma maior ênfase em outras subáreas das RI, como na economia política internacional, nos processos de integração regional e nos modelos de análise de política externa. Distanciando, assim, a região da produção teórica da disciplina no nível global (Bernal-Meza, 2016).

Na segunda parte desse capítulo realizamos uma análise de conteúdo categorial a partir de um banco de dados original formado por artigos coletados em 21 periódicos latino-americanos, classificados como aqueles com maior fator de impacto na plataforma *SCImago Journal and Country Rank*. Assim, foram selecionados 43 artigos que tinham foco em teoria de relações internacionais, publicados entre 1990 e 2023. Mais uma vez, utilizamos critérios rígidos de inclusão e exclusão dos artigos, a fim de filtrar a subárea de TRI, e não contemplar estudos que refletem a disciplina como um todo, como fazem outros estudos (Medeiros *et al.*, 2016; Kristensen, 2018; Novelli, 2022).

Diferentemente de outros estudos realizados com objetivos semelhantes todos os 43 artigos foram lidos na íntegra (Medeiros *et al.*, 2016; Codato *et al.*, 2020; Rezende, 2023). A partir da análise de conteúdo categorial, extraímos dados sobre as bases institucionais, conceituais e intelectuais da disciplina para a produção na América Latina. Nossa abordagem epistemológica nesse capítulo foi crítica-normativa (Lamont, 2022). Acreditamos que as teorias de forma consciente (ou inconsciente) apresentam uma visão de mundo (Marsh *et al.*, 2017). Dada a diversidade de reflexões metateóricas sobre a disciplina de relações internacionais, apresentamos nesse capítulo mais três hipóteses descritivas a serem testadas. Totalizando as seis hipóteses presentes na tese. Comparamos os resultados dessa parte da tese com aqueles encontrados no primeiro capítulo, com o objetivo de localizar a produção latino-americana em uma perspectiva global.

A quarta hipótese (H4) é sobre a baixa diversidade institucional e nacional dos autores latino-americanos que conseguem produzir sobre teoria. Esperamos que os países historicamente mais desenvolvidos da região sejam aqueles com mais representantes: Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia. A quinta hipótese (H5) é de que a produção latino-americana em TRI ainda possui como base autores

internacionais do Norte Global. A sexta hipótese (H6) é de que existe uma espécie de isolamento linguístico na produção teórica latino-americana, em virtude de as línguas nativas não serem de origem anglo-saxã.

Em suma, esperamos encontrar as bases institucionais, conceituais e intelectuais da produção teórica latino-americana para a subárea de TRI, identificando, assim, as principais contribuições e agendas de pesquisa dos pesquisadores que publicam nos periódicos da região. Gostaríamos que nossa pesquisa mostrasse a importância da teoria para a qualidade da pesquisa científica na área e porque é importante ter representatividade nos modelos teóricos propostos. A partir da comparação da produção latino-americana com a produção global, podemos entender nosso lugar dentro da formação teórica da disciplina de Relações Internacionais.

2 O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA ANÁLISE DE 1.868 ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS ENTRE 1993 E 2023?

2.1 Introdução

O objetivo desse capítulo é mapear a produção global em Teoria de Relações Internacionais nos últimos 30 anos apresentando como resultado suas estruturas institucionais, conceituais e intelectuais. Para isso utilizaremos duas bases científicas: *Web of Science* (296 artigos) e *Scopus* (1.572 artigos). Analisamos através de técnicas bibliométricas 1.868 artigos científicos, especificamente de TRI. Visando garantir as boas práticas científicas com transparência, os bancos de dados, juntamente com todo material utilizado para replicação dos resultados encontrados, estão disponibilizados de forma gratuita em repositório online¹.

Quais são as características institucionais, conceituais e intelectuais da produção global em Teoria das Relações Internacionais? O desenho de pesquisa exploratório e descritivo adotado nesse capítulo possui como propósito identificar a evolução da produção teórica da disciplina entre 1993 e 2023. Os últimos 30 anos foram marcados por eventos importantes dentro do sistema internacional influenciados pelos avanços tecnológicos da globalização. Ao mesmo tempo, ocorreu a expansão do estudo das Relações Internacionais, originalmente nascida no Norte Global (Hoffmann, 1977; Wæver, 1998). Como resultado do fim da Guerra Fria, a disciplina diversificou suas abordagens teóricas e se fez presente em regiões periféricas do Sul Global (Smith, 2000; Tickner, 2003, Julião, 2011, Barasuol; Silva, 2016, Bernal-Meza, 2016). Esse período é fundamental para entender as características institucionais, conceituais e intelectuais da disciplina de RI atualmente.

A partir de estudos anteriores sobre o tema, apresentamos três hipóteses. A primeira hipótese (H1) investiga se ainda permanece o domínio das teorias e dos autores estadunidenses e britânicos nos artigos sobre TRI. A segunda hipótese (H2) testa se o positivismo ainda fornece a base ontológica, epistemológica e metodológica das teorias mais co-citadas. A terceira hipótese (H3) espera observar uma continuidade do papel periférico dos autores do Sul Global na produção teórica da

¹ Disponível em: <https://osf.io/nw94c/>.

disciplina. Os resultados bibliométricos das duas bases indicam que nossas expectativas estavam corretas. Contudo, existe um achado importante: a ascensão de Turquia e Brasil na produção em TRI, principalmente na última década.

O capítulo está estruturado em dois momentos. Na primeira parte iremos apresentar os conceitos básicos para se entender a importância das teorias de relações internacionais para o nascimento, consolidação e desenvolvimento da disciplina como uma ciência social autônoma. Iremos explicar o que é uma teoria de RI, o que não é uma teoria e porque essa discussão é importante. Essa parte mostra os benefícios da utilização correta e consciente de uma teoria dentro da produção de uma pesquisa científica. Ainda nesse primeiro momento, iremos apresentar os grandes debates que estruturaram o desenvolvimento teórico da disciplina. O objetivo é duplo. Primeiro, mostrar uma versão simplificada que discute a importância dos elementos metateóricos dentro do desenvolvimento das Relações Internacionais. Segundo objetivo é mostrar como é excludente a historiografia teórica oficial da disciplina, focada nas teorias provenientes de Estados Unidos da América (EUA) e Europa Ocidental. Por fim, no segundo momento do capítulo iremos realizar nossas análises bibliométricas e cientométricas a partir de *softwares* gratuitos que facilitam a construção de redes de citações de fontes, autores e conceitos. Todo o processo de coleta e análise de dados e as suas potenciais limitações são apresentadas ao final do capítulo.

2.2 TRI: O que é, o que não é e por que importa?

2.2.1 O que é uma Teoria de Relações Internacionais?

Nesta tese adotamos como conceito de teoria de relações internacionais um conjunto de ideias e pressupostos utilizados para interpretar e explicar os processos de cooperação e conflito entre os diferentes atores internacionais, sejam estes Estados nacionais ou comunidades ribeirinhas do Amazonas. As teorias funcionam como base para a construção de modelos de análise que guiam os pesquisadores, facilitando a reflexão crítica sobre fenômenos multidimensionais complexos. A partir das teorias podemos propor novos conceitos e hipóteses explicativas, buscando em alguma medida resolver problemas e propor, assim, soluções. Estas, por sua vez,

podem ser transformadas em políticas públicas internacionais, provando mudanças positivas na vida das pessoas ao redor do globo.

Os principais conceitos mobilizados pelas TRI ao longo da história da disciplina, que começa oficialmente em 1919 na Universidade de Aberystwyth (Reino Unido), são: poder, guerra, paz, cooperação, integração, conflito, segurança, desenvolvimento, cultura e religião (Knutsen, 2016). Nesse sentido, uma teoria da política internacional possui como objetivo primário entender as relações entre todos os tipos de atores políticos, econômicos e sociais de forma holística (Buzan *et al.*, 1993; Wendt, 1999; Guzzini, 2013). A partir do passado, os teóricos analisam cenários possíveis para explicação dos fenômenos, com o objetivo de facilitar a cooperação e diminuir os riscos da guerra.

Entretanto, a definição formal sobre o que seria uma TRI não é um ponto pacífico. Praticamente todos os grandes teóricos da disciplina propuseram sua própria interpretação sobre o conceito de teoria, especificamente para uma área complexa em termos de formação, como é o caso das Relações Internacionais. Segundo Aron (1967), a construção teórica da disciplina é influenciada por outras áreas das ciências humanas e sociais, como: sociologia, história, economia, direito e ciência política. Logo, as Relações Internacionais não possuem uma matriz filosófica original como as outras ciências sociais e pega emprestado dessas as suas bases conceituais (Wight, 1960, Onuf, 2023).

As Relações Internacionais são uma ciência social, como tal, suas teorias são compostas por três elementos-chave: a) ontologia; b) epistemologia e; c) metodologia (Marsh *et al.*, 2017; Kurki; Wight, 2021). A ontologia deriva da metafísica, disciplina da Filosofia, e significa a "teoria do ser". Nas teorias de relações internacionais, a ontologia serve para refletir sobre quais atores devem ser o foco da análise, como Estados, organizações internacionais, empresas multinacionais, sociedades transnacionais, ou os próprios indivíduos. Além disso, a reflexão ontológica impacta na análise das relações entre os atores e como estas são percebidas dentro do sistema internacional. Portanto, a ontologia serve como base de qualquer teoria científica, pois delimita a natureza do objeto de estudo.

A epistemologia também é uma disciplina da Filosofia, sendo definida como a teoria do conhecimento. Ela é responsável dentro da Filosofia da Ciência por definir as possibilidades e limites do conhecimento humano. Em outras palavras, a epistemologia tenta explicar como sabemos o que sabemos. A reflexão

epistemológica traz para o cientista algumas questões fundamentais ao propor uma teoria, como: "o que é conhecimento?" e "como ele pode ser adquirido de uma forma objetiva?". Especificamente dentro das Relações Internacionais, a epistemologia molda a forma como os pesquisadores constroem seus modelos de análise para explicar os eventos internacionais (Lebow, 2022). No seu nascimento como ciência autônoma e por boa parte do século XX a principal epistemologia presente na disciplina foi o positivismo, algo comum a outras ciências sociais (Sil; Katzenstein, 2010; Mearsheimer; Walt, 2013; Kristensen, 2018). Para esta abordagem, o conhecimento científico verdadeiro pode ser adquirido através da observação de fatos empíricos, especificamente por sua repetição. Dentro do estudo das relações internacionais, o positivismo inspira os teóricos a emular o rigor das ciências naturais através da adoção de técnicas de pesquisa semelhantes às aplicadas em outros objetos de estudo.

Existem ainda diversas alternativas epistemológicas consideradas pós-positivistas, nas teorias de relações internacionais. As principais seriam: a) interpretativismo; b) teorias críticas e; c) teorias normativas (Lamont, 2022). O que une essas abordagens é acreditar que o conhecimento científico é possível, mas não é neutro (Marsh *et al.*, 2017). Os interpretativistas acreditam que o mundo real traz consigo uma gama de significados omitidos da realidade, que devem ser interpretados pelo cientista social. Acreditam que o pesquisador não consegue se distanciar totalmente do seu objeto de estudo e por isso é necessário entender que a interpretação de cada um é carregada de significados próprios, resultado de contextos políticos, econômicos e sociais.

As teorias críticas, espaço onde coexistem diferentes linhas, como as marxistas e as feministas, concordam com os interpretativistas e vão além, pois acreditam que o conhecimento possui um papel social de mudança e por isso desempenha um papel emancipatório (Lamont, 2022). Então, além de explicar as relações internacionais, a teoria nessa abordagem epistemológica, precisa propor soluções (Cox; Sinclair, 1996). Por fim, a epistemologia normativa adiciona basicamente uma nova camada, uma vez que acredita que devemos mostrar claramente quais atores internacionais devem pagar os custos dessas soluções (Erskine, 2021). Por exemplo, muitos conflitos que ocorrem no Sul Global são consequência direta (ou indireta) de processos coloniais de países europeus, principalmente quando avaliamos criticamente as fronteiras dos países africanos e como estas foram delimitadas. Nesse

sentido, teorias normativas entendem que os responsáveis por essas questões devem financiar as soluções através de políticas públicas internacionais (Lamont, 2022).

Não faltam abordagens epistemológicas para pensar sobre teorias de relações internacionais. A escolha define quais tipos de pergunta uma pesquisa será capaz de responder, quais métodos poderão ser utilizados e como o pesquisador conseguirá interpretar seus resultados. Assim, chegamos ao nosso último elemento metateórico que compõe toda teoria científica, a metodologia. A teoria do método é derivada diretamente da reflexão ontológica e epistemológica e é composta pelo conjunto de métodos para coleta, análise e interpretação dos dados de interesse. Nas Relações Internacionais, a metodologia desempenha um papel fundamental: como serão testadas as teorias frente ao mundo real. Existem diferentes abordagens metodológicas, a exemplo dos desenhos de pesquisa experimentais e observacionais. Devido às dificuldades técnicas e éticas, muitas vezes não é possível realizar experimentos nas ciências sociais, por isso os desenhos de pesquisa observacionais se tornaram mais utilizados, através dos métodos quantitativos, qualitativos e mistos. Contudo, é importante ressaltar que independente da abordagem, a pesquisa científica possui a mesma lógica de inferência (King *et al.*, 2021; Gerring, 2012).

De forma simplificada, os métodos de coleta e análise de dados quantitativos trabalham com dados numéricas e estatísticos, a chamada linguagem formal (Lamont, 2022). A abordagem quantitativa é associada ao positivismo e busca através da análise de grandes bancos de dados, buscar padrões, correlações, e de forma mais delimitada, relações de causa e efeito entre variáveis de interesse para explicar determinado fenômeno internacional (Marsh *et al.*, 2017; Lamont, 2022). Na disciplina de relações internacionais esse tipo de metodologia é utilizado nos mais diversos temas de pesquisa, como: ocorrência de guerras; arranjos cooperativos; sucesso ou fracasso de regimes internacionais; processos de integração regional; padrões de votação em organizações internacionais (Mearsheimer; Walt, 2013; Lake, 2013).

Para os métodos qualitativos, o foco não são os dados numéricos, mas os dados em formato de texto, ou até mesmo de imagens, a partir de tecnologias recentes (Pinto, 2023). Podemos associar esse tipo de metodologia às abordagens pós-positivistas por buscarem nesses artefatos refletir contextos, significados e processos políticos, econômicos e sociais. A análise de discurso e a etnografia são exemplos importantes desse tipo de pesquisa. Contudo, dentro das Relações Internacionais existe uma forte tradição de estudos positivistas e qualitativos, essa é uma

característica importante da disciplina. Por sua vez, os métodos mistos buscam combinar de uma forma lógica ferramentas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa. Contudo, essa escolha deve estar condicionada ao objetivo da pesquisa, assim como a sua ontologia, epistemologia e a disponibilidade de dados. Os métodos mistos possuem diferentes estratégias de execução: a) desenhos mistos convergentes; b) pesquisa exploratória sequencial; c) pesquisa explanatória sequencial e; d) quase-experimentos (Lamont, 2022).

Nos desenhos mistos convergentes, o objetivo da metodologia é obter diferentes tipos de coleta e análise dos dados de forma complementar para avaliar se os resultados são consistentes ou não. Na pesquisa exploratória sequencial, os métodos qualitativos de coleta e análise dos dados são utilizados primeiramente para a construção das hipóteses teóricas que serão testadas, em sequência pelos métodos quantitativos. Por sua vez, a pesquisa explanatória sequencial segue o processo inverso, inicia a análise com os dados e técnicas quantitativas e a partir desse processo, são identificados casos desviantes, nos quais serão realizados estudos específicos com foco em métodos qualitativos. O objetivo continua ser testar se os resultados se mantêm com a mudança metodológica. Por fim, os quase-experimentos são desenhos de pesquisa que tentam emular a seleção aleatória da amostra, elemento-chave dos desenhos experimentais, de uma forma alternativa. Assim, os desenhos quase-experimentais podem ser considerados um tipo de método misto, pois muitas vezes combinam diferentes estratégias (quanti-quali) para conseguir esse resultado complexo (Lamont, 2022).

A partir dessa reflexão metateórica é possível entender que as teorias de relações internacionais possuem diversas ontologias, epistemologias e metodologias. O pluralismo teórico e metodológico são características da disciplina, principalmente após o fim da Guerra Fria (Checkel, 2013; Jackson, 2016; Santana *et al.*, 2017). A partir desse momento, existe uma abertura da agenda internacional para temas diversos e complexos, como, aquecimento global, desenvolvimento sustentável, fome, pobreza, desigualdade de gênero, diversas pautas de direitos humanos. Tudo isso ocorre em razão da diminuição da importância da política nuclear simbolizada pela competição entre Estados Unidos e União Soviética durante o período anterior. Em termos de historiografia das teorias de relações internacionais, a evolução da disciplina é contada a partir de grandes debates teóricos (Lake, 2013; Kurki; Wight, 2021; Knutsen, 2016). Essa forma de apresentar a evolução teórica da disciplina

mostra como o foco sempre foram os desdobramentos ocorridos dentro da academia estadunidense, com alguma participação dos britânicos. Até por isso, as Relações Internacionais são acusadas de serem uma disciplina estadunidense em termos teóricos e metodológicos até os dias atuais (Hoffmann, 1977; Villa; Pimenta, 2017). Em todo caso, acreditamos que os debates são uma importante ferramenta pedagógica que facilita a apresentação das principais teorias que dominaram (e ainda dominam) a disciplina dentro e fora dos Estados Unidos.

2.2.2 Uma breve história dos debates teóricos na evolução da disciplina

Apresentar uma breve história da evolução teórica de qualquer ciência é um desafio. Não existem atalhos ideais. Cada escolha será questionada e criticada, pois cada leitor possui suas preferências. Teorias e autores que não poderiam ficar de fora ou que deveriam ser mais bem explorados. Esse cenário não é diferente nas Relações Internacionais. Grande parte dos handbooks, manuais e livros sobre o tema trazem a história da disciplina através de "Grandes Debates". Muitos especialistas acreditam ser uma forma ultrapassada (e fantasiosa) de apresentar a evolução teórica das Relações Internacionais como ciência autônoma, tendo em vista que esses debates nunca ocorreram de fato e/ou estavam restritos a academia estadunidense. Na verdade, estes seriam utilizados como ferramentas artificiais para construir o mito das Relações Internacionais como disciplina independente das demais ciências humanas e sociais (Weber, 2020).

Entretanto, acreditamos que apresentar a história da disciplina a partir dos Grandes Debates possui um importante caráter pedagógico. No *trade-off* entre generalização e profundidade, defendemos que discutir a história da disciplina de Relações Internacionais a partir desses marcos temporais é uma opção eficiente para inserir novos pesquisadores no tema. Esses eventos imaginários discutem os principais desenvolvimentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos das teorias de RI como uma disciplina estadunidense, ou no máximo anglo-saxã. Logo, não podemos ignorar essa limitação ao utilizar essa história como oficial. Contudo, a partir dos Grandes Debates podemos apresentar importantes discussões metateóricas complexas de uma forma mais pedagógica dentro de uma linha do tempo, o que facilita a percepção sobre os impactos de cada discussão,

principalmente para pesquisadores de outras áreas. Mais uma vez, existem outras opções. Essa não é a única história da disciplina. Mas é aquela que melhor explica o atual estágio das Relações Internacionais.

Dito isso, não existe consenso dentro da literatura acadêmica sobre o número exato de debates, mas iremos optar pela versão mais completa dessa história (Lake, 2013). Iremos apresentar de forma resumida os quatro debates que, em nossa interpretação, definiram o surgimento e consolidação das teorias de relações internacionais. Importante ressaltar que esse é um dos motivos pelos quais é pouco provável encontrar autores do Sul Global publicando sobre Teoria das Relações Internacionais dentro da história da disciplina. Esses autores geralmente são encontrados em estudos temáticos sobre suas regiões de origem, como a América Latina (Tickner, 2003). Outra questão importante é que os autores destacados nessa parte do texto não são os únicos representantes das suas respectivas correntes teóricas. Como ressaltado anteriormente, essa apresentação possui escolhas e limitações. Por fim, também é objetivo dessa parte apresentar uma versão resumida da evolução teórica da disciplina até o início da década de 1990, pois é justamente nesse período que nossa análise empírica da produção global de TRI se inicia.

O primeiro grande debate ocorre entre as décadas de 1920 e 1950 e possui um caráter essencialmente ontológico. Aquilo que está em disputa é a própria natureza do objeto de estudo da nova disciplina: o mundo como ele deveria ser ou o mundo como de fato é. A grande motivação do nascimento das Relações Internacionais é o resultado catastrófico da I Guerra Mundial, o objetivo seria criar soluções para que nada parecido ocorresse novamente através do conhecimento científico. A primeira teoria é o Idealismo e possui como principais símbolos o livro "A Grande Ilusão" do político e jornalista britânico Norman Angell, publicado em 1910, e Prêmio Nobel da Paz em 1933 (Angell, 2010) e o ex-presidente estadunidense, o democrata Woodrow Wilson (1913-1921), responsável pelos 14 pontos e um dos principais idealizadores da Liga das Nações (1920-1946) (Wilson, 1918). Os teóricos idealistas defendiam as abordagens ontológicas e epistemológicas normativas e acreditavam que seu papel era propor soluções sobre o funcionamento ideal da política internacional. Acreditavam, assim, na capacidade do direito internacional e dos arranjos cooperativos, principalmente econômicos, de mitigar os conflitos internacionais. Essas estruturas seriam promotoras de estabilidade, comunicação e, conseqüentemente, paz entre os Estados. A natureza humana também se apresenta como um conceito

de análise importante nesse primeiro debate e para os idealistas esta é essencialmente boa, portanto, capaz de cooperar sob as condições adequadas (Angell, 2010).

Contudo, a eclosão da II Guerra Mundial em 1938 e o fracasso da Liga das Nações, inclusive com a não participação dos EUA desde seu nascimento, incentivaram o surgimento de uma nova abordagem teórica baseada em filósofos políticos clássicos, como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. O pensamento realista surge nas Relações Internacionais com o livro "Vinte anos de crise" do historiador britânico Edward H. Carr, originalmente publicado em 1946 (Carr, 1981). O autor critica os idealistas caracterizando estes de utópicos. Acredita que eles superestimaram a capacidade do direito internacional e da cooperação como ferramentas para paz e propõe uma interpretação mais equilibrada, que também leve em conta a política de poder necessária dentro de um sistema internacional anárquico.

Carr (1981) inicia a crítica realista aos defensores do idealismo, mas é o cientista político alemão, naturalizado estadunidense, Hans Morgenthau, que a consolida em uma teoria de relações internacionais. Em a "Política entre as Nações", publicado originalmente em 1948, Morgenthau (2003) defende o conceito da balança de poder para explicar como os conflitos podem ser minimizados dentro da política internacional. Esses autores são a base do chamado "Realismo Clássico". Além desses ainda podemos citar o francês Raymond Aron e o estadunidense Reinhold Niebuhr (Donnelly, 2000).

Em linhas gerais, para o Realismo Clássico, os Estados são os protagonistas da política internacional e seus comportamentos são influenciados pelas características negativas da anarquia, na qual a ausência de autoridade política legítima faz com que cada Estado tenha que lutar por sua própria sobrevivência. Na interpretação dos realistas, seguindo a linha de pensamento de Maquiavel e Hobbes, a natureza humana seria essencialmente má, egoísta e sempre a procura de poder. Nesse sentido, estratégias como a balança de poder serviriam para mitigar os efeitos negativos de todos esses elementos, que favorecem a ocorrência de conflitos internacionais.

O segundo grande debate ocorre entre as décadas de 1950 e 1960 e possui o enfoque ontológico e metodológico. A disputa foi definida entre teóricos tradicionalistas, que defendiam a análise histórica e interpretativa, na qual a natureza humana desempenhava um papel explicativo-chave e os teóricos behavioristas, que

defendiam a utilização do mesmo rigor metodológico das ciências exatas e buscavam, assim, eliminar da análise fatores subjetivos. A chamada "Revolução Behaviorista" foi um marco na evolução teórica das ciências sociais e causou impacto definitivo na história das RI (Kaplan, 1966; Kurki; Wight, 2021; Lamont, 2022; Lebow, 2022). Na edição especial da *World Politics* publicada originalmente em 1966, Morton Kaplan (1966) defende a utilização dos métodos científicos na análise das relações internacionais, confrontando as críticas dos teóricos tradicionalistas, como Morgenthau, Aron e Neibuhr, que argumentavam contra o uso desse tipo de metodologia. O autor, por sua vez, argumentava que a suposta inaplicabilidade dos métodos científicos devido à complexidade do elemento humano das relações internacionais, era baseada no mal interpretação ou na aplicação inadequada desses métodos.

Kaplan (1966) defende, então, que os modelos teóricos behavioristas, quando bem aplicados, fornecem insights valiosos e aprimoram nosso entendimento sobre a política internacional. Assim, os métodos científicos são ferramentas heurísticas, não substitutos da realidade, e que são essenciais para a evolução teórica da disciplina. Finalmente, Kaplan (1966) critica as abordagens tradicionalistas por sua falta de rigor teórico e metodológico e por realizar generalizações amplas sem base empírica suficiente. Uma das consequências foi o surgimento de uma nova subárea, a análise de política externa (APE) (Rosenau, 1968; Allison, 1971; Starr, 1988; Hudson, 2008). Idealistas e Realistas, que nesse momento enfrentaram as mesmas críticas, a partir do choque metodológico, se reinventaram sem perder seus principais conceitos.

Dessa forma, surge o terceiro grande debate. As novas versões, chamadas de Neorealismo (ou Realismo Estrutural) e Neoliberalismo (ou Institucionalismo-Liberal), incorporaram o rigor metodológico dos behavioristas e descartam a natureza humana como fator explicativo. Existem inúmeras abordagens dentro dessas duas grandes correntes teóricas, contudo, por questões de foco iremos apresentar somente os autores mais citados e que tiveram mais impacto para o desenvolvimento da disciplina: o neorealista estadunidense, Kenneth Waltz, e seu compatriota, o institucionalista-liberal, Robert Keohane, respectivamente professores e pesquisadores da Universidade Berkeley (EUA) e da Universidade de Princeton (EUA).

Keohane e Nye Jr. (1977) apresentam a teoria da interdependência complexa como resposta dupla ao Realismo Clássico e aos behavioristas. Essa abordagem

defende que as relações entre os atores internacionais são compostas de múltiplas conexões econômicas e políticas e que, independentemente das capacidades internas dos Estados, existem vulnerabilidades que influenciam o processo de tomada de decisão. Assim, o desenvolvimento dos arranjos cooperativos e integrativos pode reduzir a probabilidade de conflitos e guerras. A teoria da interdependência complexa pode ser instrumentalizada em hipóteses explicativas para medir associações (correlações) entre variáveis como aumento do fluxo comercial entre Estados e a diminuição de conflitos regionais, por exemplo.

Originalmente publicado em 1979, o livro "Teoria da Política Internacional" de Waltz (2010) serviu como uma resposta realista frente a modernização dos idealistas. O Neorealismo (ou Realismo Estrutural) possui como premissa básica a primazia da estrutura do sistema internacional, marcada pela anarquia, como variável explicativa do comportamento dos Estados. Logo, a estrutura do sistema internacional constrange e orienta o comportamento das unidades que a compõem (Waltz, 2010). Diferentemente das estruturas políticas internas dos Estados, nas quais existe uma hierarquia entre os atores políticos, simbolizada pelo monopólio legítimo do uso da força pelos governos, no sistema internacional essa organização não existe. A distribuição das unidades é disposta de forma horizontal, assim, todos os Estados possuem o mesmo status jurídico, a diferença são as capacidades materiais desses Estados. Nesse ambiente anárquico, cada Estado só pode contar consigo para sobreviver, o que podemos denominar sistema de autoajuda.

Diante desse cenário adverso, as opções estratégicas para a política externa dos Estados se tornam limitadas pela estrutura do sistema. Waltz (2010) também deixa de lado a natureza humana e utiliza em seu lugar a lógica do ator racional para justificar quais comportamentos podem ser esperados para os Estados que de fato quiserem sobreviver dentro sistema internacional. O sucesso do Neorealismo provocou o surgimento de inúmeras vertentes alternativas, como, o neorealismo ofensivo e defensivo. Além disso, o próprio Neoliberalismo de Keohane (1984) foi repensado e publicado como uma nova teoria em 1984 no livro "*After Hegemony*".

Entretanto, parte da literatura não acredita no debate entre neorealistas e neoliberais. Esses argumentam que as duas abordagens possuem muitos pontos em comum, principalmente nos elementos metateóricos. Ou seja, possuem a mesma ontologia, epistemologia e metodologia positivista. Acreditam na separação entre cientista e objeto analisado e na construção de leis gerais a partir da observação da

realidade política internacional. Na verdade, esses autores acreditam que nesse período surge a chamada síntese "neo-neo" (Wæver, 1998), esta funcionaria como espécie de paradigma científico, como definido por Kuhn (2018).

Assim, foi aberto um flanco no início da década de 1980 para o ressurgimento das abordagens marxistas e críticas dentro das teorias de relações internacionais. Segundo Halliday (2007), o materialismo histórico foi parte central da formação e consolidação da disciplina, contudo, pelo enfoque da academia estadunidense, as contribuições marxistas ficaram de lado na historiografia mais contada da disciplina. Além das contribuições ortodoxas, surgiram nesse período pesquisas voltadas para a perspectiva heterodoxa derivada do pensamento de Antonio Gramsci (Cox, 1983; Gill, 1993). Além da influência da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Cox; Sinclair, 1996). Podemos afirmar que o verdadeiro terceiro debate foi disputado entre a síntese neo-neo e as abordagens marxistas.

Em termos metateóricos, essas novas teorias defendiam que as teorias não serviam só para identificar os problemas internacionais, mas também para propor soluções. Defendiam a impossibilidade de separar o pesquisador do seu objeto de pesquisa. Surge, então, a famosa citação de Robert Cox, teórico crítico canadense, de que "toda teoria é feita para alguém e com algum propósito". Em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, as abordagens marxistas eram críticas do positivismo e buscavam repensar totalmente as teorias de relações internacionais (Halliday, 2007; Weber, 2020).

As teorias críticas e o marxismo abrem a caixa de pandora do debate teórico. A partir da década de 1980 e com o fim da Guerra Fria no início da década 1990, uma diversidade de abordagens derivadas de diferentes ciências humanas e sociais invadem a disciplina. Surgem e se consolidam as abordagens feministas (Enloe, 1990; Sylvester, 2002; Tickner, 1992), pós-estruturais (Ashley, 1984; Walker, 1993), pós-coloniais (Kagee, 2019), decoloniais (Mignolo, 2002; Lander, 2005; Ballestrin, 2013), e principalmente, o construtivismo (Wendt, 1992; Onuf, 2013; Adler, 2017), que se tornou junto com Realismo e Liberalismo, a corrente teórica mais utilizada nas pesquisas de relações internacionais (Kristensen, 2018). Além disso, podemos destacar a renascimento do interesse na Escola Inglesa, abordagem que nasceu junto com a disciplina ainda nos 1940, mas por não ter se popularizado nos EUA, foi se desenvolvendo de maneira mais isolada (Dunne, 1998). As semelhanças entre Construtivismo e Escola Inglesa influenciaram essa retomada e desde década de

1990, estas se apresentam como alternativas, uma espécie de terceira via, entre as teorias positivas e as pós-positivistas.

Na Figura 1 apresentamos uma linha do tempo da evolução teórica da disciplina, apresentando obras importantes para cada abordagem. A ideia não é fazer uma síntese, mas somente destacar pesquisas que marcaram de forma importante as etapas dos debates. Interessante notar que essa é uma versão da historiografia das Relações Internacionais e nesta interpretação grande parte do mundo fica de fora. Não são citados pesquisadores latino-americanos, africanos ou asiáticos. Isso mostra que a disciplina de RI até a década de 1990 ainda era pouco global na sua formação intelectual.

Figura 1 – Linha do tempo dos grandes debates teóricos em RI



Fonte: Elaboração própria.

Como dito anteriormente, nesta tese adotamos como conceito de teoria de relações internacionais um conjunto de ideias e pressupostos utilizados para interpretar e explicar os processos de cooperação e conflito entre os diferentes atores internacionais. As teorias funcionam como base para a construção de modelos de análise que guiam os pesquisadores, facilitando a reflexão crítica sobre fenômenos multidimensionais complexos. A partir das teorias podemos propor novos conceitos e hipóteses explicativas, buscando em alguma medida resolver problemas e propor, assim, soluções. Estas, por sua vez, podem ser transformadas em políticas públicas internacionais, provando mudanças positivas na vida das pessoas ao redor do globo.

2.2.3 O que *não* é Teoria de Relações Internacionais

Nenhum desses debates teve um fim objetivo. Podemos entender que todos ainda permanecem abertos (Lake, 2013). Isso demonstra mais uma vez o caráter multidisciplinar das Relações Internacionais, sua pluralidade teórica e metodológica (Checkel, 2013; Jackson, 2016; Santana *et al.*, 2017). Acreditamos que esse tipo de discussão teórica auxilia no desenvolvimento da disciplina. O choque entre diferentes interpretações de mundo produz a necessidade de mudança. A construção da teoria e seu teste empírico são a base da evolução científica (Kuhn, 2018; Lakatos, 1978; Popper, 2013). Contudo, na elaboração de pesquisas de TRI nem sempre acontece esse cenário ideal para a ciência. Segundo Kristensen (2018), existem critérios não estritamente científicos, como prestígio e ideologia do pesquisador, que influenciam na citação de trabalhos científicos, por conseguinte, na produção de artigos científicos. Isso pode afetar a confiança nos critérios de seleção das fontes para a produção do conhecimento.

Dialogando diretamente com essas questões, Robert K. Merton (1968) apresentou o chamado "Efeito Mateus"² para discutir o fenômeno no qual as vantagens acumuladas levam a mais vantagens, ampliando as desigualdades entre aqueles que possuem mais recursos e aqueles que não possuem pouco (ou nada). No contexto da academia e do desenvolvimento científico, o Efeito Mateus faz menção à tendência de os pesquisadores mais renomados receberem mais reconhecimento e recursos, como financiamento, prêmios, e atenção da opinião pública, enquanto pesquisadores menos conhecidos, com contribuições igualmente valiosas, muitas vezes permanecerem sem reconhecimento.

Segundo Merton (1968), o Efeito Mateus não só amplifica a visibilidade e o prestígio dos cientistas já famosos, mas também produz obstáculos para os novos pesquisadores se destacarem. O fenômeno desempenha um papel-chave na estruturação e permanência das desigualdades dentro das universidades e demais instituições de pesquisa, influenciando quem recebe oportunidades para avançar com sua carreira e quem não terá igual acesso aos recursos necessários para evoluir. O artigo publicado em 1968 na *Science* foi um marco nos estudos críticos sobre

² Seu nome é derivado de um versículo do Evangelho de Mateus na Bíblia: "Porque a todo aquele que tem, será dado mais, e terá em abundância; mas daquele que não tem, até o que tem lhe será tirado" (Mateus 25:29).

sociologia da ciência. Destacando, mais uma vez, que existem outros fatores que influenciam no reconhecimento e financiamento de pesquisas científicas para além de questões puramente técnicas.

Dessa forma, acreditamos que existem três riscos potenciais que podem afetar a construção (e o teste) de uma teoria de Relações Internacionais. A seguir, iremos discutir os principais riscos metateóricos que acreditamos que envolvem as escolhas realizadas pelos pesquisadores no momento da pesquisa científica: a) a escolha instrumental; b) a escolha simbólica e; c) a escolha ideológica. Até agora entendemos o que são as teorias de relações internacionais, seus componentes metateóricos e sua evolução ao longo do século passado. A partir de agora vamos entender o que elas não são.

Em primeiro lugar, a teoria não deveria ser uma simples escolha instrumental do pesquisador. Ela deve dialogar diretamente com a pergunta de pesquisa, o problema que se quer analisar e ter compatibilidade com o tipo de resultado que o pesquisador está a procura. A escolha meramente instrumental condiciona de forma artificial a condução da pesquisa e limita seu impacto (Marsh *et al.*, 2017). Não é difícil encontrar desenhos de pesquisa nos quais a teoria e a metodologia não dialogam ou são incompatíveis (Mearsheimer; Walt, 2013; Lake, 2013; Lamont, 2022; Pinto, 2023). Acreditamos que isso pode refletir a forma como ensinamos teoria nos cursos de graduação, geralmente de forma isolada e sem diálogo com as disciplinas de epistemologia e de metodologia.

Em segundo lugar, defendemos que o uso da teoria não pode ser meramente simbólico. Em outras palavras, isso ocorre quando o pesquisador escolhe uma teoria somente para indicar que a pesquisa é da área de Relações Internacionais e em qual debate estará contribuindo. Assim como no primeiro caso, a escolha simbólica muitas vezes prejudica a execução adequada da pesquisa, pois o pesquisador escolhe a teoria não pelos seus critérios ontológicos, epistemológicos ou metodológicos, mas por aquilo que a teoria representa. Essa necessidade de aderir a uma corrente teórica como uma forma de armadura, ou justificativa, não favorece a transparência, a replicabilidade e acumulação de conhecimento.

Um exemplo desse tipo de risco é justificar a ausência completa de metodologia científica por se tratar de uma pesquisa com abordagem pós-positivista. Isso talvez mostre pouco conhecimento sobre a própria epistemologia que guia as escolhas metodológicas do pesquisador (Marsh *et al.*, 2017; Lamont, 2022; Pinto, 2023). Ou

afirmar que o uso da análise histórica é suficiente para indicar a escolha por um tipo de Teoria Crítica ou que esta abordagem condiciona o uso exclusivo da história como ferramenta de análise e coleta de dados. Além de incorreto, não faz sentido em termos epistemológicos com a lógica da pesquisa pós-positivista.

Em terceiro lugar, o caso mais complexo, a escolha teórica como ideologia. Alguns teóricos e pesquisadores se declaram realistas, liberais, construtivistas, decoloniais, como se não tivesse possibilidade de mudança, como se de fato fosse uma crença (Lake, 2013). Os valores do pesquisador se confundem na escolha da teoria que vai guiar a pesquisa. Nesse sentido, a explicação dos fenômenos é guiada por uma opção ideológica anterior do pesquisador em se vincular a uma corrente teórica que é compatível com sua visão de mundo, seus valores, aquilo que ele acredita ser de fato a melhor opção. Acreditamos que esse tipo de escolha não é necessariamente deliberado. Assim, não queremos questionar a ética profissional de nenhum pesquisador. Contudo, muitas vezes o indivíduo só conhece uma realidade específica, determinada por contexto histórico, político e social. A imersão nessa realidade guia o pesquisador a entender que aquela é a única opção possível. O resultado é uma escolha ideológica que impossibilita um diálogo aberto com outras realidades, como aquelas vividas no Sul Global, por exemplo.

Para os positivistas, se o conhecimento não pode ser testado ou falseado, independentemente do método utilizado, ele não pode ser considerado científico. No início da década de 2000 esse tipo de discussão foi muito presente entre os metateóricos da disciplina. Muitos acreditavam que esse tipo de prática causava danos decisivos na capacidade explicativa das teorias e, por consequência, afetavam sua utilidade para a prática política. Acreditamos que esses riscos podem afetar a produção empírica da disciplina, pois a base epistemológica da pesquisa foi construída a partir de critérios não somente científicos. A qualidade das fontes, dos dados e a combinação com a teoria influenciam tecnicamente no resultado da pesquisa. Se os critérios para a escolha teórica são parcialmente científicos, a produção do conhecimento não será científica. Em suma, gostaríamos de ressaltar que a escolha teórica desempenha um papel decisivo na produção do conhecimento.

2.2.4 Por que importa?

Diante de tudo que foi exposto, fica mais fácil responder a última pergunta que move essa seção: por que Teoria de Relações Internacionais importa? Primeiramente, defendemos que as TRI são a base da disciplina. Ela nasce, se desenvolve e se consolida a partir das teorias em suas diversas ontologias, epistemologias e metodologias. O caráter multidisciplinar traz um desafio importante para o pesquisador que necessita lidar com conceitos políticos, econômicos, sociológicos, antropológicos, ambientais, entre outros. Não é por coincidência que Sil e Katzenstein (2010) argumentam a favor do ecletismo analítico dentro da pesquisa científica para as Relações Internacionais e a política comparada, outra subárea da Ciência Política.

Apresentamos, então, quatro razões pelas quais as teorias de relações internacionais importam. Primeiro, a combinação adequada em termos técnicos entre teoria e metodologia produz pesquisas mais efetivas para entender os fenômenos internacionais contemporâneos, facilitando a sua aplicação na prática política. Segundo, a valorização das teorias incentiva pesquisadores de todos os níveis acadêmicos a investir tempo no seu treinamento. Essa dedicação pode favorecer na produção de novas abordagens que respondam as necessidades da opinião pública. Nos últimos anos observamos a ascensão de líderes políticos que discursam diretamente contra o conhecimento científico. Muitas vezes as massas não conhecem como funciona a pesquisa científica e terminam por aderir a essas desconfianças ideológicas, que não seguem, portanto, nenhum critério técnico. A construção e popularização das teorias de relações internacionais em um mundo cada vez mais conectado pela internet pode facilitar o consumo dos artigos científicos sobre temas de interesse popular, como, por exemplo, os efeitos do aquecimento global nas economias nacionais. Assim, as pessoas teriam outra opção além da cobertura jornalística, que cumpre um papel importante nos regimes democráticos.

Terceiro, pesquisas baseadas em teorias e metodologias escolhidas da forma adequada favorecem as boas práticas científicas de transparência e replicabilidade. Isso facilita a acumulação do conhecimento e o desenvolvimento de novas pesquisas (Figueiredo Filho *et al.*, 2019). A ciência costuma ser um empreendimento coletivo. O atual volume de dados provocou uma nova revolução metodológica para as ciências sociais. Se antes os cientistas sociais eram aqueles que dispunham da menor quantidade de dados em comparação com os cientistas dedicados às ciências exatas,

agora o jogo virou. As plataformas digitais produzem trilhões de dados todos os dias sobre o comportamento de indivíduos, empresas e Estados nacionais. As ciências sociais agora são também computacionais (Salganik, 2019). Nesse sentido, as antigas teorias e metodologias serão testadas e repensadas. Nesse processo a transparência das práticas e escolhas teóricas e metodológicas serão indispensáveis para poupar tempo e recursos.

A quarta e última razão é de caráter normativo. Dados os recentes processos políticos e naturais extremos, como guerras, genocídios, epidemias e catástrofes naturais, acreditamos que as teorias de relações internacionais podem nos ajudar a interpretar esses fenômenos complexos e propor novas soluções a partir de todo conhecimento previamente acumulado dentro da disciplina. Assim como os idealistas e teóricos críticos, entendemos que as teorias podem ajudar a mudar o mundo. Em termos práticos pesquisas científicas podem guiar os políticos a tomar decisões efetivas em política externa e aos burocratas internacionais a desenhar políticas públicas eficientes a serem aplicadas ao redor do globo. Finalizamos essa parte do capítulo apresentando um quadro síntese com algumas definições para o conceito de teoria apresentadas por pesquisadores importantes das Relações Internacionais.

Quadro 1 - Quadro-síntese com definições de teoria por estudiosos de TRI

Autor (ano)	Definição
Waltz (2010)	Teorias explicam leis e leis estabelecem relações entre variáveis, variáveis são conceitos que podem adquirir diferentes valores. A abordagem estrutural deve ser o foco de uma teoria da política internacional.
Cox e Sinclair (1996)	A utilidade da teoria está em sua aplicabilidade a situações específicas. Assim, a teoria crítica busca, a partir da abordagem historicista, explicar e propor alternativas para o contexto particular para só depois refletir a política internacional, em contraste com as teorias de resolução de problemas, de abordagem positivista, que aplica regras gerais a contextos específicos.
Wendt (1999)	Uma teoria das relações internacionais deve ser sistêmica, deve mostrar como os agentes são estruturados de maneira diferente pelo sistema internacional, produzindo efeitos distintos.
Lamont (2022)	Uma teoria das relações internacionais é definida como um conjunto de proposições logicamente inter-relacionadas sobre o mundo ao nosso redor. Isso nos permite compreender a teorização da disciplina em diversas posições metodológicas, bem como envolver-nos com teorias em diferentes níveis de abstração.
Wæver (2021)	Uma teoria é moldada pelo ambiente social acadêmico. As teorias não são desenvolvidas em um processo ideal de teste e ajuste aos fenômenos. Nesse sentido, a academia é o local no qual várias teorias competem. Assim, compreender uma teoria implica saber por que ela foi criada. Não devemos tratar a teoria como um fim em si mesma.
Dunne, Kurki, e Smith (2021)	Teorias são como mapas de pensamento e/ou conhecimento pelos quais refletimos e fornecemos significados aos fenômenos que ocorrem no mundo a nossa volta.

Walker (1993)	As teorias de relações internacionais são focadas nas políticas de fronteiras e podem ser interpretadas também como expressões de um entendimento historicamente específico da vida política em geral.
Guzzini (2013)	As teorias resultam do conhecimento, proporcionando uma explicação comum, mais geral e coerente para uma variedade de casos específicos. Também têm uma função constitutiva, ou seja, uma teoria é a condição para a própria possibilidade do conhecimento. As teorias não são apenas o resultado, mas também a condição prévia para a possibilidade do conhecimento empírico.
Lebow (2022)	A teoria pode ser descrita como um atalho para encapsular o conhecimento. Ela o faz em palavras ou símbolos, muitas vezes em alguma combinação dos dois.
Ticker e Sjoberg (2021)	Uma teoria feminista adota a priori uma perspectiva de gênero, isso significa fazer perguntas sobre onde o gênero se encontra em uma situação política ou em um estudo de uma situação política.

Fonte: Elaboração própria.

2.3 Metodologia

De acordo com as boas práticas científicas de transparência e replicabilidade, acreditamos ser importante explicar quais foram nossas escolhas metateóricas que guiaram a construção do nosso desenho de pesquisa. Nesse sentido, nossa pesquisa possui ontologia, epistemologia e metodologia positivista. Isso não significa que ignoramos todas as limitações dessa abordagem, mas que para os objetivos da pesquisa, a escolha é mais adequada. Ao mesmo tempo, não acreditamos que essas opções sejam prisões filosóficas. Concordamos com Lamont (2022), que defende a ideia de intervalo de confiança entre positivismo e pós-positivismo, no qual o pesquisador pode transitar dependendo do objetivo da pesquisa. Também acreditamos nas vantagens do ecletismo analítico como definido por Sil e Katzenstein (2010), no qual o pesquisador possui liberdade para ser pragmático e combinar diferentes tradições científicas visando alcançar o objetivo da pesquisa.

O objetivo desse capítulo é mapear as principais características da literatura internacional sobre Teoria de Relações Internacionais. Utilizamos como inspiração alguns estudos que realizaram tarefa semelhante, mas com outros recortes: a) o da disciplina de Relações Internacionais como um todo (Kristensen, 2018); b) o da Ciência Política na América Latina (Codato *et al.*, 2020); c) o da Ciência Política no Brasil (Leite; Feres Jr., 2021); d) e o do pluralismo inferencial na Ciência Política e nas Relações Internacionais no mundo (Rezende, 2023). Esses trabalhos recentes utilizam nossa mesma unidade de coleta de informações: os artigos acadêmicos.

Segundo Kristensen (2018), existem pelo menos três formas de entender a composição de uma área de estudo, a sociologia de uma disciplina. A primeira forma é através da análise de ementas de curso de graduação e pós-graduação, trabalhos como os realizados por Tickner (2003) e Albuquerque *et al.* (2022). Esse tipo de estudo ajuda a entender as teorias e métodos que os alunos estão sendo expostos. No entanto, não acreditamos ser a melhor opção para o objetivo de nossa pesquisa. As ementas dependem do professor que leciona a disciplina, elas não se mantêm estáticas. É um tipo de material que está sendo sempre renovado e não garante que existiu uma circulação de fato dos trabalhos listados nas ementas, apenas presume-se a leitura dos trabalhos (Kristensen, 2018). A segunda opção é realizar *surveys* com os pesquisadores da área de interesse, como os trabalhos realizados por Tickner *et al.* (2013) e Villa e Pimenta (2017). Tendo em mente o objetivo da pesquisa, esse desenho não seria adequado neste trabalho, pois não seria viável coletar uma amostra representativa da produção global de TRI. Por fim, o método mais indicado para esse tipo de análise são os estudos bibliométricos a partir dos artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos (Wæver, 1998; Kristensen, 2018). Esta foi a nossa escolha.

A literatura especializada nesse tipo de análise acredita que os estudos bibliométricos, a partir da análise de artigos, fornece a verdadeira imagem de uma disciplina, pois são esses os trabalhos que passaram por avaliação de pares e que mais circulam entre os pesquisadores. Em outras palavras, é o tipo de produto acadêmico mais consumido pela comunidade acadêmica (Kristensen, 2018; Codato *et al.*, 2020). Além disso, a produção de artigos impacta de forma importante na carreira dos pesquisadores, sendo um dos principais indicadores para promoções, progressões de carreira, verbas para pesquisas e, principalmente, a aprovação em concursos e seleções. Isso não quer dizer que livros não são importantes, mas seu acesso implicaria em uma dificuldade logística que seria a aquisição desses livros, em sua maioria, importados. Contudo, acreditamos que focar nos artigos é a forma mais democrática e eficiente para medir o que de fato as pessoas estão consumindo dentro da Teoria de Relações Internacionais. Além dos dados bibliométricos, também utilizamos a cientometria para medir de forma quantitativa as principais características da subárea de TRI (Codato *et al.*, 2020).

Através dessas duas abordagens complementares, acreditamos ser possível mapear características nacionais, institucionais, conceituais e intelectuais da produção científica dentro das bases *Web of Science* e *Scopus* nos últimos 30 anos

(1993-2023). O período marca uma nova etapa da investigação científica das Relações Internacionais, tendo em vista o fim da Guerra Fria e a consequente ampliação global da disciplina. Estudos anteriores utilizaram somente uma dessas bases. A principal vantagem de utilizar as duas bases é possuir mais segurança sobre os resultados encontrados, tendo em vista que essas são as duas bases que concentram a maior parte da produção científica internacional.

A análise bibliométrica é composta por metadados que são encontrados nessas bases e que nos fornecem informações sobre as fontes de pesquisa dos autores (livros, artigos, jornais e bancos de dados); os principais temas, conceitos e teorias; e, quais são os autores mais citados e co-citados da amostra, tanto ao longo do tempo, quanto por países. A partir dessa gama de possibilidades, seguimos os modelos de Kristensen (2018) e Codato *et al.* (2020) e escolhemos as seguintes análises bibliométricas: a) características dos periódicos; b) características dos autores que mais publicam sobre o tema e; c) principais indicadores de produção por país e ao longo do tempo.

Esses dados bibliométricos sobre os periódicos, autores e produção por país nos fornecem uma visão ampliada sobre o atual estágio de produção teórica da disciplina de Relações Internacionais. A partir das nossas leituras sobre a temática e nossa experiência com ensino e pesquisa, temos algumas hipóteses sobre esses dados. Seguindo Hoffmann (1977), acreditamos que a disciplina ainda é estadunidense na sua produção teórica, em outras palavras, as principais bases institucionais, conceituais e intelectuais estão nos EUA. Nesse sentido, utilizamos três hipóteses que irão guiar nossa análise de dados de caráter descritivo-exploratório. A ideia é testar a permanência do domínio teórico estadunidense e, ao mesmo tempo, entender qual é o papel desempenhado pelo Sul Global na produção teórica da disciplina de RI. A seguir, nossas três hipóteses:

- Hipótese 1 (H1): As teorias e os autores estadunidenses e britânicos dominam os estudos sobre TRI.
- Hipótese 2 (H2): O positivismo fornece a base ontológica, epistemológica e metodológica das teorias mais co-citadas.
- Hipótese 3 (H3): Existe uma continuidade do papel periférico dos autores do Sul Global na produção teórica da disciplina.

Para a análise cientométrica, utilizamos os seguintes modelos: a) co-citação de fontes; b) cocitação de palavras retiradas dos títulos e resumos e; c) cocitação de autores. A co-ocorrência de palavras e as cocitações são medidas que nos apresentam similaridades semânticas e temáticas entre os periódicos, conceitos e autores entre dois documentos. Essas técnicas calculam a interdependência entre dois elementos (termos, autores, fontes, entre outras opções). A expressão visual dessas relações é apresentada em forma de redes. O Quadro 2 apresenta um resumo sobre as finalidades de cada indicador.

Quadro 2 – Síntese dos modelos cientométricos

Indicador	Estruturas	Finalidade
Co-citação de fontes	Institucionais	Identificar grupos temáticos, teóricos, linguísticos e geográficos.
Co-citação de palavras	Conceituais	A partir de palavras extraídas dos resumos e palavras-chaves, mapear as relações entre conceitos, ideias e problemas de pesquisa e delimitar grupos temáticos.
Co-citação de autores	Intelectuais	Medir a frequência com que os autores são citados de forma conjunta nas referências dos artigos e o quanto esses dois autores estão próximos.

Fonte: Elaboração própria.

Analizamos as referências recíprocas de 25 fontes (periódicos, livros, revistas e jornais) retirados da *Scopus* e 27 fontes para a *Web of Science*. O objetivo é descobrir clusters temáticos, teóricos, linguísticos e geográficos entre os diferentes tipos de fonte utilizados pelos artigos da amostra (McCain, 1991; Codato *et al.*, 2020). Essa medida também ajuda a entender a estrutura institucional da disciplina, nesse sentido, a nacionalidade da fonte ajuda a estabelecer a distribuição global da disciplina e seu nível de pluralismo. Em relação a co-ocorrência de palavras contidas nos títulos e resumos dos artigos, o objetivo é mapear as relações entre conceitos, ideias e problemas de pesquisa. A partir desses dados é possível delimitar os grupos temáticos da subárea de Teoria de Relações Internacionais (Ding *et al.*, 2001; Codato *et al.*, 2020). Importante ressaltar que as palavras são contadas de forma binária, ou seja, são contadas somente uma única vez, se aparecem ou não no documento. Em caso de repetição em um mesmo documento esse valor não é alterado.

Ainda, a aplicação da análise de cocitação de autores possui como objetivo medir a frequência que autores são citados de forma conjunta nas referências dos artigos das amostras e o quanto esses dois autores estão próximos dentro dessa rede de citações recíprocas. Dessa forma, podemos ter uma visão da estrutura intelectual dos autores responsáveis por constituírem a base das pesquisas sobre TRI (Kristensen, 2018; Codato *et al.*, 2020). A utilização dessa técnica de análise de dados bibliométricos favorece uma interpretação e reflexão mais profunda sobre os motivos pelos quais um autor pode ser citado como fonte bibliográfica. A partir de Kristensen (2018), iremos avaliar os resultados das redes de cocitações em três abordagens complementares derivadas de diferentes tradições sobre a sociologia da ciência: a) teoria normativa, na qual a citação é uma recompensa pela qualidade do trabalho, ou seja, as pesquisas mais citadas são merecedoras desse reconhecimento (Merton, 1957); b) teoria simbólica, na qual a citação é vista como um posicionamento do pesquisador dentro do campo de estudo, seja contra ou a favor, logo, alguns autores funcionam como um espécie de atalho simbólico para determinado argumento, teoria, método ou escola de pensamento (Small, 1978) e; c) teoria construtivista (não pode ser confundida com a teoria de relações internacionais homônima) que entende o processo de citação como uma escolha política, na qual o pesquisador busca o argumento de autoridade para consolidar sua proposta. Em outras palavras, as citações são utilizadas como uma forma de constrangimento intelectual (Gilbert, 1977). Essas teorias são complementares, então esperamos que um mesmo artigo possa conter os três tipos de citação.

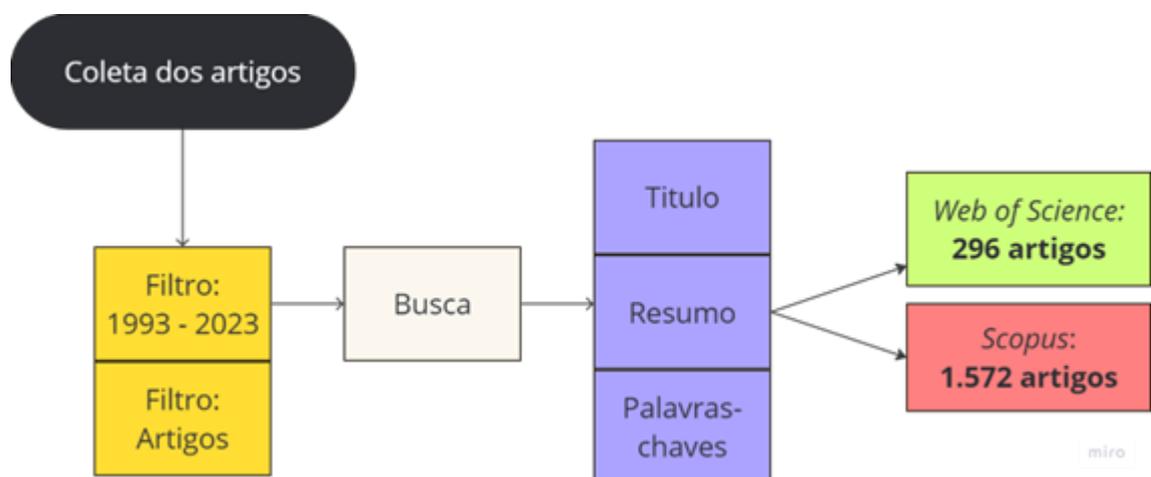
A seguir iremos apresentar como foi feita a coleta e análise dos dados selecionados nos artigos que compõem nossa amostra. O material utilizado na pesquisa está disponível online para replicação³, seguindo as boas práticas de transparência, que acreditamos ser base da pesquisa científica (Figueiredo Filho *et al.*, 2019).

³ Disponível em: <https://osf.io/nw94c/> .

2.3.1 Coleta e análise dos dados

Os artigos foram coletados a partir de duas bases de dados: *Web of Science* e *Scopus*. As bases consistem em algumas das principais referências para se fazer análises bibliométricas, objetivo desse capítulo. Os metadados dessas bases são o padrão-ouro de qualidade para esse tipo de metodologia (Kristensen, 2018; Codato *et al.*, 2020). O intuito é identificar o maior número possível de artigos sobre "Teoria de Relações Internacionais", a fim de mapear a literatura sobre o tema, mas sem captar artigos focados em outras subáreas da disciplina de relações internacionais, como economia política internacional, processos de integração regional, segurança internacional, estudos de paz, entre outras possibilidades. Com isso em mente, optamos por critérios rígidos para inclusão e exclusão dos artigos. Logo, para realizar a busca pelos textos foram utilizados três critérios: 1) ter sido publicado entre 1993 e 2023; 2) ser artigo e; 3) conter a expressão "Teoria de Relações Internacionais" (e outras variações em inglês, espanhol e português). Foram utilizados operadores booleanos (como *AND* e aspas) para refinar a pesquisa. O processo de coleta pode ser ilustrado na Figura 2⁴. Ao final foram identificados 296 artigos (*Web of Science*) e 1.572 artigos (*Scopus*). Cada banco de dados foi exportado nos formatos *Plain text*, *BibTeX*, *CSV/xlsx* e *RIS (Research Information Systems)* para realização das análises.

Figura 2 - Fluxograma da Coleta dos Dados



Fonte: Elaboração própria.

⁴ Para confecção da figura foi utilizado o aplicativo Miro.

A partir dos bancos coletados realizamos a análise bibliométrica desses artigos. Para isso, utilizamos os softwares: *Excel*, *VOSviewer* e *Bibliometrix* (pacote do R Studio). O Excel auxiliou na visualização dos dados descritivos das bases. Já o *VOSviewer* é uma ferramenta que permite a construção e visualização de redes bibliométricas de publicações e pesquisadores, logo, foi possível gerar imagens que identificaram as citações e coautorias dos artigos, apresentando a visualização dos principais trabalhos da literatura. Finalmente, o pacote *Bibliometrix* é uma ferramenta também aberta que mapeia a literatura científica através da linguagem R, mas de modo intuitivo, através da captação dos metadados dos artigos (Aria; Cuccurullo, 2017). Assim, ao carregar o pacote no R, seguido do comando *biblioshiny()*, o navegador é automaticamente aberto e o pesquisador interage com o sistema no próprio navegador. Após carregar os bancos de dados o programa fornece diversas análises bibliométricas, com gráficos e tabelas.

Na subseção a seguir, iremos apresentar os principais achados de nossa análise com objetivo de mapear as estruturas institucionais, conceituais e intelectuais da produção global sobre Teoria de Relações Internacionais nos últimos 30 anos.

2.4 Resultados e discussão

2.4.1 Web of Science

Na *Web of Science* encontramos 296 artigos de 171 periódicos, 394 autores, sendo 199 artigos de autoria individual. A porcentagem de coautoria internacional é de 10.5%. O número de referências analisadas é de 15.883 mil. De acordo com os dados, o ano de 2020 foi aquele em que mais artigos sobre TRI foram publicados (36). Autores estadunidenses foram os que mais se destacaram em termos de número de artigos, seguidos dos pesquisadores do Reino Unido e Rússia. O periódico com mais artigos sobre o tema foi o *Uluslararası İlişkiler/International Relations*, uma revista de relações internacionais da Turquia que atua desde 2004 e é organizada pelo *International Relations Council* do país. Contrário as nossas expectativas, esse é o primeiro achado importante de nossa análise bibliométrica, pois a Turquia não é normalmente associada com grande produção teórica da disciplina. Nesse sentido, o

fato de a revista estar vinculada a uma agência governamental pode indicar um projeto nacional para aumentar a relevância global do país na disciplina.

Contudo, o quantitativo da revista turca não significa necessariamente que ela exerce mais influência nos estudos sobre TRI. Na Tabela 1 apresentamos os 21 periódicos com maior número de artigos em nossa amostra da *Web of Science*. A ideia é expor as principais métricas de fator de impacto (SJR e H-Index), citações/autocitações e porcentagem de coautoria internacional. Quando comparados aos demais periódicos, observamos que o *Uluslararası İlişkiler/International Relations* (Turquia) possui pouca influência no debate. Suas medidas de fator de impacto (SJR e H-Index) são discrepantes quando comparadas, por exemplo, a *International Organization* e ao *Journal of Politics*, ambos do Reino Unido. É interessante notar que o mesmo pode ser observado para as revistas da Rússia. Outro ponto de comparação é o número de citações totais das revistas ponderado com o número de autocitações⁵. Ainda podemos notar que a taxa de coautoria internacional é superior nas revistas britânicas e estadunidenses, o que pode indicar redes mais conectadas entre os autores que publicam no Norte Global em comparação a Turquia e Rússia. Em suma, a Turquia pode ocupar a primeira posição no nível absoluto de produção, mas seus artigos não possuem maior fator de impacto, nem de citações ou de coautoria internacional, o que pode indicar limites no alcance dessas pesquisas.

Tabela 1 – Fator de impacto, número total de citações, autocitações e nível de internacionalização de coautoria em 2022 (*Web of Science*)

Revista	País	SJR	H-Index	Citações totais	Auto citações	Coautoria internacional (%)
Uluslararası İlişkiler	Turquia	0.32	8	62	15	11.54
Millennium	Reino Unido	0.77	72	153	1	8
International Organization	Reino Unido	4.8	157	852	21	18.18
International Relations	Reino Unido	0.57	43	188	0	18.46
Review of International Studies	Reino Unido	1.07	81	411	6	28.26
Chinese Journal of International Politics	Reino Unido	0.72	35	133	15	31.25

⁵ Número de autocitações dividido pelo número total de citações nos fornece a taxa de autocitação dos periódicos. Ou seja, quanto mais alto esse valor (%), mais indicativo que a revista não consegue dialogar com outros periódicos.

International Studies Review	Estados Unidos	1.08	68	461	38	31.48
European Journal of International Relations	Reino Unido	1.64	98	553	47	14
International Affairs	Reino Unido	1.46	91	1003	165	0
International Politics	Reino Unido	0.35	38	189	15	22.77
Mgimo Review of International Relations	Rússia	0.24	3	18	3	0
Mirovaya Ekonomika I Mezhdunarodnye Otnosheniya	Rússia	0.29	11	252	45	5.06
Sravnitel'naya Politika-Comparative Politics	-	-	-	-	-	-
Cambridge Review of International Affairs	Reino Unido	0.8	47	389	10	15.58
International History Review	Reino Unido	0.17	26	96	0	2.13
International Studies Perspectives	Reino Unido	0.74	53	147	5	18.75
International Studies Quarterly	Estados Unidos	1.77	113	778	58	38.46
Journal of Politics	Reino Unido	3.05	138	1595	60	26.26
Pacific Review	Reino Unido	0.63	55	344	57	18.84
Polis-Politicheskiye Issledovaniya	Rússia	0.31	9	123	36	7.35
Relaciones Internacionales - Madrid	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dados da *SCImago Journal and Country Rank*.

No Gráfico 1 visualizamos os países que mais produziram artigos científicos sobre o tema⁶. Aqui o domínio dos EUA na produção em termos absolutos fica comprovada. Cerca de 1/3 da amostra é composta por artigos estadunidenses. Interessante notar que em termos totais a Rússia ocupa o segundo lugar, estando acima do Reino Unido, país com mais representantes entre os 21 periódicos que mais publicaram sobre TRI dentro do nosso recorte temporal. Na sequência observamos

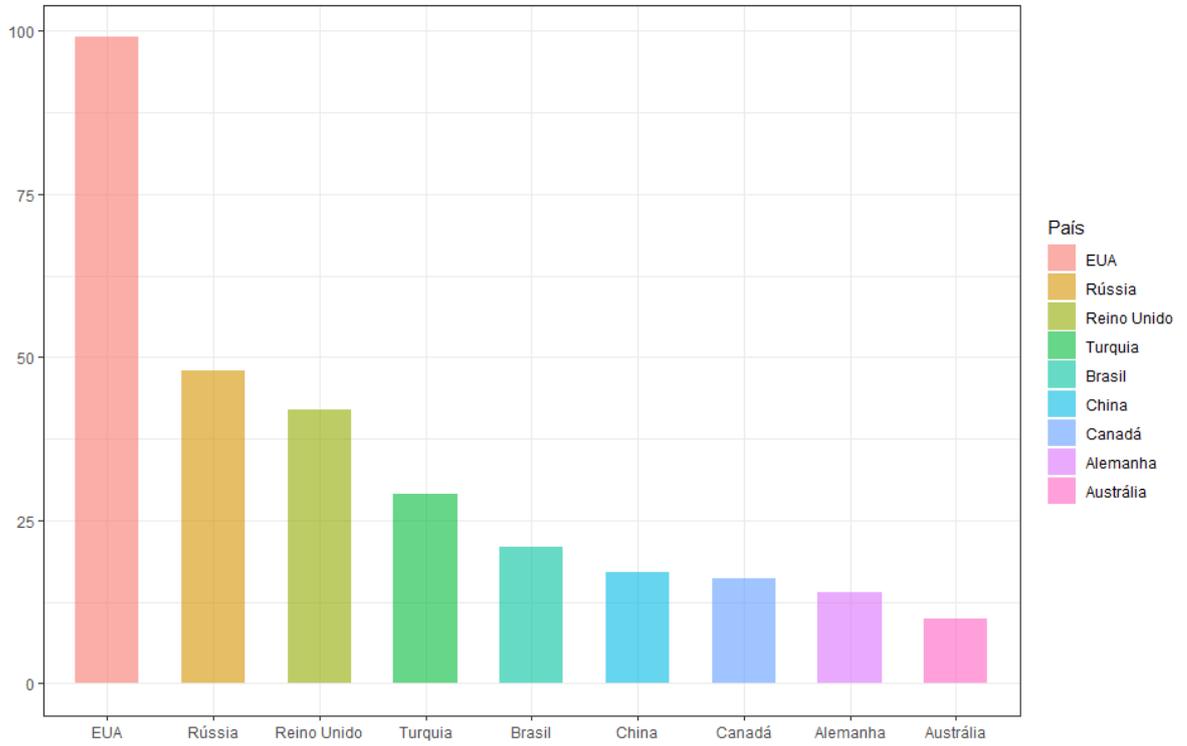
⁶ Os demais países publicaram um número de artigos no período analisado abaixo de 10 e, portanto, não estão presentes no gráfico.

três representantes do Sul Global: Turquia, Brasil e China, seguidos de três representantes do Norte Global: Canadá, Alemanha e Austrália. Em termos representativos, o topo da produção teórica parece equilibrado entre países centrais e periféricos. Contudo, a proporção de artigos estadunidenses é um forte indício do domínio desse país dentro das TRI.

A diferença de produção global pode ser visualizada na Figura 3. Quanto mais escuro o tom de azul, maior é a produção. Curiosamente, a imagem apresenta um cenário semelhante ao do período da Guerra Fria, uma vez que encontramos o domínio dos países do Norte Global (EUA e Reino Unido), juntamente com a Rússia. Essa discrepância entre os países também era esperada pela diferença econômica existente. Contudo, potências regionais como, Turquia e Brasil, conseguem se destacar nesse cenário. Na América Latina podemos destacar a presença tímida da Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia, países que historicamente produzem sobre Teoria de Relações Internacionais (Tickner, 2003, Julião, 2011, Bernal-Meza, 2016). O mapa mostra de forma didática como a produção teórica está concentrada em maior intensidade nos países do Norte Global.

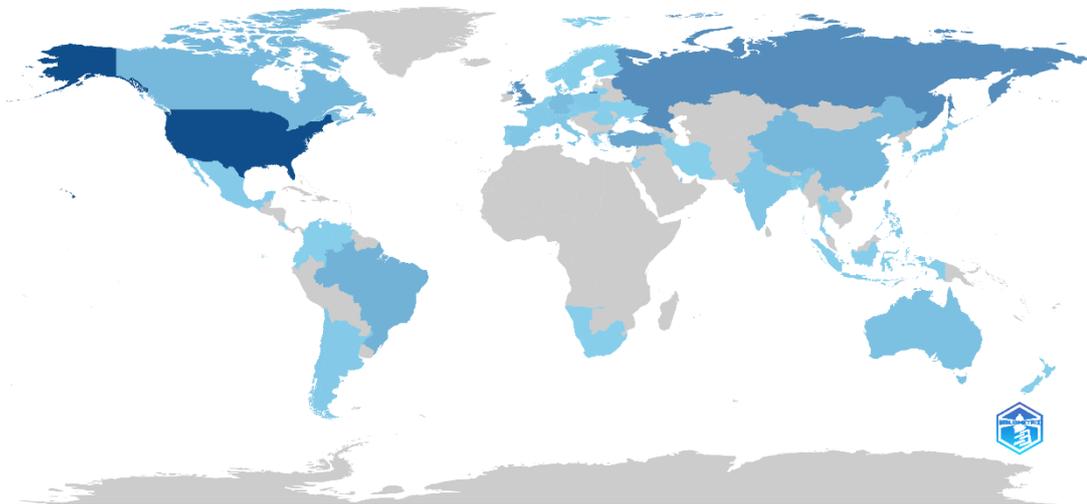
No Gráfico 2 observamos que ao longo do tempo países emergentes do Sul Global começaram a se destacar na produção teórica da disciplina. Interessante notar que a produção russa começa em 2018, mas sua intensidade foi tamanha que a Rússia ocupa o segundo na produção total do período analisado. Ao mesmo tempo, potências emergentes como Brasil e Turquia, também crescem de forma determinante na última década, ocupando lugares de destaque dentro da amostra. Isso sugere o aumento do interesse dessas potências regionais em pensar teoricamente as Relações Internacionais. Dentro de uma perspectiva mais acadêmica, esse é um indício importante de popularização da disciplina, que cada vez mais se torna de fato global.

Gráfico 1 - Países que mais publicaram sobre TRI (*Web of Science*)

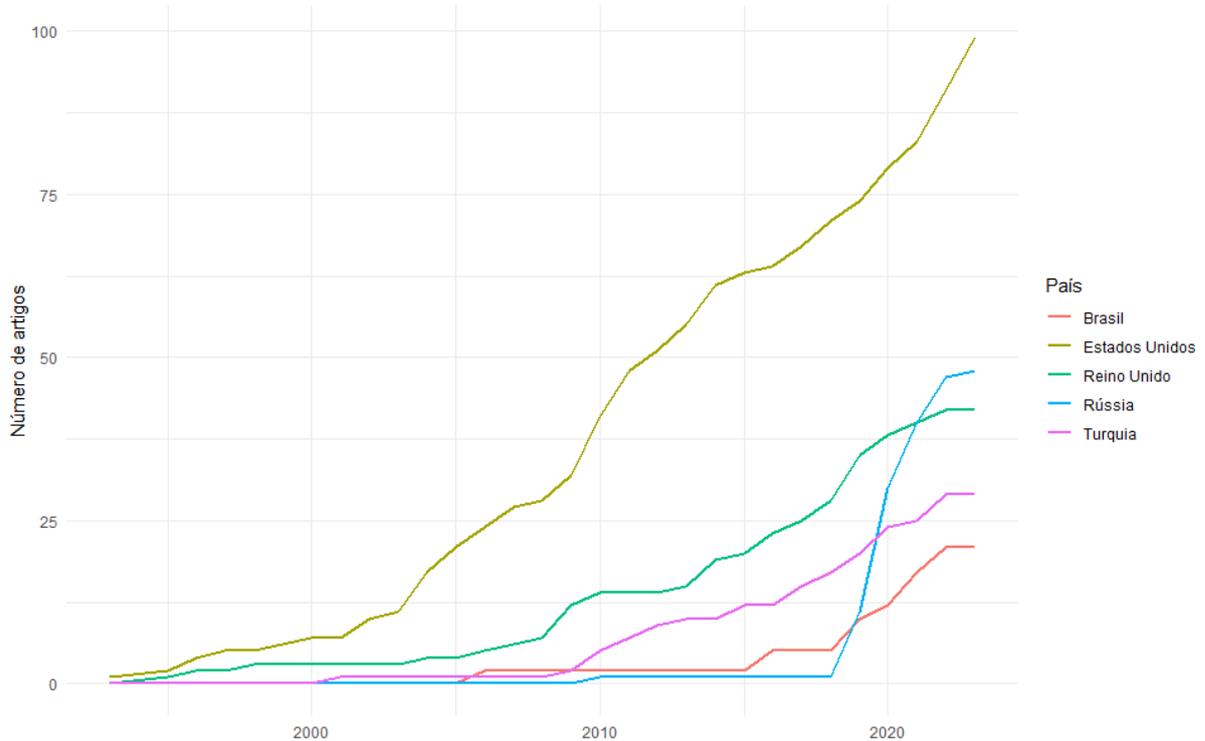


Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 - Produção científica sobre TRI no mundo (*Web of Science*)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Produção científica dos países em TRI ao longo do tempo (*Web of Science*)

Fonte: Elaboração própria.

Porém quando observamos a preponderância a partir do total de citações dos artigos, as "novas potências" não se destacam e novamente se repete o domínio dos países mais centrais: EUA (2.322), Reino Unido (771), Israel (164) e Canadá (145) são os países mais citados. Apenas em seguida se encontram Turquia (99), Alemanha (81), Dinamarca (60), Coreia do Sul (54), Austrália (53), China (50), Rússia (28), Brasil e Singapura (20). Os demais países se encontram abaixo desse corte. Esses dados mostram que, a ascensão de Brasil e Turquia na produção de artigos não foi acompanhada com o aumento das citações. Os países mais citados continuam sendo os países do Norte Global, responsáveis pela produção teórica mais tradicional em termos de status acadêmico. Nesses lugares se encontram as universidades mais antigas e os periódicos com maior fator de impacto. A questão linguística também pode desempenhar um papel-chave, pois o inglês, o idioma mais consumido em termos de divulgação acadêmica, não é a língua principal nem do Brasil nem da Turquia.

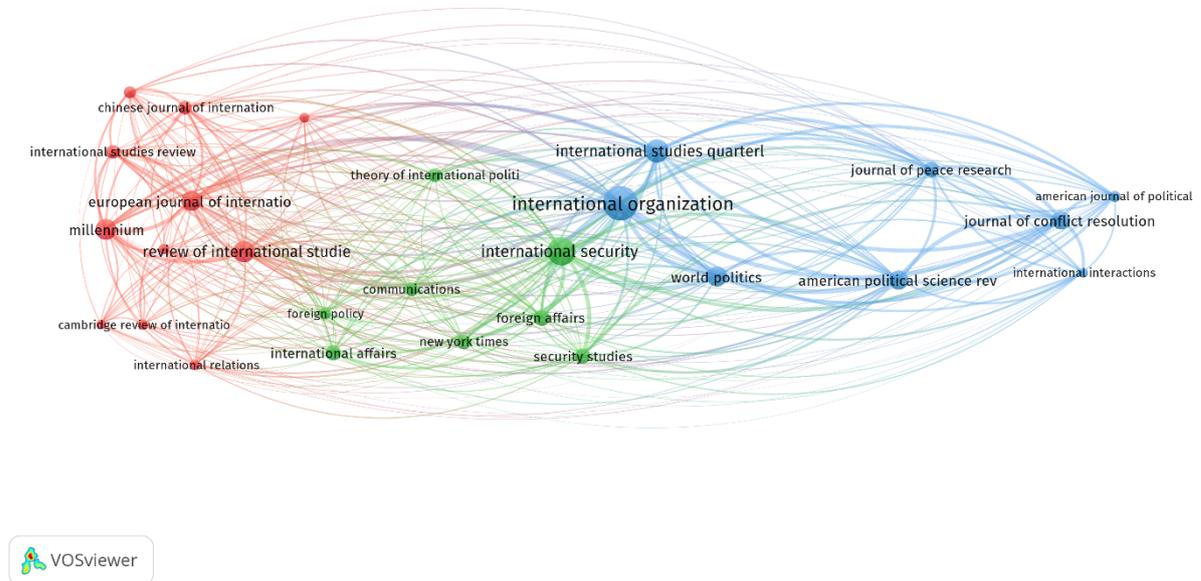
Uma métrica interessante é o nível de colaboração entre os pesquisadores que estudam teoria. Os dados⁷ mostram que, em sua maioria, os estudiosos que escrevem sobre teoria cooperam com pesquisadores da mesma nacionalidade. Isso talvez indique um comprometimento dos pesquisadores com determinados elementos metateóricos (ontologia, epistemologia e metodologia), o que dificultaria a cooperação com colegas de outras nacionalidades, que talvez trabalhassem com outras abordagens científicas. A partir da interpretação dos grandes debates que influenciaram o desenvolvimento da disciplina, podemos observar um insulamento dos autores estadunidenses, principalmente na produção teórica, como exposto por Hoffmann (1977). Nesse sentido, acreditamos que a falta de cooperação entre pesquisadores de diferentes nacionalidades é também resultado desse processo histórico.

Agora iremos iniciar nossa análise sobre citações recíprocas de fontes bibliográficas, co-ocorrência de palavras nos títulos e resumos dos textos analisados e as cocitações de autores nas referências dos autores. Cada análise nos fornecerá indícios relevantes sobre as estruturas institucionais, conceituais e intelectuais da disciplina.

Na Figura 4 apresentamos a rede de citações recíprocas entre as 27 fontes (periódicos, revistas, jornais e livros) presentes nos corpus dos 296 artigos coletados na *Web of Science*. Originalmente, o banco possui 10.248 mil fontes, assim, optamos pelo valor mínimo de 35 citações recíprocas para facilitar a visualização e análise dos nós das redes. Diferentemente de Codato *et al.* (2020) não utilizamos só os periódicos como tipo único de fonte. Acreditamos ser importante notar a presença de outros tipos de produção como jornais e revistas, principalmente porque estes normalmente são a principal de fonte de dados para fenômenos contemporâneos, como a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022. Artigos científicos sobre essa temática naturalmente demoram mais tempo para serem publicados devido as características próprias de uma pesquisa científica e do processo de submissão para publicação em revistas acadêmicas.

⁷ Os dados correspondem aos índices de colaboração (*Single Country Publications (SCP)* e *Multiple Country Publications (MCP)*) fornecidos pelo *Bibliometrix* onde podemos ver a distribuição da produção científica intra países e entre países.

Figura 4 - Rede de citações recíprocas entre as 27 fontes presentes nos corpus dos artigos selecionados (*Web of Science*)



Fonte: Elaboração própria.

A rede mostra três clusters bem definidos que possuem múltiplas ligações entre si. Isso mostra um alto nível de aproximação entre as fontes. O resultado geral confirma nossas expectativas: todas as fontes são provenientes de instituições dos EUA ou da Europa Ocidental. O cluster azul é formado pelos periódicos com maior fator de impacto, como o *American Journal of Political Science* (AJPS), o *American Political Science Review* (APSR), a *International Organization* (IO) e *World Politics*. Essas publicações são consideradas referência em termos de rigor metodológico e, portanto, representam o domínio positivista da disciplina nos EUA.

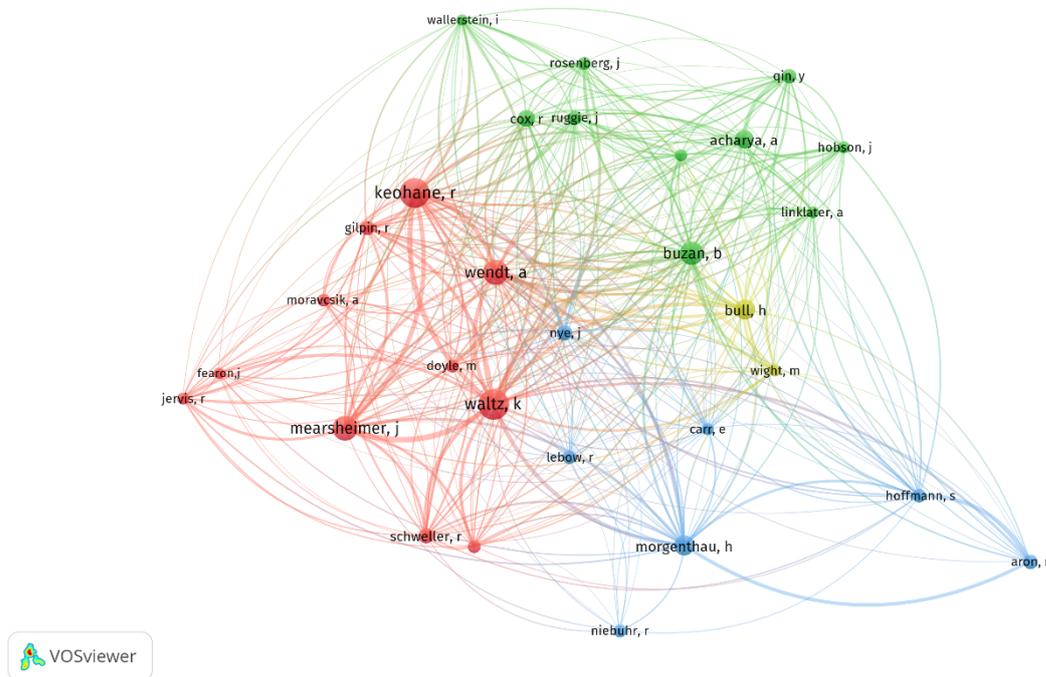
No cluster verde, que fica localizado no meio da rede, podemos notar a presença de revistas e jornais (*NY Times*), além de periódicos especializados em análise de política externa e segurança internacional. Outra presença marcante é o livro "*Theory of International Politics*" de Waltz (2010), publicado originalmente em 1979, mas que permanece como uma fonte fundamental. Isso reforça nossa expectativa de que para estudar fenômenos contemporâneos associados a política externa e segurança internacional, os artigos necessitam do material fornecido por revistas e jornais. Acreditamos que o distanciamento em relação a periódicos como o

AJPS e o APSR demonstra objetivos e públicos-alvo diferentes. Na média esse cluster está mais próximo do grupo vermelho, localizado a esquerda da imagem. Esse grupo possui uma diversidade metodológica maior, pois a maioria dos seus periódicos é da Europa, contendo mais influências das teorias pós-positivistas. Revistas acadêmicas como a *Millennium* e o *European Journal of International Relations* são reconhecidos por seu viés crítico e por sua defesa da pluralidade teórica e metodológica da disciplina.

Em suma, a Figura 4 nos mostra três grupos que dialogam entre si, mas que representam grupos institucionais diferentes dentro da produção global de TRI. O primeiro grupo (azul) representa os periódicos estadunidenses focados em abordagens teóricas e metodológicas positivistas e com alto fator de impacto na disciplina. O segundo grupo (verde) é aquele que dialoga diretamente com os jornais e revistas, está mais próximo do jornalismo, trabalha temas de política externa e segurança internacional, possui um papel de meio-termo, entre as abordagens positivistas e o terceiro grupo. Este (vermelho) é composto por periódicos europeus, mais diversos metodologicamente e teoricamente, inclusive que abrem mais espaço para autores do sul global, que criticam o domínio da disciplina pelos norteamericanos, como o artigo de Tickner (2003). Os resultados corroboram nossas expectativas e estão em sintonia com os achados de Kristensen (2018).

Na Figura 5 apresentamos o resultado da rede de co-ocorrência dos termos mais frequentes e seus relacionamentos recíprocos em títulos e resumos dos artigos. A partir de um total de 6949 termos, escolhemos um limite (*threshold*) de 10 repetições. Ou seja, estão incluídos na análise apenas aqueles termos que se repetem pelo menos 10 vezes, totalizando 94 termos selecionados. O objetivo dessa análise é encontrar os principais conceitos e ideias presentes nos artigos publicados sobre teoria das relações internacionais. Assim, podemos identificar quatro clusters. O primeiro (vermelho) é formado pelos conceitos associados a disciplina de relações internacionais, como as teorias clássicas de RI, liberalismo e construtivismo, e conceitos teóricos-chave como: hegemonia e paz. Interessante notar a presença do termo metodológico "estudo de caso", talvez indicando que as pesquisas com essas abordagens teóricas adotam essa metodologia.

Figura 6 - Rede de cocitações entre os autores citados nos artigos selecionados (*Web of Science*)



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 6 apresentamos a rede de cocitações entre os autores citados nos artigos selecionados. Ao todo, 9.949 autores fazem parte da base. Escolhemos o número mínimo de 20 cocitações para facilitar a visualização dos resultados. Neste critério 31 autores estão presentes na imagem. Existem 4 grupos de autores. No primeiro (vermelho) estão os principais autores da disciplina após o terceiro debate. Representantes do Neorealismo (Waltz, Mearsheimer, Schweller, Gilpin), Neoliberalismo (Keohane e Moravcsik) e o principal autor do construtivismo em termos de citação (Wendt). No segundo grupo (verde) temos os autores que discutem criticamente a disciplina em termos teóricos e metodológicos. Esse grupo possui diversas nacionalidades: o canadense Robert Cox (Teoria Crítica), os britânicos Buzan, Linklater e Hobson e o indiano Acharya. Esses autores discutem a pluralização da disciplina. Inclusive, Buzan e Acharya organizaram um trabalho sobre teorias não ocidentais de RI. O terceiro grupo (azul) é formado por autores mais antigos como Carr, Morgenthau e Aron, referências do realismo clássico. Interessante notar a presença do especialista em epistemologia, Lebow, e do Neoliberal Nye Jr. Mas esses autores estão mais próximos do cluster vermelho. Por último temos o menor grupo

(amarelo) formado por dois autores clássicos da Escola Inglesa. Podemos notar que eles fazem a ponte entre o Buzan e autores como Hoffmann e Aron.

Acreditamos que vale destacar quais são as principais contribuições de cada grupo para o desenvolvimento da disciplina. Os autores do cluster vermelho são os responsáveis por estabelecer o principal debate da disciplina entre neorealistas e neoliberais. São os responsáveis por reformular a disciplina em termos metodológicos ao assimilar as críticas behavioristas em relação as teorias clássicas de RI. Waltz e Keohane conseguem repensar essas teorias sem perder a essência e, assim, aderir a um modelo de teoria igual aos da subárea de APE, que possuem diferentes objetivos explicativos. A principal contribuição dessas teorias é discutir como ganhos absolutos e relativos podem influenciar no comportamento dos Estados em termos de cooperação e conflito (Baldwin, 1993). Além desses autores vemos a presença de Wendt, principal alternativa teórica, uma espécie de terceira via. O construtivismo foi importante, principalmente, para regiões mais periféricas que viram nessa teoria uma oportunidade participar da história teórica da disciplina. Esses três autores simbolizam a estruturação das RI em uma disciplina aplicada em modelos de análise quantitativos e/ou qualitativos, em outras palavras, são os responsáveis por transformar a disciplina em uma ciência social contemporânea.

O cluster azul traz justamente os autores criticados pelos behavioristas. Esses foram os responsáveis por transformar o Realismo Clássico na teoria dominante das relações internacionais nas décadas de 1940 e 1950. A partir de Morgenthau, Aron e Carr temos a discussão sobre balança de poder, sobre os limites do direito internacional como mecanismo de coerção internacional, sobre a necessidade de se entender o papel dos políticos responsáveis pelo processo de tomada de decisão e, nesse sentido, como a ética e a moral devem ser aplicadas de forma responsável e pragmática para a política internacional. A maioria desses autores nasceu no século XIX e assistiu as duas grandes guerras mundiais, portanto, são pesquisadores céticos sobre a natureza humana. Mas foram os responsáveis por estruturar as bases da disciplina no início do século passado.

O cluster amarelo é composto por Wight e Bull, autores da Escola Inglesa que discutem o conceito de sociedade internacional e de poder. Utilizam bastante da história para construir uma teoria mais descritiva dos comportamentos dos Estados. Discutem o papel da ética, das normas e do direito internacional de uma forma

pragmática, diferente dos idealistas. Podemos pensar na Escola Inglesa como um meio termo entre os realistas clássicos e os idealistas, como Angell e Wilson.

O cluster verde traz o grupo mais heterogêneo. Existem aqui autores de diferentes abordagens da teoria crítica para as relações internacionais (Cox, Linklater, Wallerstein, Rosenberg e Hobson), um autor clássico sobre cooperação internacional (Ruggie), um teórico construtivista chinês (Qin Yaqing), um autor indiano responsável pela inserção de outros estudiosos de países não ocidentais dentro da construção teórica da disciplina (Acharya) e um autor presente em várias subáreas, como segurança internacional, regionalismos e teoria de relações internacionais, mas também representante da Escola Inglesa, Barry Buzan. Acreditamos que um fator une todos esses autores: a procura por pluralizar as teorias de relações internacionais. Aplicar novas ontologias, epistemologias e metodologias de outras disciplinas, como sociologia, economia política internacional, história, e de outras regiões do mundo, especialmente no caso de Buzan e Acharya com o livro sobre teorias não ocidentais de RI, um marco para a disciplina. Não pode acaso eles estão relacionados diretamente com o Hoffmann (1977), principal responsável por iniciar o debate sobre o domínio norte-americano dentro da disciplina ainda durante os anos 1970.

Utilizamos como inspiração a análise de Kristensen (2018) sobre por quais motivos os pesquisadores fazem citações. A partir das três abordagens apresentadas anteriormente podemos refletir de forma mais profunda a estrutura da base intelectual da disciplina. Nesse sentido, a abordagem normativa nos permite interpretar que todos os autores citados na rede representam marcos importantes para o desenvolvimento da disciplina. Portanto, estão presentes na maioria dos manuais sobre teoria e na historiografia dos grandes debates. Em sua maioria, esses autores representam teorias de forma clara (abordagem simbólica), por isso acreditamos que Waltz e Keohane são aqueles mais co-citados, pois estes são os símbolos do debate neo-neo (Baldwin, 1993; Wæver, 1998). Para a abordagem construtivista sobre citações ficam evidentes algumas questões: todos os autores são homens, a maioria é branca e estão (ou estavam) vinculados a uma grande universidade do Norte Global, principalmente nos EUA e no Reino Unido. Citar esses autores em alguma medida traz status para o trabalho ou é está mesmo encarado como um pré-requisito bibliográfico. Vale ressaltar que não existem autores turcos ou brasileiros na rede. Os resultados da análise de cocitações de autores também correspondem nossas

expectativas. Autores do Norte Global dominam a amostra e permanecem como base intelectual da produção teórica em relações internacionais.

2.4.2 Scopus

Na *Scopus* foram coletados 1.572 artigos de 533 periódicos. Ao todo, 1.788 autores fazem parte dessa amostra, com 988 artigos produzidos individualmente pelos autores. A taxa de coautoria internacional é de 6.6%. Interessante notar que esse número é menor do que o encontrado na *Web Science*, mesmo que essa base tenha cerca de cinco vezes mais artigos. Isso é mais um indício que escrever sobre teoria em relações internacionais parece ser um exercício individual e restrito a colaborações locais. Assim como na outra base, o ano de 2020 obteve o maior número de artigos publicados sobre Teoria das Relações Internacionais (113), tendo um crescimento maior a partir de 2008. É importante contextualizar que esse foi um período relevante no desenvolvimento recente da disciplina, uma vez que ocorrem fenômenos marcantes como a crise econômica da Europa, a ascensão dos BRICS e a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos. O número de referências analisadas é de 84.912. Pesquisadores dos EUA também predominam na amostra, seguidos de britânicos e canadenses. O periódico com mais artigos sobre o tema foi o *European Journal of International Relations*, uma revista de Relações Internacionais organizada por um comitê conjunto da *Standing Group on International Relations* e da *European International Studies Association*, criada em 1995.

A Tabela 2 possui dados semelhantes aos encontrados na Tabela 1. Isso já era esperando pelo mesmo recorte temporal. Contudo, algumas informações podem ser destacadas. Primeiro, a existência de um periódico indiano nessa amostra (*International Studies*), que possui número elevado de artigos em termos absolutos, mas apresenta um fator de impacto pequeno em comparação aos periódicos britânicos e estadunidenses. Segunda informação, o periódico turco (*Uluslararası İlişkiler/International Relations*) continua como um dos maiores produtores de artigos sobre TRI, agora em quarto lugar, demonstrando realmente o interesse dessa revista no tema. Terceiro, a Rússia possui mais periódicos (3) do que os EUA (2) entre os periódicos que mais produzem sobre TRI. Entretanto, estes possuem baixas medidas de fator de impacto e baixos níveis de coautoria internacional. Elementos que

combinados podem indicar um isolamento dessa produção. Por fim, o domínio dos periódicos britânicos entre aqueles que mais produzem contrasta com o domínio dos EUA em termos totais de produção. Nesse sentido, os EUA possuem um maior número total de periódicos que produzem sobre TRI, mas o Reino Unido possui aqueles que produzem individualmente mais. De toda forma, esse resultado é mais um indício de confirmação de nossa H1 sobre o domínio da subárea por parte de britânicos e estadunidenses.

Tabela 2 - Fator de impacto, número total de citações, autocitações e nível de internacionalização de coautoria em 2022 (*Scopus*)

Revista	País	SJR	H-Index	Citações totais	Auto citações	Coautoria internacional (%)
European Journal of International Relations	Reino Unido	1.64	98	553	47	14.00
International Relations	Reino Unido	0.57	43	188	0	18.46
Millennium: Journal of International Studies	Reino Unido	0.77	72	153	1	8.00
Uluslararası İlişkiler	Turquia	0.32	8	62	15	11.54
International Studies Quarterly	Estados Unidos	1.77	113	778	58	38.46
Cambridge Review of International Affairs	Reino Unido	0.8	47	389	10	15.58
International Studies Review	Estados Unidos	1.08	68	461	38	31.48
Review of International Studies	Reino Unido	1.07	81	411	6	28.26
International Politics	Reino Unido	0.35	38	189	15	22.77
Journal of International Political Theory	Reino Unido	0.75	13	102	10	12.50
Mezhdunarodnye Protsessy	Rússia	0.2	7	30	4	0
International Studies Perspectives	Reino Unido	0.74	53	147	5	18.75
International Studies	Índia	0.28	16	67	0	15.79
International Theory	Reino Unido	1.13	35	154	7	14.81
Journal of International Relations and Development	Reino Unido	0.59	36	253	10	25.53
International Affairs	Reino Unido	1.46	91	1003	165	0

International Organization	Reino Unido	4.8	157	852	21	18.18
Cooperation And Conflict	Reino Unido	0.79	48	224	15	0
Polis (Russian Federation)	Rússia	0.31	9	123	36	7.35
Pacific Review	Reino Unido	0.63	55	344	57	18.84
World Economy And International Relations	Rússia	0.29	11	252	45	5.06

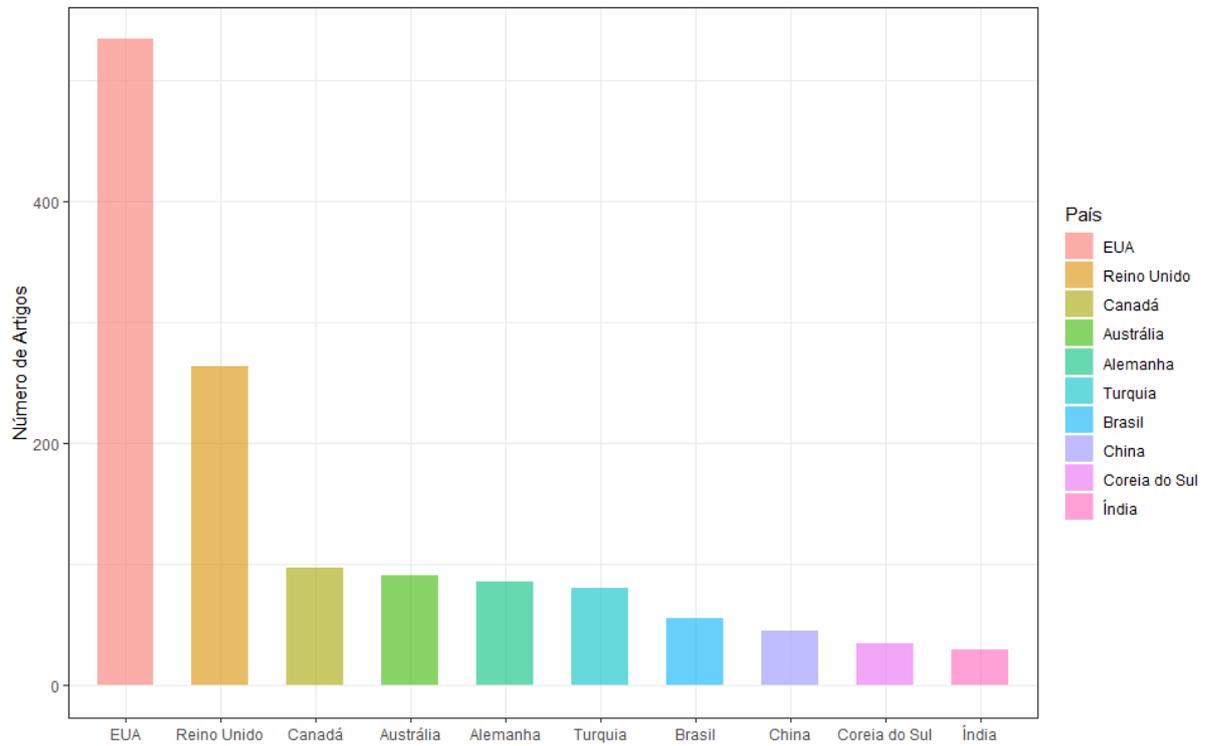
Fonte: Elaboração própria a partir dados da *SCImago Journal and Country Rank*.

O Gráfico 3 mostra os dez países que mais publicaram artigos científicos sobre TRI. Diferentemente da amostra da *Web of Science*, os cinco países que mais produzem estão localizados no Norte Global. Inclusive os quatro primeiros são de origem anglo-saxã e utilizam o inglês como língua oficial. Portanto, essa base mostra o domínio institucional dos periódicos anglo-estadunidenses. A participação do Sul Global ainda é dominada por Turquia, Brasil e China, confirmando os resultados encontrados na outra base. Importante ressaltar a presença de Coreia do Sul e Índia e a ausência da Rússia. Assim, a análise desse gráfico confirma expectativas anteriores sobre as estruturas institucionais da disciplina predominantemente estadunidense e europeia.

O mapa da produção global sobre TRI, a partir dos dados da *Scopus*, está representado na Figura 7. Podemos destacar mais uma vez a presença importante de Turquia e Brasil, acima das potências asiáticas como China, Índia e Coreia do Sul. Contudo, o mapa ilustra o domínio dos países do Norte Global na produção teórica da disciplina nos últimos 30 anos, particularmente, como já destacamos, por parte de EUA e Reino Unido. Ao mesmo tempo, quando observamos o nível de colaboração entre os pesquisadores, os dados se repetem com aqueles coletados nos artigos da *Web of Science*: independentemente de serem oriundos do Norte ou Sul Global, a maior parte dos pesquisadores de TRI publicam com outros pesquisadores da mesma nacionalidade⁸.

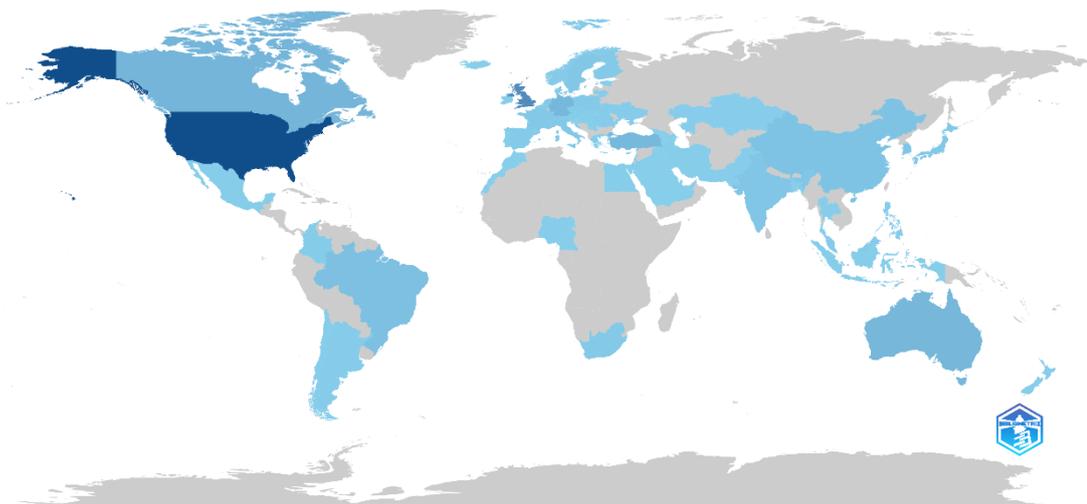
⁸ Os dados correspondem aos índices de colaboração (*Single Country Publications (SCP)* e *Multiple Country Publications (MCP)*) fornecidos pelo *Bibliometrix* onde podemos ver a distribuição da produção científica intra países e entre países.

Gráfico 3 - Países que mais publicaram sobre TRI (Scopus)



Fonte: Elaboração própria.

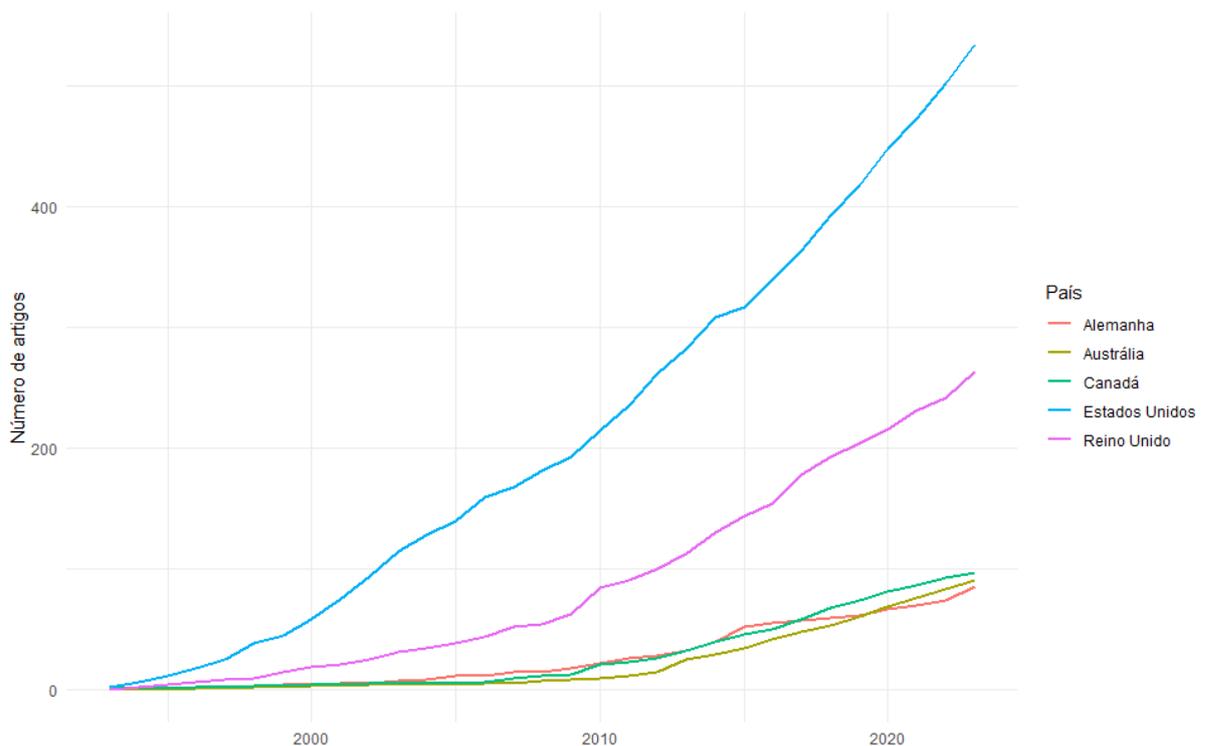
Figura 7 – Produção científica sobre TRI no mundo (Scopus)



Fonte: Elaboração própria.

A prominência dos países centrais pode ser visualizada a partir da distribuição da frequência de artigos ao longo do tempo. Diferentemente da *Web of Science*, na *Scopus* encontramos apenas países do Norte Global como os principais produtores de artigos sobre teoria: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Canadá e Austrália (Gráfico 4). O mesmo padrão se repete para o total de citações dos artigos, com pequenas variações. Podemos notar que a década de 2010 foi especialmente produtiva para o tema. Inúmeros eventos internacionais importantes ocorreram nos últimos anos que justificam esse aumento expressivo, como: Primavera Árabe; Invasão da Crimeia; saída das EUA de Afeganistão e Iraque; aumento dos fluxos migratórios por causa de conflitos e desastres ambientais; Pandemia Mundial do Covid-19; Invasão da Ucrânia por parte da Rússia; entre outros eventos.

Gráfico 4 – Principal produção científica dos países no tempo (*Scopus*)

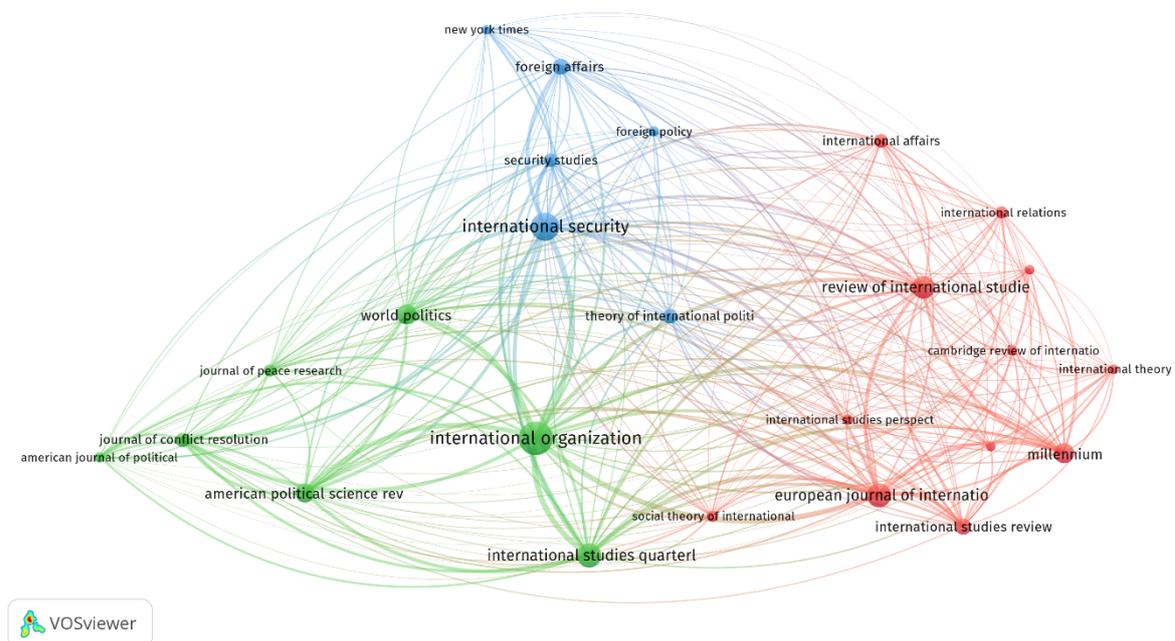


Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 8 apresentamos a rede de citações recíprocas entre as 25 fontes mais citadas presentes nos corpus dos artigos selecionados na base *Scopus*. Como essa base é cinco vezes maior que a base da *Web Science*, aumentamos o mínimo de repetições também para cinco vezes. Sendo assim, estipulamos um mínimo 175 repetições. Isso facilita a visualização dos dados e a comparação com a outra rede de

citações recíprocas. Na Figura 8 observamos, então a presença de três clusters que apresentam uma divisão semelhante àquela observada na outra base. O primeiro grupo (verde) é formado por publicações norte-americanas com alto fator de impacto e foco metodológico. Aqui notamos nesse grupo a influência metateórica da ciência política dos EUA.

Figura 8 – Rede de citações recíprocas entre as 25 fontes presentes nos corpus dos artigos selecionados (*Scopus*)

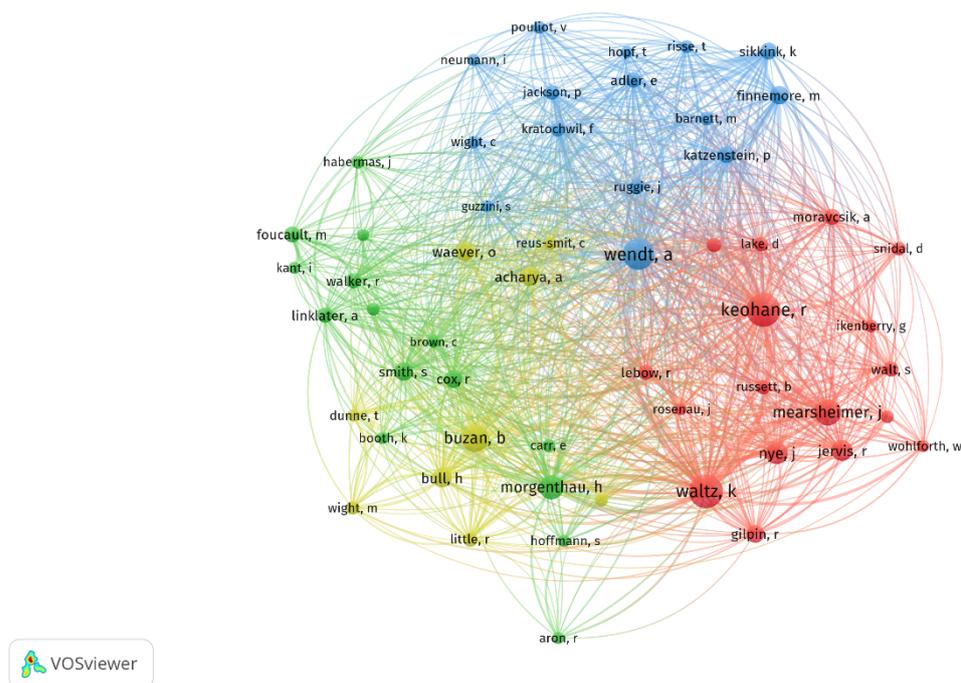


Fonte: Elaboração própria.

No grupo do meio (azul) temos as fontes especializadas em análise de política externa (acadêmica e jornalística) e estudos de segurança internacional. A amostra abarca períodos históricos com muitos conflitos internacionais contemporâneos, dessa forma, era uma expectativa nossa a relação com revistas e jornais internacionais, como fonte de informações em tempo real para os teóricos de RI. O terceiro grupo (vermelho) é aquele dominado pelos periódicos europeus. Essas fontes são historicamente mais abertas a abordagens pós-positivistas e a estudos sobre direito internacional. Aqui também estão presentes periódicos especializados em discussões metateóricas como o *EJIR*, *Millennium* e *International Theory*.

nos mostra que esses estudos estão discutindo a própria natureza da disciplina, sua composição, seus pressupostos, seus debates e as implicações de conceitos-chaves, como anarquia e soberania. Entre autores europeus não existe um consenso sobre a vitória do positivismo sob as abordagens pós-positivistas. Nem mesmo entre pós-positivistas e suas múltiplas abordagens. Quando falamos de abordagens pós-positivistas nos referimos a grupo heterogêneo com teorias muito diferentes, como o interpretativistas, teóricos críticos e teóricos normativos (Lamont, 2022). Todavia, a rede está intimamente interligada através dos dois grupos do meio (azul e amarelo) que contêm termos-chave do estudo da política internacional, como poder, paz e guerra. Além de contar com as abordagens teóricas que mais transitam entre EUA e Europa: Liberalismo e Construtivismo.

Figura 10 - Rede de cocitações entre os autores citados nos artigos selecionados (Scopus)



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 10 apresentamos a rede de cocitações entre os autores citados nas referências bibliográficas dos artigos selecionados na base *Scopus*. No total encontramos 41.687 autores, contudo, somente 56 atendem ao nosso *threshold* de no mínimo cem (100) citações. Essa rede possui particularidades em relação a da *Web of Science*, principalmente pela maior diversidade de autores encontrados.

Conseguimos ver quatro clusters temáticos. No primeiro (verde) encontramos os autores de abordagens críticas e pós-estruturais, predominantemente de origem europeia, assim como também encontramos a influência de disciplinas como a sociologia, a antropologia, a economia política e a filosofia política. No cluster amarelo encontramos os autores clássicos da Escola Inglesa, não apenas Bull e Wight, como também Buzan, Dunne e Little. Esses autores também se dedicam a pesquisar sobre elementos metateóricos e produzem *handbooks* sobre a disciplina de relações internacionais, com destaque para a teoria. Nesse grupo também estão autores que buscam cooperar com pesquisadores do Sul Global para diversificar a produção em TRI, é o caso de Waever e seus projetos com Arlene Tickner (Colômbia) e, mais uma vez, o indiano Acharya com a Ásia e a América Latina.

O cluster azul é composto por autores construtivistas. A rede de co-citações da *Scopus*, comparada a *Web of Science*, mostra uma diversidade maior de autores e demonstra o papel-chave desempenhado pelo Construtivismo na evolução dos estudos de TRI. Autores como Katzenstein, Kratochwill, Guzzini, Barnett, Risse, Jackson e Adler produzem novas interpretações sobre temas clássicos da disciplina: segurança, cooperação, integração regional, direitos humanos e metodologia. Contudo, acreditamos que o elemento mais significativo desse grupo é a presença, pela primeira vez nas análises das nossas amostras, de duas autoras: Martha Finnemore e Kathryn Sikkink. Isso mostra o forte viés de gênero dentro da disciplina e especialmente quanto as TRI. Por isso, iremos apresentar uma breve introdução das duas únicas mulheres que conseguem participar do debate intelectual da disciplina de uma forma significativa. Tendo em vista que, embora inúmeras autoras sejam fundamentais para a evolução intelectual da disciplina, a presente amostra indica que elas não conseguem ser citadas com essa mesma intensidade.

Martha Finnemore é uma professora estadunidense de ciência política e relações internacionais na Universidade de George Washington (EUA). Segundo seu próprio perfil oficial acadêmico seus focos de pesquisa são: governança global, organizações internacionais, ética e teoria social (Elliot School of International Affairs, 2024). A pesquisa mais emblemática da sua carreira é o livro "*Rules for the World: International Organizations in Global Politics*", escrito em coautoria com Michael Barnett, autor também presente nesse grupo. Esse trabalho foi fundamental para mudar a percepção da disciplina como um todo sobre o papel das burocracias internacionais. Finnemore e seu coautor mostram como as burocracias são atores

internacionais com interesses próprios e que, por isso, conseguem influenciar no comportamento das organizações internacionais e na relação destas com os Estados e demais atores não-estatais (Barnett; Finnemore, 2019).

Por sua vez, Kathryn Sikkink também é uma professora estadunidense de ciência política e relações internacionais, na Universidade de Harvard (EUA). Segundo sua página acadêmica oficial, possui como foco de pesquisa os temas de direitos humanos, normas e instituições internacionais, justiça de transição, leis da guerra e, seu tema mais citado, redes de advocacia transnacionais (Harvard, 2024). Seu trabalho mais citado é em coautoria com outra pesquisadora, Margaret Beck, e se chama "*Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*", livro publicado em 1998. A grande virtude dessa pesquisa é apresentar a abordagem construtivista de uma forma prática e aplicada à realidade da política internacional através de um tema inovador, o papel das redes de advocacia transnacionais na política internacional (Keck; Sikkink, 1998).

Vale a pena ressaltar que são duas pesquisadoras dos EUA, brancas e de grandes universidades. Isso mostra o nível de exclusão da subárea de TRI. Apesar de não ser nosso lugar de fala, acreditamos que é importante uma reflexão sobre o acesso ou o estímulo que pesquisadoras não brancas, de países do Sul Global, possuem para participar da produção teórica da disciplina de Relações Internacionais. A representatividade importa durante o processo de aprendizagem e esse apagamento intelectual de minorias será cada vez mais um tópico central para a construção de uma disciplina realmente internacional e global, em termos de representação não só em ensino e pesquisa, mas também na produção de novas abordagens teóricas.

O quarto cluster vermelho é formado pelos autores neorrealistas e neoliberais. A partir dessa rede podemos notar uma aproximação ontológica, epistemológica e metodológica, portanto, não se trata de um debate, mas na verdade de uma síntese neo-neo (Wæver, 1998). Aquilo que tivemos de mais parecido em RI com um paradigma científico, como descrito por Kuhn (2018). Em outras palavras, sob o domínio do paradigma neo-neo, as RIs passaram por uma fase de produção científica acelerada, na qual a grande inovação dos estudos seria aplicar as teorias a novos casos extraídos da política internacional. Assim, temos mais indícios da importância de autores, como Waltz e Keohane na estruturação intelectual da disciplina.

Por fim, a reflexão sobre as abordagens que interpretam os motivos pelos quais os autores podem fazer citações, seguindo o modelo de Kristensen (2018). Segundo a abordagem normativa, podemos observar que na rede, de fato, estão representados os autores importantes para a construção da disciplina. São aqueles com o maior fator de impacto e que estão presentes em todos os *handbooks* e manuais sobre teoria de relações internacionais disponíveis no mercado nacional e internacional. Portanto, são autores que discutem todas as dimensões possíveis dentro da lógica ocidental de ciência, os limites ontológicos, epistemológicos e metodológicos da disciplina.

Para a abordagem simbólica, podemos observar nas redes as principais discussões teóricas, temáticas e metodológicas da disciplina nos últimos 30 anos em perspectiva global. O grupo vermelho simboliza os autores *mainstream* do debate neo-neo. O grupo azul simboliza os estudiosos da cooperação e da segurança internacional, que migraram respectivamente do neoliberalismo e do neorealismo para o construtivismo, pois este surge na década de 1990 como alternativa teórica mais abrangente e completa para a compreensão dos novos fenômenos contemporâneos do pós Guerra Fria. Então, citar esses autores era símbolo de modernização e pluralização, mudando a temática nuclear da central para a época da bipolaridade. Os grupos verde e amarelo simbolizam as escolas mais alternativas de pensamento da política internacional. Nesses dois grupos encontramos autores clássicos de outras disciplinas e, principalmente, referências europeias. Citar autores desses grupos simboliza a adoção de teorias e metodologias interpretativas, críticas e normativas. Esse grupo também simboliza os autores que defendem um lugar para o Sul Global, mesmo que eles não sejam nascidos nesses países ou desempenhem suas funções como professor e pesquisador dentro dessa realidade periférica.

Para a abordagem construtivista sobre citações bibliográficas, a maioria desses autores, independente de vertente teórica ou temática, é proveniente de países ricos do Norte Global ou está vinculado a grandes universidades estadunidenses ou europeias. As únicas mulheres da amostra são brancas, estadunidenses e trabalham em grandes universidades globais. Isso nos mostra o perfil socioeconômico e étnico daqueles indivíduos que conseguem dedicar sua carreira a pensar a estruturação intelectual da disciplina de RI. A partir dessa rede de citações notamos a invisibilidade da maioria dos pesquisadores do mundo, principalmente das pesquisadoras. O aumento da produção de Turquia e Brasil não é acompanhado pela ascensão de nenhum pesquisador do sul global. Nenhum autor consegue atingir

nosso mínimo de citações. Isso é uma característica forte da estrutura intelectual da disciplina, formada em sua maioria por autores estadunidenses, canadenses, britânicos, alemães e franceses. Podemos identificar, então, a ausência de latino-americanos, africanos e asiáticos. Em suma, as Relações Internacionais na sua construção teórica não conseguem representar nem 1/4 (um quarto) do globo.

2.4.3 Retomando as hipóteses

A partir da análise dos metadados dos artigos que compõem nossos dois bancos originais, podemos agora avaliar as hipóteses que guiaram o capítulo. Nosso desenho de pesquisa possui abordagem descritiva-exploratória, portanto, nossas hipóteses também são descritivas e buscam destacar características-chave da produção teórica da disciplina de Relações Internacionais. Uma das grandes inspirações da pesquisa foi o artigo seminal de Hoffmann (1977), no qual o autor britânico questiona se RI seria uma disciplina estadunidense. O autor identifica o domínio de autores, teorias, universidades e periódicos dos EUA na disciplina, algo que é justificado pelo interesse desse país no sistema internacional durante a Guerra Fria. Dessa forma, o incentivo e financiamento da pesquisa em RI nos EUA foi um projeto de Estado, inclusive com a participação de pesquisadores europeus, como o alemão Morgenthau (Hoffmann, 1977).

A breve historiografia que fizemos da evolução teórica da disciplina ao longo do século XX possui esse objetivo, mostrar o domínio estadunidense. A partir da década 1990 por causa do fim da Guerra Fria e pelos avanços tecnológicos que aceleraram o processo de globalização, novos autores e regiões foram inseridos (ou se inseriram) no debate teórico das RI. Nesse sentido, autores como Smith (2000) e Tickner (2003) retomam o problema de pesquisa proposto por Hoffmann (1977) na virada do século XXI. Então, qual é a principal conclusão dessas pesquisas? De fato, ocorreu a expansão da disciplina de RI para além do eixo anglo-estadunidense. Inclusive, as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pelo aumento expressivo de cursos no Brasil (Herz, 2002; Miyamoto, 2003; Barasuol; Silva, 2016). Entretanto, a expansão ainda não está combinada com o aumento da presença de teorias latino-americanas, asiáticas ou africanas dentro da pesquisa em RI (Kristensen, 2018;

Bernal-Meza, 2016, Acharya; Buzan, 2017). Logo, acreditamos que nossas hipóteses conseguem captar a discussão proposta para o recorte temporal.

Nossa primeira hipótese (H1) espera que as teorias e os autores estadunidenses e britânicos permaneçam no domínio dos estudos sobre TRI dentro do recorte temporal (1993-2023). As análises realizadas dos 1.868 artigos (*Web of Science* e *Scopus*) confirmam nossa hipótese. Nos últimos trinta anos de fato ocorreu um aumento constante na participação dos periódicos do Sul Global, com destaque para a alta produção de Turquia, Brasil e China. Contudo, esse aumento no número de artigos não conseguiu mudar as bases conceituais e intelectuais da subárea de TRI. As redes de co-ocorrência de termos e cocitações de autores apresentam fortes indícios do domínio dos conceitos, teorias, instituições e autores estadunidenses e britânicos. Então, RI permanece como uma disciplina centrada em grandes correntes teóricas como Realismo, Liberalismo, Construtivismo e Marxismo. Um achado importante é baixa presença de mulheres entre os mais co-citados. Além de poucos autores asiáticos e nenhum latino-americano ou africano.

Quadro 3 – Quadro-resumo das hipóteses testadas

Hipótese	Foco	Resultado
H1	Domínio dos EUA/Reino Unido	Confirmada
H2	Domínio do Positivismo	Parcialmente confirmada
H3	Sul Global periférico	Parcialmente confirmada

Fonte: Elaboração própria.

A segunda hipótese (H2) de nossa pesquisa espera entender se o positivismo ainda fornece a base ontológica, epistemológica e metodológica das teorias mais co-citadas dentro da subárea de TRI. Acreditamos que as análises confirmam parcialmente essa ideia. Grande parte dos clusters encontrados nas redes de cocitações nas duas bases são formados por autores de teorias positivistas, como Realismo e Liberalismo. Contudo, ocorreu durante a década de 1990 uma mudança metateórica na disciplina, inclusive dentro das teorias *mainstream*, um movimento intelectual que viria a ser conhecido como pluralismo teórico (Checkel, 2013). Parte da literatura acreditava que os fenômenos internacionais tinham se tornado mais complexos após o fim da Guerra Fria e por isso defendiam que a combinação de diferentes abordagens ontológicas, epistemológicas e metodológicas era fundamental para analisar as RI contemporâneas (Santana *et al.*, 2017).

Isso provocou mudanças importantes, principalmente entre autores liberais, que aderiram a conceitos mais pós-positivistas (imateriais), como elementos importantes dos seus desenhos de pesquisa. Assim, a classificação dos autores deve levar em conta isso. Podemos destacar ainda a importância e forte presença de autores construtivistas, como Wendt (1999), dentro das redes de citação. O construtivismo é uma das principais teorias de RI e justamente propõe ser uma ponte entre os positivistas e os pós-positivistas. Acreditamos, então, que o positivismo continua sendo uma força da disciplina, contudo, as abordagens pós-positivistas nas suas diferentes abordagens (interpretativas, críticas e/ou normativas). Em outras palavras, não é uma tarefa simples categorizar uma TRI dentro de uma caixa metateórica, pois o pluralismo teórico e metodológico são marcas da disciplina no Norte e no Sul Global (Checkel, 2013, Jackson, 2016, Santana *et al.*, 2017; Kristensen, 2021; Lamont, 2022, Pinto, 2023).

Finalmente nossa terceira hipótese (H3) busca entender o lugar dos pesquisadores do Sul Global dentro da produção teórica da global da disciplina de RI. Acreditamos que nossos dados corroboram em parte com essa hipótese. Existe uma reivindicação antiga dos autores periféricos dentro da produção científica. Durante os movimentos de descolonização dos países da África e da Ásia, ocorreu um movimento intelectual dentro das Ciências Sociais, destacando a necessidade de se desenvolver um pensamento independente das colônias europeias, que valorizasse alternativas locais de produção de conhecimento. Nessa primeira geração se destacam autores de ex-colônias britânicas e francesas. No caso latino-americano esse movimento aconteceu no fim dos anos 1980 com o chamado "Giro Colonial" (Ballestrin, 2013).

Os intelectuais da América Latina denunciaram a invisibilidade da região dentro do movimento pós-colonial e lançaram um novo movimento chamado de "decolonial" que buscava representar as particularidades deixadas na região devido a colonização portuguesa e espanhola. Independentemente de serem pós-coloniais ou decoloniais, os autores do Sul Global, em sua maioria ex-colônias de países do Norte Global, encontraram grande dificuldade para participar da construção teórica da disciplina de RI (Tickner, 2003; Barasuol; Silva, 2016; Bernal-Meza, 2016).

A análise dos dados sobre produção de artigos sobre TRI indica que ao longo das duas últimas décadas, potências regionais e, no caso da China, globais, localizadas no Sul Global estão cada vez mais participando da discussão. Nesse sentido, não podemos afirmar que o papel desses autores não mudou de patamar.

Entretanto, estes mesmos autores não são representados de forma compatível com o nível de produção dentro das citações de autores. Os teóricos indianos e chineses fogem a essa regra. A China se tornou uma superpotência e a Índia está na mesma trajetória. Nessa pesquisa, os dois países são considerados membros do Sul Global por questões históricas e ideológicas, mas em termos políticos, econômicos e militares diferem bastante de um país periférico convencional.

O caso de Turquia e Brasil ilustram bem porque acreditamos que a H3 é confirmada parcialmente. Esses dois países se destacam na produção de artigos sobre TRI entre 1993 e 2023. Especialmente a Turquia, que ocupa a primeira posição dentro da base da *Web of Science* e o quarto lugar na *Scopus*. Todavia, o número alto de artigos ainda não foi convertido em uma maior influência nas bases institucionais, conceituais ou intelectuais. Dentro da análise da co-ocorrência de fontes, termos e citações não encontramos autores turcos e brasileiros com grande destaque. Assim, acreditamos que os pesquisadores desses países ainda utilizam como referência as teorias e conceitos desenvolvidos no eixo anglo-estadunidense. Por isso, acreditamos que os pesquisadores do Sul Global ainda ocupam um lugar secundário na subárea de TRI.

2.5 Considerações finais

O objetivo desse capítulo foi apresentar as bases estruturais da subárea de Teoria das Relações Internacionais em termos institucionais, conceituais e intelectuais. A pesquisa científica é uma atividade coletiva, assim, utilizamos como inspiração alguns estudos que realizaram tarefas semelhantes a nossa, mas focando em outras disciplinas ou subáreas das RI (Kristensen, 2018; Codato *et al.*, 2020; Leite; Feres Jr., 2021; Rezende, 2023). Portanto, a partir das possibilidades de execução para essa tarefa optamos pela estratégia das análises bibliométricas e cientométricas. O grande desafio desse tipo de metodologia é escolher a amostra mais adequada para completar seu objetivo. Nesse sentido, optamos por combinar amostras das duas principais bases científicas da atualidade: *Web of Science* e *Scopus*. Utilizando critérios transparentes de inclusão e exclusão dos artigos chegamos a dois bancos de dados que juntos somam mais de 1.800 artigos sobre Teoria de Relações Internacionais.

Existem algumas escolhas metodológicas que necessitam ser discutidas. Estas não representam limitações aos achados encontrados na pesquisa, mas servem para refletir criticamente algumas questões associadas com a própria estrutura acadêmica global de RI. Primeira escolha, as duas bases utilizadas, *Web of Science* e *Scopus*, não contemplam todos os periódicos do mundo, mas são as mais utilizadas pela comunidade acadêmica como fonte de dados bibliográficos. A riqueza das informações disponibilizadas equilibra a relativa falta de representatividade global. Da mesma forma, a opção por essas bases produz um viés linguístico e regional, pois grande parte dos artigos presentes nesses repositórios é escrita em inglês, o que pode indicar um domínio dos países desenvolvidos de origem anglo-saxã, politicamente localizados no Norte Global. Contudo, essas características não limitam o principal objetivo da pesquisa que é justamente entender quais são os artigos com maior fator de impacto a nível global. Estes são os artigos que de fato podem apresentar as estruturas institucionais, conceituais e intelectuais da disciplina de forma efetiva.

Antes de adentrarmos na análise dos metadados dos artigos coletados, apresentamos de forma sucinta a evolução teórica da disciplina de RI ao longo do século XX. O principal objetivo dessa parte do capítulo era apresentar ao leitor as principais teorias, conceitos e elementos metateóricos (ontologia, epistemologia e metodologia das teorias de relações internacionais). A abordagem focada nos grandes debates da disciplina possui claras limitações de representação, pois é focada nas teorias ocidentais provenientes dos EUA e Europa. Contudo, ela é uma opção pedagógica para justamente expor como a história da disciplina é contada aos estudiosos de RI, estejam estes no início ou na maturidade de suas carreiras.

Para realizar nossas análises utilizamos diferentes softwares gratuitos que criam de forma intuitiva redes de conexões entre as principais fontes, conceitos e autores da disciplina. A grande surpresa de nossa análise foi identificar a ascensão de Turquia e Brasil nos últimos 30 anos como produtores de artigos sobre o tema. Contudo, nenhum dos dois países consegue representação nas redes de citações de fontes, conceitos e autores. Em outras palavras, nossas expectativas foram confirmadas: as Relações Internacionais continuam a ser uma disciplina dominada pelas instituições, conceitos e autores do Norte Global, com destaque para a permanência dos EUA, líder em todas as métricas.

Entretanto, existem sinais de uma pluralização. Em todas as análises é possível identificar a presença de autores europeus mais críticos a essa falta de representação.

Nesse sentido, a presença de revistas, conceitos e teorias interpretativas, críticas e normativas, mostra que passamos nas últimas décadas por novos debates, focalizados em questões epistemológicas e metodológicas. Existe uma crítica importante ao distanciamento dos autores clássicos de RI em relação aos problemas dos países periféricos, localizados no Sul Global. Autores como Buzan, Acharya e Waever são responsáveis por convidar autores latino-americanos, africanos e asiáticos a se posicionarem nesse debate tão elitista. Outro ponto fundamental de nossa análise é a ausência de pesquisadoras mulheres. Somente duas autoras conseguem atingir os critérios mínimos de corte na amostra, mesmo assim elas não são representativas das demais pesquisadoras ao redor do mundo. Isso mostra um desafio para o futuro: criar oportunidades para aqueles que não se sentem representados na construção teórica da disciplina, principalmente as jovens pesquisadoras do Sul Global. O que acontece com essas pessoas na prática? Elas provavelmente não estudam e nem produzem teorias, retroalimentando uma estrutura hierárquica de pensamento. Quebrar esse ciclo torna-se responsabilidade de todos nós.

3 O QUE A AMÉRICA LATINA PRODUZ SOBRE TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

3.1 Introdução

O que a América Latina produz sobre Teoria de Relações Internacionais (TRI)? O objetivo desse capítulo é mapear as bases institucionais, conceituais e intelectuais da subárea de TRI na América Latina. A partir de uma abordagem crítica e normativa, iremos realizar uma análise de conteúdo categorial em um banco de dados original. O banco é composto por 43 artigos selecionados de forma sistemática, a partir dos 21 periódicos latino-americanos com maior fator de impacto, segundo a plataforma científica *SCImago Journal and Country Rank*. Importante ressaltar que são periódicos associados a instituições latino-americanas, mas que podem operar como periódicos globais e por isso receber contribuições de autores estrangeiros a América Latina. Por se tratar de um desenho de pesquisa descritivo, exploratório e inédito na abordagem epistemológica crítica, apresentamos hipóteses descritivas a serem testadas. Ao final, iremos comparar os resultados da produção da região com aqueles encontrados no primeiro capítulo anterior, a fim de localizar a produção latino-americana em uma perspectiva global.

A quarta hipótese (H4) é sobre a baixa diversidade institucional e nacional dos autores latino-americanos que conseguem produzir sobre teoria. Esperamos que países historicamente mais desenvolvidos na região sejam aqueles que mais produzem sobre TRI: Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia. Nossa quinta hipótese (H5) é de que a produção latino-americana em TRI ainda possui como base autores internacionais do Norte Global. Em nossa sexta hipótese (H6) exploramos a ideia de que a independência intelectual dos autores latino-americanos em relação ao Norte Global aumenta ao longo do tempo. A tese possui como intuito contribuir com uma visão inédita sobre a produção teórica de Relações Internacionais por autores que publiquem em periódicos locais. Existe uma diferença importante entre a produção *sobre* a América Latina e a produção *da* América Latina. O foco de nossa análise é na segunda opção.

Portanto, esperamos encontrar as principais contribuições e agendas de pesquisa dos autores latino-americanos que possuem maior fator de impacto nas Relações internacionais. Ao mesmo tempo, gostaríamos que nossa pesquisa

mostrasse a importância da teoria para a qualidade da pesquisa científica na área e porque é fundamental ter representatividade nos modelos teóricos propostos. As Relações Internacionais não devem ser uma disciplina estadunidense, ou ocidental, pois a ciência não deveria ter nacionalidade (ou donos). Nesse sentido, se queremos de fato repensar as relações internacionais em uma perspectiva mais democrática, a América Latina é um excelente ponto de partida. Tendo em vista que dentro do desenvolvimento da disciplina a América Latina sempre serviu como "objeto de estudo", mas dentro da historiografia oficial dos grandes debates teóricos, existem poucas menções às teorias latino-americanas de RI. Acreditamos que a ciência é um exercício coletivo, no qual diferentes abordagens são necessárias para desenvolver um pensamento crítico e socialmente orientado.

Com esse objetivo em mente, o capítulo está estruturado em oito partes. Primeiramente, refletimos sobre o conceito de América Latina, o que ele significa em termos geopolíticos, em contraste com o que ele significa em termos discursivos. A ideia é propor um debate entre as diferentes interpretações sobre o nascimento e a consolidação do conceito de América Latina. Na segunda parte, apresentamos de forma sucinta as principais contribuições teóricas latino-americanas a partir do pensamento desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da teoria da dependência, da teoria da autonomia, a perspectiva Decolonial e Escola de Brasília. Em seguida, refletimos porque a maioria desses conceitos e teorias não participa diretamente dos grandes debates teóricos que estruturaram a disciplina de RI. Na terceira parte apresentamos as características gerais da disciplina possuindo como base outros estudos que realizaram pesquisas sobre o estado da arte das RI na região e no Brasil.

Na quarta parte apresentamos a metodologia empregada no capítulo de natureza exploratória. Realizamos uma análise de conteúdo categorial em um banco original formado através da coleta de artigos científicos a partir de 21 periódicos latino-americanos classificados como aqueles com maior fator de impacto na plataforma *SCImago Journal and Country Rank*. Foram selecionados 43 artigos que tinham foco em teoria de relações internacionais (TRI), publicados entre 1990 e 2023. Mais uma vez, utilizamos critérios rígidos de inclusão e exclusão dos artigos, pois não queríamos fazer uma análise sobre a disciplina de Relações Internacionais como um todo. Acreditamos que nosso objetivo foi ainda pouco explorado: mapear especificamente a subárea de Teoria de Relações Internacionais. Todos os 43 artigos foram lidos na

íntegra. A partir da análise, extraímos dados sobre as bases institucionais, conceituais e intelectuais da subárea que serão apresentados na quinta parte. Adotamos uma abordagem crítica-normativa, mas sem excluir elementos positivistas que facilitam a análise comparativa de nossos resultados. Na quinta parte iremos apresentar uma discussão qualitativa dos principais achados dos 43 artigos, buscando apresentar esse debate de forma temática e ao longo do tempo.

Na sétima parte apresentamos as principais limitações de nossa base de dados a partir de uma análise exploratória de dois repositórios mais associados com a América Latina: *Redalyc* e *Latindex*. Seguindo os mesmos critérios estabelecidos para construção de nossa amostra, conseguimos selecionar 90 artigos sobre TRI nessas duas bases. A ideia era medir o distanciamento dos artigos de nossa base em relação aos artigos encontrados nesses outros repositórios. Contudo, análises exploratórias mostram uma grande afinidade temática entre os 43 artigos coletados a partir da *SCImago* e os 90 artigos encontrados na *Redalyc* e *Latindex* de forma mesclada. Finalmente, na oitava parte discutimos o lugar da América Latina a partir da comparação com dados da plataforma *Scopus*. Em suma, acreditamos que as teorias de forma consciente (ou inconsciente) apresentam uma visão de mundo. Logo, buscamos interpretar qual é o nível de inovação dos autores latino-americanos e como estes influenciam (se conseguem) o desenvolvimento teórico da disciplina entre 1990-2023, período-chave para a globalização da disciplina de RI (Acharya, 2021).

3.2 O conceito de América Latina

Iniciamos o capítulo apresentando uma breve reflexão sobre a ideia de América Latina. Na sequência, discutiremos alguns conceitos e teorias que são associados a produção teórica dos países da região. O objetivo é mostrar que existem bases institucionais, conceituais e intelectuais importantes latino-americanas, mas que estas não dialogam diretamente com as teorias de relações internacionais ou com os grandes debates da disciplina. O desenvolvimento do pensamento internacional latino-americano parece ter sido realizado em outras ciências sociais, como sociologia, antropologia e principalmente na economia política.

A América Latina faz parte do continente americano e é composta por vinte países no total: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba,

República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Como qualquer grupo heterogêneo existem muitos elementos de semelhanças e diferenças entre esses atores. A principal similaridade é o passado colonial: todos foram ex-colônias de Estados europeus, a maioria de Portugal e Espanha. Além disso, os estados latino-americanos são considerados subdesenvolvidos economicamente e formados por sociedades com altos níveis de desigualdade social. Nessa região do globo, apesar de não existirem muitos conflitos entre estados, uma forte violência intraestatal marca a região, principalmente em razão do crime organizado gerado pelo narcotráfico. Em termos geopolíticos, a América Latina é considerada zona de influência dos EUA. Durante a Guerra Fria essa ideia foi consolidada a partir de inúmeros golpes de estado financiados pelo serviço secreto estadunidense com a justificativa de impedir a ascensão de regimes comunistas na região.

Entretanto, também existem diferenças importantes entre os vinte países latino-americanos. Primeiramente, em termos geográficos e culturais, podemos entender subdivisões desse grupo, que podem se sobrepor. A América do Sul é formada pelos países que ficam mais ao sul do continente, mais poderosos em termos militares e econômicos, com exceção do México, em perspectiva intrarregional. Fazem parte da América do Sul: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, entre outros. A América Central é formada pelos países que ficam na "ponte" que une o norte e o sul do continente americano. São países importantes para a geopolítica dos EUA e estão sob forte influência deste. Alguns países que fazem parte da América Central são Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. O México pode ser encaixado nessa subdivisão por questões culturais e históricas, mesmo que tecnicamente seja um Estado da América do Norte, junto com EUA e Canadá.

A América Andina é formada por Estados que compartilham geograficamente a Cordilheira dos Andes. São países com disputas geopolíticas importantes entre si. São representantes desse grupo: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile e Argentina. Existe uma grande similaridade entre esse grupo e o grupo da América do Sul. Também podemos citar os países amazônicos como uma forma de subdividir a parte do sul do continente. Por fim, temos a sub-região do Caribe, que é formada por países localizados em ilhas no Mar do Caribe. Esses países também sofrem forte pressão política, militar e econômica dos EUA, devido ao seu posicionamento estratégico em relação ao território estadunidense. Países como Cuba, Haiti,

República Dominicana e Jamaica são reconhecidos por sua riqueza cultural, mas também por seus elevados níveis de pobreza.

A partir desse breve histórico podemos notar o desafio que é juntar esses países em um único grupo. Contudo, alguns fatores justificam essa união, principalmente para o nosso foco de mapear a produção latino-americana em teoria de relações internacionais. O conceito de *Latin America* como área temática de estudos foi construído politicamente pelos acadêmicos estadunidenses como uma antítese da ideia de América (EUA), em outras palavras, os países latino-americanos são tudo aquilo que os EUA não são mais: pobres, subdesenvolvidos economicamente, dependente militarmente, intelectualmente atrasados (Feres Jr., 2023). A tese do autor é contestada (e corrigida) por vários críticos e iremos expor isso mais para frente. Mas é importante destacar que o conceito de América Latina não faz referência somente a questões geográficas ou culturais, mas a uma ideia construída a partir de interesses políticos e ideológicos, principalmente dos políticos e pesquisadores estadunidenses em cooperação com as elites locais, herança do processo colonial europeu.

A origem da construção da ideia de América Latina e sua consolidação como conceito é muito mais antiga. Agora iremos apresentar um debate importante sobre essa construção e as diferentes abordagens que existem sobre o tema dentro da literatura. Ressaltando que não se trata de uma revisão sistemática sobre o tema. Partindo do pensamento decolonial do argentino Walter D. Mignolo (2009) podemos explorar as origens históricas, políticas e intelectuais da ideia sobre América Latina, pois o autor oferece uma análise crítica de sua formação e evolução ao longo dos séculos. Mignolo (2009) defende que a ideia que dá base ao conceito só pode ser interpretada a partir do reconhecimento das origens coloniais e dos efeitos contemporâneos do colonialismo nas sociedades, culturas e identidades dos países que compõem a região. O autor entende que a atual concepção sobre o conceito "América Latina" foi criada artificialmente através de uma narrativa eurocêntrica, que invisibiliza a diversidade epistêmica dos povos latino-americanos. Retirando o debate científico, os saberes das populações tradicionais, que são não considerados dotados de conhecimento pela interpretação eurocêntrica. O principal objetivo desse livro é despertar uma visão crítica sobre o conceito de América Latina, destacando que o conhecimento é situado geopoliticamente em uma lógica de distribuição desigual de poder.

No artigo "América Latina: Da construção do nome à consolidação da ideia" de Farret e Pinto (2011) é apresentado o processo de formulação do conceito e da identidade da "América Latina" a partir do século XIX. Os autores exploram diferentes narrativas sobre o surgimento do termo e sua predominância em relação a outros nomes que circulavam na época para definir uma possível identidade coletiva entre os países da região, como "hispanoamérica", "indoamérica" e "iberoamérica". A principal inspiração dos autores é o trabalho do filósofo uruguaio Arturo Ardao (2019), publicado originalmente em 1980. O autor apresenta uma linha do tempo sobre os nomes atribuídos a essa região do globo. Segundo Ardao (2019), entre 1492 a 1507 foi consolidado o nome de "América" fazendo referência a todo o continente. Interessante destacar que esse termo não agradou grande parte da elite colonial espanhola, que só iria adotar essa identidade "americana" a partir dos processos de independência da América Espanhola no fim do século XVII (Farret; Pinto, 2011). A autodeterminação como povos americanos servia ao interesse político das elites locais em evitar possíveis processos de restauração do controle político das antigas metrópoles europeias (Rojas-Mix, 1991).

Ao mesmo tempo, ocorria outro movimento por parte das lideranças políticas locais: a utilização do termo "Hispanoamérica" nos discursos de independência das ex-colônias espanholas. A ideia era criar uma imagem de unidade entre esses territórios frente as ameaças europeias e dos Estados Unidos (Farret; Pinto, 2011). Três eventos históricos são fundamentais para entender o movimento de união contra os Estados Unidos. Primeiro, a "Doutrina Monroe" em 1823, que muitos líderes políticos da região viam criticamente como a "A América para os estadunidenses". Segundo, o resultado da Guerra entre Estados Unidos e México em 1840, com a anexação de 2,4 milhões de quilômetros quadrados do território mexicano por parte do governo estadunidense. E, terceiro, aventura autoritária de William Walker (1824-1860), cidadão estadunidense, que em 1855, passou a governar o território da Nicarágua, contando com reconhecimento do Presidente democrata da época Franklin Pierce (Ardao, 2019; Farret; Pinto, 2011).

Segundo Ardao (2019), a combinação desses três eventos durante o século XIX justificam a necessidade de uma nova identidade regional, tendo em vista a necessidade de inserir o Brasil, principal potência sul-americana, na aliança contra a emergente hegemonia estadunidense. Assim, surge a necessidade por parte das elites locais em diferenciar a América Saxônica da América Latina. Para Farret e Pinto

(2011), o marco inicial da arqueologia do nome "América Latina" surge com o historiador estadunidense John Leddy Phelan em trabalho publicado em 1968. Phelan defende a tese de que o termo "América Latina" foi criado em 1861 dentro do movimento panlatinista. Essa ideologia foi uma das marcas do governo de Napoleão III (1852-1870) e tinha por objetivo impor as nações hispano-americanas o domínio francês, pois a França seria a líder natural do mundo latino contra a ascensão dos Estados Unidos na região. Phelan ainda destaca o papel central do político e economista francês Michel Chevalier (1806-1879) na construção da ideia por trás do termo "América Latina". Este viria oficialmente em 1861 durante os preparativos para a invasão francesa ao México no artigo publicado por L. M. Tisserand (Farret; Pinto, 2011).

Ardao (2019) discorda de Phelan nessa última etapa da construção do termo. Segundo o autor uruguaio, o termo "América Latina" surge na França em setembro de 1856, mas é através de um poema de autoria do jornalista colombiano José Maria de Torres Caicedo, intitulado "*Las dos Américas*". Para Ardao (2019) essa é a primeira vez que o termo "Latina" não é empregado como substantivo junto de "América". Contudo, existe uma nova reviravolta nesse debate. Segundo o historiador chileno Miguel Rojas-Mix (1991), a autoria do termo "América Latina" seria anterior a esses eventos. Para o autor, o verdadeiro criador do termo foi outro chileno, que também residia em Paris durante meados do século XIX, o intelectual Francisco Bilbao (1823-1865). Segundo Rojas-Mix (1991), Bilbao defendia nesse período a união dos povos republicanos de origem espanhola, que residiam na América, contra a ameaça imperialista estadunidense. Então, em junho de 1856, em uma conferência política, Bilbao defendeu publicamente o uso do termo "América Latina" em substituição de outros termos concorrentes (Rojas-Mix, 1991).

Importante ressaltar que Ardao (2019) não ignora a existência de Francisco Bilbao, mas acredita que ele utiliza o termo "Latina" como adjetivo nesse momento. Por sua vez, Rojas-Mix (1991) acredita que existe um preconceito contra Francisco Bilbao, por este não ser político, ou membro das elites econômicas e chega a acusar Torres Caicedo de plágio. De toda forma, o debate entre Ardao (2019) e Rojas-Mix (1991), baseado em documentos históricos, mostra que a tese do historiador estadunidense Phelan é imprecisa. De fato, o conceito surge na França em meados do século XIX, mas é criado por exilados latino-americanos que lá viviam nesse período (Farret; Pinto, 2011).

A pesquisa do historiador Michel Gobat (2013) corrobora com esses achados. Na pesquisa o autor discute a complexa gênese do conceito de "América Latina", destacando que este não é meramente produto da tentativa imperialista de Napoleão III na América. Gobat (2013) argumenta que, embora a ideia de uma "raça latina" tenha sido construída dentro da França e tenha sido difundida entre os imigrantes latino-americanos que lá viviam, a criação do termo "América Latina" foi feita pelos próprios latino-americanos em 1856 (Torres Caicedo ou Bilbao) para incentivar um sentimento de unidade contra os interesses imperialistas dos Estados Unidos e dos europeus na região. Principalmente com adesão do Brasil, que não era contemplado no conceito de Hispanoamérica. Esse interesse das elites locais foi elemento-chave para justificar o sucesso do termo, pois a França tentou incentivar também o uso do termo "África Latina" no século XIX e por falta de aderência das elites africanas o termo não ganhou destaque (Gobat, 2013).

Especificamente sobre o papel do Brasil nesse processo, podemos citar o artigo de Leslie Bethell (2009), no qual é destacado que o termo "América Latina" no seu nascimento durante o século XIX, não contemplava o Brasil, que era visto na região como separado devido às diferenças geográficas, históricas, culturais e linguísticas. Existia um temor coletivo sobre os interesses imperialistas brasileiros na região, principalmente pelo Brasil ser a única monarquia naquele momento histórico. Contudo, alguns escritores e intelectuais brasileiros defendiam a aproximação entre o país e seus vizinhos, justificando principalmente as heranças ibéricas semelhantes, como o domínio da religião católica (Bethell, 2009). O cenário só muda drasticamente no pós-II Guerra Mundial, quando existe um interesse coletivo de união na região, tendo em vista objetivos compartilhados pela agenda de desenvolvimentista, simbolizada pela CEPAL (Gavião, 2021).

Entretanto, o conceito de América Latina como projeto criado pelas elites locais foi sempre marcado pelo interesse desses atores em se distanciar das populações indígenas e negras latino-americanas (Farret; Pinto, 2011; Gobat, 2013). Esse foi também um fator de isolamento do Brasil e do Haiti, países com elevada miscigenação racial (Gobat, 2013). Nesse sentido, o livro *"Latin America: The Allure and Power of an Idea"* de Mauricio Tenorio-Trillo (2019) traz uma importante crítica ao debate proposto. O argumento central do autor é que o termo "América Latina" possui uma forte conotação ideológica e busca passar mensagem de homogeneidade cultural, privilegiando as elites políticas e econômicas da região. O conceito falha em capturar

a diversidade e as complexidades dos países e, principalmente, dos povos que habitam esses territórios. O conceito serve, então, para estimular a solidariedade entre as elites locais contra os interesses imperialistas do Norte Global, mas não consegue proteger as populações mais vulneráveis, nem das elites latino-americanas, nem dos interesses do grande capital externo a região. Portanto, é necessário entender que a origem latino-americana do termo "América Latina" não significa uma origem mais representativa, pois existe um forte controle política das elites locais na construção histórica desse conceito (Tenorio-Trillo, 2019).

Nesse sentido, o conceito de América Latina surge como uma forma de unir países com processos internos diferentes, inclusive em termos culturais e linguísticos. Cria-se, assim, uma separação artificial entre a América Anglo-Saxônica (EUA e Canadá) e todo o resto. Dessa forma, as características positivas estão associadas aos países do Norte e as negativas aos países do Sul. Um grupo seria o contrário do outro. Essa dinâmica desigual se reflete também na produção acadêmica, principalmente em uma disciplina como Relações Internacionais. Como exposto no capítulo anterior, as bases institucionais, conceituais e intelectuais dos artigos sobre TRI são dominados por instituições, ideias e autores estadunidenses (e europeus). Ou seja, a produção é feita dentro da lógica científica ocidental e anglo-saxã. Seguindo a reflexão crítica de que toda teoria é feita para alguém e com algum propósito (Cox, 1981), partimos do pressuposto que, de forma inconsciente (ou consciente), os pesquisadores de RI utilizam sua interpretação de mundo (valores e crenças) dentro da sua pesquisa acadêmica.

A construção negativa do conceito de América Latina serve a um triplo propósito. Politicamente, justifica a liderança continental dos EUA, que serve aos demais países como parâmetro de desenvolvimento a ser seguido. Essa postura subalterna encontra apoio das elites locais, que desejavam manter seu *status quo* dentro da estrutura social. Exemplos dessas parcerias entre EUA e elites locais formam os sucessivos golpes militares que ocorreram durante a segunda metade do século XX nos países latino-americanos, que contaram com apoio direto (ou indireto) do serviço secreto estadunidense. A grande justificativa era o combate ao comunismo dentro da América Latina.

Economicamente, o "atraso" dos países latino-americanos justifica sua posição periférica e dependente do centro do sistema financeiro global, liderada mais uma vez pelos EUA. Nesse sentido, em vez de refletir criticamente o legado dos processos

coloniais na região e o atual papel nocivo do capital estrangeiro na precarização das condições de trabalho e produção, é adotado um discurso de naturalização da incapacidade do latino-americano em competir com os países do Norte Global. Justificativas preconceituosas contaminam a análise de muitos "especialistas" e não ajudam no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa que de fato influencie positivamente o desenho de políticas públicas para desenvolver de forma sustentável os países latino-americanos.

Em termos acadêmicos, existe uma desigualdade estrutural e financeira entre as universidades estadunidenses e as latino-americanas. As universidades dos EUA estão entre as mais ricas e renomadas do mundo. Enquanto poucas universidades dos países da América Latina conseguem reconhecimento internacional. De qualquer forma, são os países mais ricos da região que conseguem essa representatividade. Isso fica claro na nossa amostra, que é composta por periódicos de países como Brasil, México, Colômbia, Venezuela e Chile. Junto com a Argentina, esses são os países mais importantes da região em termos políticos, econômicos e geoestratégicos. O domínio institucional, conceitual e intelectual se manifesta de forma prática na vida dos pesquisadores locais, principalmente como pré-requisito na sua formação. Aliado a isso, temos uma disciplina que nasceu discriminatória. Assim, cursar uma pós-graduação em universidades estadunidenses é visto como um diferencial no currículo. O mesmo prestígio não ocorre com universidades de outras regiões do Sul Global, como as universidades africanas.

A internacionalização é cada vez mais solicitada dos pesquisadores na sua formação e produção, mas existe uma diferença significativa entre o prestígio das universidades dos países mais ricos e dos periféricos. Isso reflete na produção científica de alto fator de impacto. No capítulo anterior, vimos que países como Brasil e Turquia conseguem produzir pesquisas sobre TRI, mas não conseguem ser representados entre as principais fontes, conceitos e autores de referência da subárea. Portanto, podemos associar essa marginalização acadêmica a uma conjuntura maior de desigualdades de investimento e incentivo a pesquisa. Faltam recursos e falta um projeto nacional, que não seja o de somente replicar, sem reflexão crítica, a produção de "alto nível" do Norte Global, principalmente dos EUA. Por isso, acreditamos ser importante refletir criticamente sobre a produção da América Latina sobre teoria de relações internacionais.

3.3 Uma breve história das teorias internacionais latino-americanas

O objetivo dessa seção não é apresentar uma revisão sistemática sobre as teorias latino-americanas. Essa tarefa seria no mínimo inviável. Como dito em parte semelhante do capítulo 2, cada escolha significa uma possibilidade de crítica e/ou contestação. A ideia, portanto, é apresentar as abordagens que mais se destacaram ao longo dos estudos que basearam essa tese, principalmente em pesquisas que tinha como foco contar o desenvolvimento teórico da disciplina em perspectiva histórica (Bernal-Meza, 2016; Julião, 2011). Isso não significa que esses autores são os melhores ou mais importantes. Dito isso, nas diferentes histórias da disciplina de Relações Internacionais, a participação dos autores latino-americanos é limitada ou inexistente. Nos principais manuais e *handbooks* da disciplina, as principais teorias e autores citados, independente das suas abordagens metateóricas, são estadunidenses e europeus. Contudo, isso não significa que não existam contribuições conceituais e teóricas importantes oriundas desses autores.

A partir de agora, iremos apresentar de forma sucinta o que normalmente é associado a produção teórica latino-americana para as RI. Vale ressaltar que todas essas vertentes não conseguem ser encaixadas de forma ortodoxa como uma "teoria de RI", estando mais associadas a outras subáreas, como economia política internacional, processos de integração regional, análise de política externa e história. Isso mostra a dificuldade dos autores locais em serem reconhecidos como teóricos de relações internacionais, o que reforça a percepção de que as RI são uma disciplina estadunidense (Hoffmann, 1977; Tickner, 2003).

Devido a densidade dos conceitos e teorias, apresentaremos cada uma em termos cronológicos, estabelecendo um paralelo com os grandes debates das RI. Um fator que une todos os países da América Latina é a busca pelo desenvolvimento econômico. Em outras palavras, romper com a herança colonial para construir uma sociedade menos desigual e desenvolvida em termos de tecnologia e qualidade de vida. Nesse sentido, a primeira contribuição latino-americana foi o pensamento desenvolvimento dentro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Também denominado como estruturalismo cepalino, possui como foco pensar políticas públicas para o desenvolvimento da América Latina no contexto do pós-II Guerra Mundial. A CEPAL foi fundada em 1948 sob a influência das Nações

Unidas e teve como um dos seus principais líderes o argentino Raúl Prebisch e Hans Singer (Couto, 2007).

A principal contribuição da CEPAL foi a popularização de uma das principais interpretações sobre a "Teoria da Dependência". Na abordagem cepalina, existe no sistema internacional uma relação estrutural de dependência entre os países centrais (Norte Global) e os países periféricos (Sul Global). A dependência produz benefícios para os países desenvolvidos no comércio internacional, uma vez que estes compram matérias primas dos países pobres a preços baixos e depois vendem para esses mesmos países a produtos manufaturados por preços mais altos. Esse processo gera uma lacuna de desenvolvimento entre os países que nunca poderá ser superada de forma natural. Por isso, são necessárias políticas nacionais para corrigir essas distorções internacionais. O estruturalismo cepalino também destaca a importância do desenvolvimento social através de políticas públicas de distribuição de renda entre os diferentes estratos sociais. Identifica, então, que a concentração de renda é uma das principais heranças coloniais das sociedades latino-americanas. Para os pensadores cepalinos o desenvolvimento econômico deveria estar sempre acompanhado da distribuição equitativa dos benefícios para garantir a melhora das condições de vida dos mais vulneráveis. É necessário ressaltar que há uma distinção entre os aspectos funcionais de uma lógica de centro-periferia (trocas desiguais, deterioração, inadequação tecnológica, mimetismo cultural) da explicação teórica estruturalista conectada à perspectiva proposta pelo paraibano Celso Furtado (2000).

Outra contribuição teórica e política da CEPAL foi a reflexão sobre a deterioração dos termos de troca dentro da relação econômica entre os países centrais e periféricos. Existia, portanto, uma relação desigual entre os preços praticados na exportação de matérias-primas por parte dos países subdesenvolvidos e o preço dos produtos manufaturados comprados por estes e produzidos nos países do Norte Global. Na prática os países latino-americanos precisavam comparativamente exportar mais para conseguir comprar a mesma quantidade de produtos manufaturados. Essa reflexão nos ajuda a entender as dificuldades enfrentadas pelos governos latino-americanos em alcançar o desenvolvimento econômico.

A partir desse cenário adverso para a América Latina, o pensamento cepalino defende algumas estratégias de política econômica para superar o subdesenvolvimento regional. Nesse sentido, a industrialização por substituição de

importações seria uma das principais estratégias a serem adotadas pelos governos latino-americanos. A lógica é reduzir a dependência dos produtos importados e incentivar a produção industrial doméstica. Sua execução estava condicionada a adoção de outras políticas econômicas como, o aumento das tarifas alfandegárias para proteger a indústria nascente e o fornecimento governamental de subsídios para os produtores industriais. A CEPAL ainda defendia a ideia de que o verdadeiro desenvolvimento estatal deveria ser equitativo, combinando ganhos econômicos e sociais. Ou seja, os incentivos para os produtores industriais deveriam ser acompanhados de uma contrapartida social para os mais vulneráveis dentro dessas sociedades marcadas pela desigualdade social, uma das principais consequências negativas do passado colonial. Em suma, o pensamento cepalino produziu um impacto político, econômico e acadêmico determinante na história da América Latina.

Por sua vez, a Teoria da Dependência possui outros autores latino-americanos de referência, como Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Theotônio dos Santos (Martins, 2013; Cardoso; Faletto, 2004; Santos, 2020). As teorias da dependência são abordagens teóricas inseridas dentro das ciências sociais, principalmente sociologia e economia política internacional, que surgiram e se consolidaram como corrente de pensamento na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, sob forte influência do estruturalismo cepalino. Seu foco é criticar a relação de dependência econômica e política dentro da estrutura do sistema internacional entre os países centrais (Norte Global) e os países periféricos (Sul Global). Essa estrutura seria o fator-chave para entender o subdesenvolvimento econômico da América Latina.

Publicada originalmente em 1969, "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", obra de Cardoso e Faletto (2004), é ainda atualmente a interpretação mais citada sobre a teoria da dependência. Os autores procuram explicar como as estruturas de dependência foram criadas e consolidadas dentro das sociedades latino-americanas, destacando a interação entre fatores domésticos e internacionais no processo de manutenção do subdesenvolvimento. A dependência não é um conceito pré-definido, este está condicionado ao contexto histórico, político, social e econômico de cada país. Assim, é fundamental refletir como as estruturas domésticas de poder, com destaque para o papel das elites políticas latino-americanas, interagem com as forças políticas internacionais, influenciando de forma definitiva as escolhas sobre as estratégias de desenvolvimento desses países.

Outro conceito-chave da teoria de Cardoso e Faletto (2004) é entender que o desenvolvimento pode ser heterogêneo entre os países periféricos. A dependência pode causar diferentes níveis de desenvolvimento econômico, por isso que o contexto de cada país importa, ou seja, alguns países e regiões do Sul Global podem se desenvolver mais do que outras, dificultando um movimento conjunto de cooperação entre os países periféricos. É necessário reconhecer que Brasil e Bolívia, por exemplo, são países subdesenvolvidos do Sul Global, mas que possuem níveis de desenvolvimento econômico muito diferentes. Isso dificulta a percepção de pertencimento a um mesmo grupo dentro do sistema internacional. Nesse processo, as elites locais desempenham um papel-chave. Segundo Cardoso e Faletto (2004), as elites latino-americanas cooperam com os interesses estrangeiros com o objetivo de manter sua posição política privilegiada, utilizando o Estado como ferramenta de poder familiar.

Na interpretação crítica de Santos (2020) o capitalismo global ganha o protagonismo. Na sua teoria da dependência a estrutura do sistema capitalista impacta de forma definitiva as relações econômicas entre os países ricos e pobres. A dependência é, portanto, uma condição necessária para a sobrevivência do capitalismo. O autor entendia o subdesenvolvimento dos países latino-americanos como um processo ativo e contínuo, sustentado pelas relações desiguais entre o centro e a periferia do sistema internacional. Assim, o subdesenvolvimento da América Latina não era uma etapa preliminar, mas o resultado direto da aliança entre as elites locais e os interesses do grande capital internacional, com destaque para o papel dos EUA e dos países da Europa Ocidental (Santos, 2020).

A seguir irei apresentar outra contribuição importante da América Latina para o estudo das relações internacionais é a teoria da autonomia idealizada originalmente pelo sociológico e cientista político brasileiro Hélio Jaguaribe (1979). O autor defende a ideia de que os países latino-americanos deveriam buscar uma estratégia para superar o subdesenvolvimento focada em alcançar uma maior autonomia econômica, política e cultural em relação aos países desenvolvidos (Norte Global). Para Jaguaribe (1979), os países da América Latina necessitavam implementar políticas públicas de industrialização, modernização tecnológica e diversificação da sua produção econômica, visando diminuir a dependência em relação aos produtores manufaturados importados dos países desenvolvidos. Logo, a teoria da autonomia

dialoga diretamente com a teoria da dependência, funciona de certa forma como evolução do debate.

A teoria da autonomia também destaca a importância estratégica dos processos de integração regional como ferramenta de fortalecimento da posição dos países latino-americanos dentro do sistema internacional durante a Guerra Fria. Inclusive a defesa pela integração regional latino-americana também é defendida pelos estruturalistas cepalinos e pelos teóricos da dependência. Ou seja, funciona como um tema de convergência entre os pensadores da região. Iniciativas como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) são interpretadas como forma de fortalecimento da cooperação e aumento da coesão entre os países latino-americanos, impactando na capacidade de negociar em bloco com as potências globais e com as instituições financeiras internacionais.

Jaguaribe (1979) ainda defendia que a verdadeira autonomia só seria possível através do desenvolvimento econômico e social de forma equitativa. O Estado deveria então promover reformas políticas e sociais com o intuito de fortalecer a democracia, a justiça social e a redistribuição de renda. Portanto, o desenvolvimento dos países latino-americanos não deveria ser medido só pelos índices econômicos, mas, sobretudo, por medidas que avaliassem as condições de vida dos mais vulneráveis em temas como saúde, educação e direitos civis. O desenvolvimento deveria ser sustentável para promover de fato autonomia.

Seguindo nossa evolução cronológica iremos apresentar agora as contribuições do chamado "Giro Decolonial" (Ballestrin, 2013). O Pós-colonialismo foi um movimento intelectual iniciado na década de 1960 por pensadores provenientes das ex-colônias britânicas e francesas localizadas na Ásia, África e América Central. Autores, como, Edward Said (1935-2003), Franz Fanon (1925-1961), Gayatri Chakravorty Spivak (1942), Homi K. Bhabha (1949), e Dipesh Chakrabarty (1948), refletiram criticamente as heranças coloniais deixadas por Reino Unido e França nas estruturas políticas, econômicas e culturais dos seus países de origem. Contudo, alguns intelectuais latino-americanos no final da década de 1980 sentiram a necessidade de criar um movimento que destacasse os processos coloniais e suas particularidades dentro do contexto da América Latina. Esses autores destacam a invisibilidade política das ex-colônias portuguesas e espanholas dentro da reflexão pós-colonial, tendo em vista que Portugal e Espanha são países periféricos dentro da Europa Ocidental. Outra questão é a barreira linguística, os autores pós-coloniais

produzem em inglês e francês, o que facilita seu consumo em escala global. Por sua vez, os autores latino-americanos produzem em espanhol e português, línguas menos populares e com menor prestígio acadêmico. Isso também favorece na invisibilidade intelectual da América Latina em escala global.

O chamado perspectiva decolonial critica o domínio intelectual estadunidense e eurocêntrico dentro da produção de conhecimento científico nas ciências humanas e sociais. Os autores decoloniais defendem novas formas de saber, principalmente através da valorização dos conhecimentos dos povos tradicionais da região. Assim, as heranças coloniais não desapareceram após a independência dos territórios colonizados. Na verdade, ocorreu uma mudança do colonialismo para a "colonialidade". Esse conceito significa a manutenção das estruturas de poder, controle e conhecimento que foram consolidadas no decorrer do período colonial e que persistem nas sociedades contemporâneas através das elites locais, que aceitam de forma consciente os padrões de modernidade estabelecidos pelo domínio econômico, política, cultural e epistemológico dos antigos colonizadores europeus (Mignolo, 2002; Ballestrin, 2013).

Alguns conceitos importantes podem ser destacados na perspectiva decolonial. A primeiro é a crítica à colonialidade do poder, conceito criado pelo peruano Aníbal Quijano (2005). Para o autor, as relações de poder no sistema internacional são definidas por questões raciais (e de gênero) e foram definidas durante o processo de colonização, mas continuam presentes na política internacional contemporânea. A colonialidade do poder seria, portanto, a manutenção das estruturas de poder e dominação calcificadas durante o colonialismo dentro das relações políticas domésticas e externas. Nesse sentido, existem outras duas formas de colonialidade que necessitam ser combatidas: a do colonialidade do saber e a do colonialidade do ser.

O conceito de colonialidade do saber desenvolvido pelo cientista social argentino Walter Mignolo (2002) possui como foco refletir criticamente a persistência dessas mesmas estruturas de poder dentro da produção de conhecimento, na qual existe um padrão eurocêntrico de qualidade científica, onde outras formas de conhecimento não podem ser utilizadas. Na prática, somente as ontologias, epistemologias e metodologias provenientes do Norte Global são consideradas científicas e, portanto, superiores dentro as formas de produção de conhecimento. Essa geopolítica do conhecimento marginaliza a produção feita nas bordas do sistema

internacional, como no caso da América Latina, e invisibiliza os saberes herdados dos povos indígenas, africanos e asiáticos (Mignolo, 2002; Ballestrin, 2013; Lander, 2005).

Esse fenômeno causa a homogeneização do conhecimento e na interpretação instrumental da ciência, onde o conhecimento científico é utilizado como uma forma de dominação e exploração. Assim, questões éticas e morais são retiradas da discussão técnica, pois a ciência não possui ideologia ou nacionalidade. Esse modelo impõe ao mundo subdesenvolvido um modelo único de desenvolvimento baseado no ideal de modernidade definido pelos padrões criados no contexto dos antigos colonizadores europeus.

Ainda, o conceito de colonialidade do ser implica uma reflexão ontológica sobre a formação das identidades dos povos colonizados a partir das estruturas de poder e de saber dos colonizadores. Logo, a colonialidade do ser discute como o processo de colonização reconfigurou as formas de existência, identidade e as próprias relações sociais dentro das sociedades latino-americanas. A questão racial é elemento-chave desse processo histórico. O conceito discute como as identidades culturais, raciais e de gênero foram construídas artificialmente e impostas pelas práticas hierárquicas dos colonizadores e permaneceram através das elites locais, principal herança de estrutura de poder em forma de classe social.

Como projeto de dominação, os povos latino-americanos colonizados foram desumanizados, tratados como seres inferiores e, conseqüentemente, utilizados como ferramentas de trabalho. Além disso, foram alineados de sua própria cultura, pois os europeus impuseram a essas populações sua própria língua, religião, educação e estrutura política. Como consequência dessa opressão colonial ocorreu a perda de autonomia por parte desses povos. Portanto, é função do pesquisador decolonial refletir como essa conjuntura ainda está presente dentro dos problemas políticos, econômicos e sociais dos países latino-americanos.

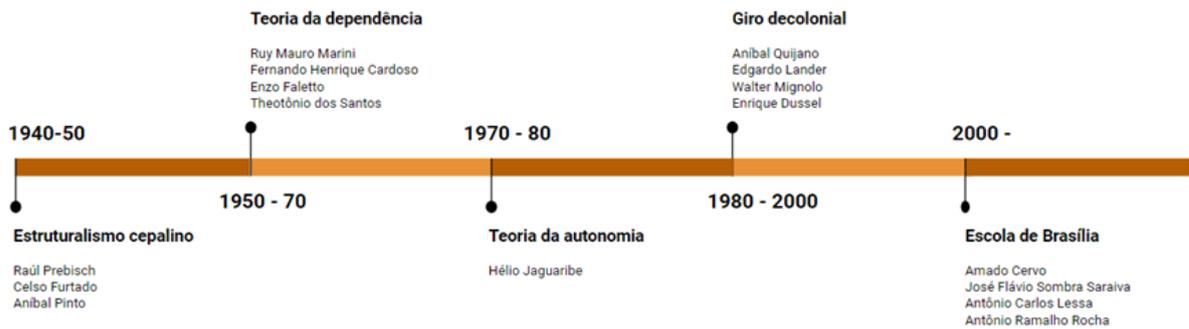
Por fim, como última contribuição teórica de destaque da América Latina, iremos apresentar a "Escola de Brasília" de Relações Internacionais. Esta seria uma corrente teórica composta por intelectuais de diversas áreas de conhecimento associados ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), na capital do Brasil. Não existe uma "escola" no sentido formal do termo, mas autores como Saraiva (2008) utilizam essa denominação para destacar a importância das pesquisas realizadas na instituição tendo como principal referência o estudo

sistemático da história das relações internacionais feita na França pelos historiadores Pierre Renouvin (1954) e Jean-Baptiste Duroselle (2000).

O principal autor dessa corrente é o historiador brasileiro e professor Amado Luiz Cervo. Este é reconhecido internacionalmente por sua pesquisa em história das relações internacionais, história da política externa brasileira e na defesa pelo uso de conceitos e não de teorias para análise teórica das Relações Internacionais a partir de países do Sul Global, como o Brasil. Podemos também citar pesquisadores importantes como Antônio Carlos Lessa, Antônio Ramalho Rocha e o próprio José Flávio Sombra Saraiva. Os principais tópicos pesquisados na Escola de Brasília são: a) a autonomia na política externa brasileira, retomando o debate iniciado por Jaguaribe (1979); b) a busca pelo desenvolvimento através da política externa com destaque para a cooperação sul-sul; c) a crítica às teorias realista e liberal, dominantes no estudo de RI, tendo como base a visão crítica fornecida pela análise histórica da tradição francesa; d) utilização das teorias críticas e pós-coloniais para o estudo teórico das relações internacionais a partir do sul e; e) estudos temáticos sobre os conceitos de diplomacia científica e cultural. A diversidade de abordagens e temas desempenhou um papel-chave na formação da disciplina no Brasil e na América Latina.

Em suma, apresentamos as principais contribuições que normalmente a literatura sobre o tema traz como contribuições latino-americanas para a disciplina de RI. A Figura 11 apresenta uma linha do tempo sobre essas teorias. Contudo, fica claro que nenhuma dessas tradições dialoga diretamente com a formação teórica da disciplina, especificamente com os debates que estruturam a subárea de TRI. Nesse sentido, todas as contribuições latino-americanas estão localizadas em outras subáreas como na economia política internacional, na análise de política externa e na história das relações internacionais. Isso não é um demérito dessas contribuições, contudo, mostra a falta de contato entre os autores latino-americanos e os principais teóricos da disciplina. Em especial mostra o domínio das teorias estadunidenses como exposto por Hoffmann (1977) e reafirmado por Smith (2000) e Tickner (2009).

Figura 11 – Linha do tempo dos pensadores latino-americanos



Fonte: Elaboração própria.

3.4 Características da disciplina de RI na América Latina

Nesta seção reunimos alguns achados de estudos que realizaram tarefa semelhante à nossa, ao mapear a produção intelectual latino-americana para a disciplina de Relações Internacionais (e Ciência Política). Importante destacar que nossa pesquisa é inédita no sentido de focar exclusivamente na subárea de Teoria das Relações Internacionais. O esforço em apresentar um estado da arte sobre a disciplina não é inédito no Brasil e na América Latina. Assim, trabalhos anteriores já discutiram o ensino e a pesquisa no campo ou em suas respectivas subáreas. Entretanto, tendo um escopo variado, alguns estudos focam nas características da produção científica em Relações Internacionais (Lopes *et al.*, 2022, Novelli, 2022; Carvalho *et al.*, Schwether *et al.*, 2019; Medeiros *et al.*, 2016) ou em Ciência Política (Leite; Feres Jr., 2021; Codato *et al.*, 2020), outros possuem a preocupação voltada para o ensino das RI (Moreli *et al.*, 2022; Albuquerque *et al.*, 2022; Galvão; Mros, 2017; Loureiro; Guimarães, 2019; Ventura; Lins, 2014; Miyamoto, 2003) e ainda existem aqueles que unem os dois objetivos em uma só pesquisa (Vargas; Castro, 2020; Villa; Pimenta, 2017; Barasuol; Silva, 2016; Miyamoto, 1999).

Em grande medida, estes estudos convergem para três recortes: áreas temáticas, metodologia e teoria. Assim, os estudos identificam as principais áreas temáticas (Herz, 2002; Fróio, 2012; Medeiros *et al.*, 2016; Codato *et al.*, 2020; Leite; Feres Jr., 2021; Novelli, 2022; Moreli *et al.*, 2022; Lopes *et al.*, 2022), as principais abordagens metodológicas utilizadas nas RI (Fróio, 2012; Medeiros *et al.*, 2016; Codato *et al.*, 2020; Schwether *et al.*, 2019; Leite; Feres Jr., 2021; Carvalho *et al.*,

2021; Albuquerque *et al.*, 2022; Novelli, 2022) e as principais epistemologias e teorias de relações internacionais que norteiam o ensino e a pesquisa no campo (Leite; Feres Jr., 2021; Vargas; Castro, 2020; Villa; Pimenta, 2017; Medeiros *et al.*, 2016; Barasuol; Silva, 2016).

Quanto às áreas temáticas que mais se destacam na produção do conhecimento na América do Sul e América Latina estão os estudos sobre integração regional, assim como temas de segurança e defesa (Fróio, 2012; Medeiros *et al.*, 2016). Particularmente no Brasil destacam-se estudos sobre política externa (Herz, 2002; Novelli, 2022).

Por um lado, quanto à questão metodológica, os estudos identificam que na área de Relações Internacionais existe uma ausência de metodologia explícita nos trabalhos (Novelli, 2022; Carvalho *et al.*, 2021), o que Albuquerque *et al.* (2022) chamam de *obscuridade metodológica*, ou seja, existe uma ausência de transparência sobre como o estudo foi realizado. A falta de transparência em relação a metodologia, as técnicas de coleta de dados e as técnicas de análise de dados pode ser indício de um problema estrutural mais grave da academia brasileira: o desinteresse na replicação de estudos como forma de aprendizagem e treinamento metodológico. Desde King *et al.* (2021), a transparência metodológica é interpretada como forma de incentivar a replicação e, por conseguinte, a aprendizagem. A ideia é que metodologia se aprende na prática. Os achados de (Albuquerque *et al.*, 2022) indicam que a replicação não é uma preocupação e por isso a falta de transparência metodológica não impede a publicação das pesquisas nos principais periódicos da área no Brasil, cenário diferente do que encontrado nas revistas internacionais.

Além disso, identificou-se uma baixa utilização de métodos quantitativos (Fróio, 2012; Carvalho *et al.*, 2021) - apesar de haver mais esforços recentemente (Lopes *et al.*, 2022) - além de treinamento metodológico insuficiente no ensino (Albuquerque *et al.*, 2022) e pouca utilização de autores brasileiros que são didaticamente referências em metodologia científica (Albuquerque *et al.*, 2022). Em sua maioria, os estudos em Relações Internacionais consistem em estudos de caso ou análise histórica qualitativa (Lopes *et al.*, 2022).

Por outro lado, foi observado que as pesquisas não costumam utilizar teorias. Quando utilizadas, predominam-se o uso de teorias de médio alcance ou teorias de outras áreas do conhecimento, ao invés das grandes teorias de RI, apesar de ser esse o foco no ensino de TRI (Barasuol; Silva, 2016). Mas quando se trata das grandes

teorias, a maioria dos estudos adota abordagens não-positivistas e pós-positivistas (Carvalho *et al.*, 2021). No entanto, contrariamente aos achados de Barasuol e Silva (2016), Villa e Pimenta (2017) identificam que em países latino-americanos como Argentina, Chile, Colômbia e México, é predominante a preferência epistemológica dos pesquisadores pelo positivismo. Assim, observa-se na região (Medeiros *et al.*, 2016) e no Brasil, que as RI são caracterizadas pelas teorias e epistemologias positivistas (Vargas; Castro, 2020). Especificamente, no caso do Brasil, os estudos costumam combinar teorias tradicionalmente do *mainstream* com teorias produzidas regionalmente, como a teoria da dependência (Lopes *et al.*, 2022).

A maior parte dos estudos utiliza artigos como dados analisados (Medeiros *et al.*, 2016; Codato *et al.*, 2020; Schwether *et al.*, 2019; Leite; Feres Jr., 2021; Carvalho *et al.*, 2021; Lopes *et al.*, 2022). Outros estudos olham para outros tipos de dados, como planos de ensino dos cursos de Relações Internacionais (Vargas; Castro, 2020; (Moreli *et al.*, 2022; Albuquerque *et al.*, 2022), corpo docente (Fróio, 2012), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (Galvão; Mros, 2017), teses e relatórios de projetos de pesquisa (Barasuol; Silva, 2016) e *surveys* (Villa; Pimenta, 2017).

A partir desses estudos podemos identificar não apenas as principais características da disciplina, como também quais são as atuais preocupações dos estudiosos quanto aos caminhos que a disciplina vem tomando, tanto do ponto de vista da produção do conhecimento científico, quanto das escolhas para o ensino desse conhecimento.

Embora essa literatura nos aponte as questões que devem ser observadas, esses estudos apresentam algumas limitações. Como exemplo, a escolha restrita por poucos artigos e periódicos como nos trabalhos de Schwether *et al.* (2019), Carvalho *et al.* (2021), Novelli (2022) ou de um único indexador, como em Medeiros *et al.* (2016), fornece não apenas uma amostra limitada, como também não permite generalizações sobre a disciplina. Além disso, a ausência de foco na subárea específica de Teoria de Relações Internacionais, com exceção de Barasuol e Silva (2016). Dessa forma, permanece incompreendido o que a América Latina, e o Brasil, particularmente, produz sobre TRI.

Quadro 4 – Resumo de pesquisas semelhantes no Brasil

Artigo	Tema	Escopo	Coleta
Lopes <i>et al.</i> (2022)	Pesquisa RI	Brasil	Artigos
Moreli <i>et al.</i> (2022)	Ensino HRI	Brasil	Planos de Ensino Aprendizagem
Novelli (2022)	Pesquisa RI	Brasil	Artigos (RBPI, Contexto Internacional, Carta Internacional)
Albuquerque <i>et al.</i> (2022)	Ensino RI	Brasil	Currículos de PPGs
Carvalho <i>et al.</i> (2021)	Pesquisa RI	Brasil e Mundo	Artigos
Leite e Feres Jr. (2021)	Pesquisa CP	Brasil	Artigos
Vargas e Castro (2020)	Ensino e Pesquisa RI	Brasil	Currículos de PPGs, Teses, Grupos de pesquisa
Schwether <i>et al.</i> (2020)	Pesquisa RI	Brasil	Artigos (RBPI)
Codato <i>et al.</i> (2020)	Pesquisa CP	América Latina	Artigos
Galvão e Mros (2017)	Ensino HRI	Brasil	DCNs
Villa e Pimenta (2017)	Ensino e Pesquisa RI	América Latina	Survey
Medeiros <i>et al.</i> (2016)	Pesquisa RI	América do Sul	Artigos
Barasuol e Silva (2016)	Ensino e Pesquisa RI	Brasil	Teses, Relatórios de Projetos Artigos
Froio (2012)	Pesquisa RI	América Latina	Corpo Docente
Herz (2002)	Pesquisa RI	Brasil	-

Fonte: Elaboração própria.

3.5 Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem pluralista em termos metodológicos (Jackson, 2016; Lamont, 2022; Pinto, 2023). Nesse sentido, acreditamos na importância dos fatores materiais na análise da produção intelectual (abordagem positivista), mas também entendemos que existem elementos imateriais que estruturam o desenvolvimento do conhecimento, estabelecendo padrões de qualidade científica, que são excludentes (abordagem crítica). Também entendemos que toda realidade pode ser refletida criticamente e é passível de mudança, tendo em vista o caráter artificial das estruturas humanas (abordagem normativa). Nada é natural. A construção teórica de uma disciplina é formada por escolhas políticas, econômicas, sociais e culturais que moldam a evolução científica.

Assim como no capítulo anterior, também utilizamos três hipóteses para guiar nossa análise e discussão dos dados coletados. Cada uma delas busca apresentar um elemento-chave da nossa pesquisa. Logo, a H4 busca identificar as principais

instituições e países que produzem sobre TRI na América Latina, possuindo uma preocupação de natureza institucional. A nossa H5 possui natureza conceitual e busca identificar se ainda existe um domínio das teorias e conceitos oriundos do Norte Global como principal fonte dos autores latino-americanos. E, por fim, nossa H6 busca medir a partir de uma abordagem crítica-normativa, o nível de independência intelectual dos autores latino-americanos ao longo do tempo, tendo em vista que nossa análise possui um recorte temporal de 33 anos. As hipóteses podem ser sumarizadas da seguinte forma:

- Hipótese 4 (H4): Existe pouca diversidade institucional e nacional dos latino-americanos na produção de TRI.
- Hipótese 5 (H5): Permanece o domínio de teorias e conceitos do Norte Global como principais fontes dos pesquisadores latino-americanos em TRI.
- Hipótese 6 (H6): O nível de independência intelectual dos autores latino-americanos em relação ao Norte Global aumentou ao longo do tempo.

Portanto, em termos epistemológicos o desenho de pesquisa desse capítulo combina a abordagem positivista com a crítica e a normativa. A partir da reflexão metateórica de Lamont (2022) e Lebow (2022), acreditamos que as escolhas epistemológicas não devem impor limites metodológicos para o pesquisador, pelo contrário, a combinação de diferentes abordagens auxilia na análise de questões complexas, como é o caso do objetivo de pesquisa dessa tese: a produção intelectual de uma subárea científica. A seguir iremos apresentar como foi realizada a coleta e análise dos dados de nossa pesquisa.

3.5.1 Coleta e análise dos dados

Nesse capítulo iremos mapear a produção teórica da disciplina de Relações Internacionais nos principais periódicos latino-americanos. A ideia é novamente apresentar as bases institucionais, conceituais e intelectuais da subárea de teoria de relações internacionais a partir da América Latina. Assim, identificar o que a região produz sobre teoria. Para isso a amostra consiste em artigos publicados em revistas latino-americanas com maior fator de impacto a partir da classificação do *Scimago*

Journal & Country Rank. A *Scimago* mede a internacionalização dos periódicos e de seus artigos, por essa razão foi este o critério escolhido. O objetivo da amostra é selecionar os artigos que, apesar de serem produzidos dentro da região, conseguem ser lidos e citados fora dela. Em outras palavras, não só aquilo que conseguimos produzir regionalmente, mas o que de fato consegue ter impacto a nível internacional. O período temporal escolhido que demarca as publicações desses artigos é entre 1990 e 2023.

Na plataforma *Scimago* os periódicos de todas as áreas do conhecimento e de todas as regiões do mundo são classificados de acordo com seu fator de impacto na produção acadêmica, medido em número de citações em outros trabalhos. Apesar da limitação dessa medida, acreditamos que ela mede o nível de internacionalização de uma pesquisa acadêmica. Essa medida nos mostra, por exemplo, que apenas 21 revistas acadêmicas latino-americanas conseguem atingir a nota de corte para entrar no banco de dados global. A primeira revista latino-americana na base ocupa a 102ª posição, as anteriores são todas do Norte Global, com destaque para EUA, Reino Unido, Holanda, França e Suíça.

Em ordem de classificação por fator de impacto estão dispostas da seguinte maneira: 1) *Revista de Ciencia Política* (Chile); 2) *Revista Brasileira de Política Internacional* (Brasil); 3) *Colombia Internacional* (Colômbia); 4) *Política y Gobierno* (México); 5) *Estudios Fronterizos* (México); 6) *Gestion y Política Publica*; 7) *Izquierdas* (Chile); 8) *Revista Científica General Jose Maria Cordova* (Colômbia); 9) *Análisis Político* (Colômbia); 10) *Brazilian Journal of Political Economy* (Brasil); 11) *Desarrollo y Sociedad* (Colômbia); 12) *Estudios Sociologicos* (México); 13) *Ensayos sobre Política Económica* (Colômbia); 14) *Norteamérica* (México); 15) *Brazilian Journal of International Law* (Brasil); 16) *Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations*; 17) *Revista Brasileira de Ciências Policiais* (Brasil); 18) *Economía y Política* (Chile); 19) *Estudios Internacionais* (Brasil); 20) *Cuadernos del Cendes* (Venezuela); 21) *Relações Internacionais no Mundo Atual* (Brasil).

Quadro 5 – Artigos publicados nos periódicos latino-americanos de nossa amostra

País	Revista	Autor (ano)
Chile	Revista de Ciencia Política	Allan (2001)
Colômbia	Análisis Político	Russell e Tokatlian (2000)
Colômbia	Análisis Político	Batalla (2018)
Colômbia	Análisis Político	Chagas-Bastos (2018)
Colômbia	Análisis Político	Bernal-Meza (2018)

Brasil	Austral	Cepik e Brancher (2017)
Brasil	Austral	Pereira e Sardo (2022)
Brasil	Austral	Hage (2022)
Brasil	Austral	Julião (2011)
Brasil	Rev. de Direito Inter.	Souza, Leme e Scherf (2018)
Colômbia	Colombia Internacional	Bonilla (1991)
Colômbia	Colombia Internacional	DerGhougassian (2013)
Colômbia	Colombia Internacional	Chenou e Quiliconi (2020)
Colômbia	Colombia Internacional	Mijares e Nolte (2022)
Colômbia	Colombia Internacional	Zelicovich (2022)
Colômbia	Colombia Internacional	Bermúdez, Londoño e Tickner (1999)
Colômbia	Colombia Internacional	Bob (2009)
Colômbia	Colombia Internacional	Calle (1996)
Colômbia	Colombia Internacional	Vitelli (2015)
Colômbia	Colombia Internacional	Rolandi e Merello (2017)
Colômbia	Colombia Internacional	Lemus-Delgado e Navarro (2020)
Colômbia	Colombia Internacional	Deciancio e Míguez (2020)
México	Estudios Sociologicos	Bilbao e Mujica (2017)
México	Estudios Sociologicos	Ponce (2006)
Brasil	Estudos Internacionais	Sá (2017)
Chile	Izquierdas	Urueña-Sánchez (2020)
Brasil	RBPI	Barasuol e Silva (2016)
Brasil	RBPI	Barros-Platiau (2010)
Brasil	RBPI	Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004)
Brasil	RBPI	Canesin (2008)
Brasil	RBPI	Cervo (2008)
Brasil	RBPI	Costa e Baccarini (2014)
Brasil	RBPI	Kleinschmidt e Pérez (2017)
Brasil	RBPI	Vu (2017)
Brasil	RBPI	Matos-Ala (2017)
Brasil	RBPI	Hurrell (2016)
Brasil	RBPI	Lessa (2005)
Brasil	RBPI	Onuf (2016)
Brasil	RBPI	Saraiva (2006)
Brasil	RI no Mundo Atual	Damin (2009)
Brasil	RI no Mundo Atual	Sebben (2010)
Brasil	RI no Mundo Atual	Silva (2021)

Fonte: Elaboração própria.

Utilizamos apenas artigos em nossa amostra, ao invés de outros produtos acadêmicos como livros, teses, dissertações, pois, acreditamos que atualmente seja a forma mais consumida e democrática de conhecimento. Também podemos defender que a maioria dos livros, teses e dissertações se transforma em artigo. Os artigos também possuem um peso decisivo na evolução acadêmica dos pesquisadores, principalmente aqueles que almejam carreira acadêmica. Em outras palavras, a grande maioria das pesquisas científicas nascem ou terminam como artigos atualmente. Logo, apesar de não ser a única opção, acreditamos ser aquela que melhor captura o objetivo da pesquisa.

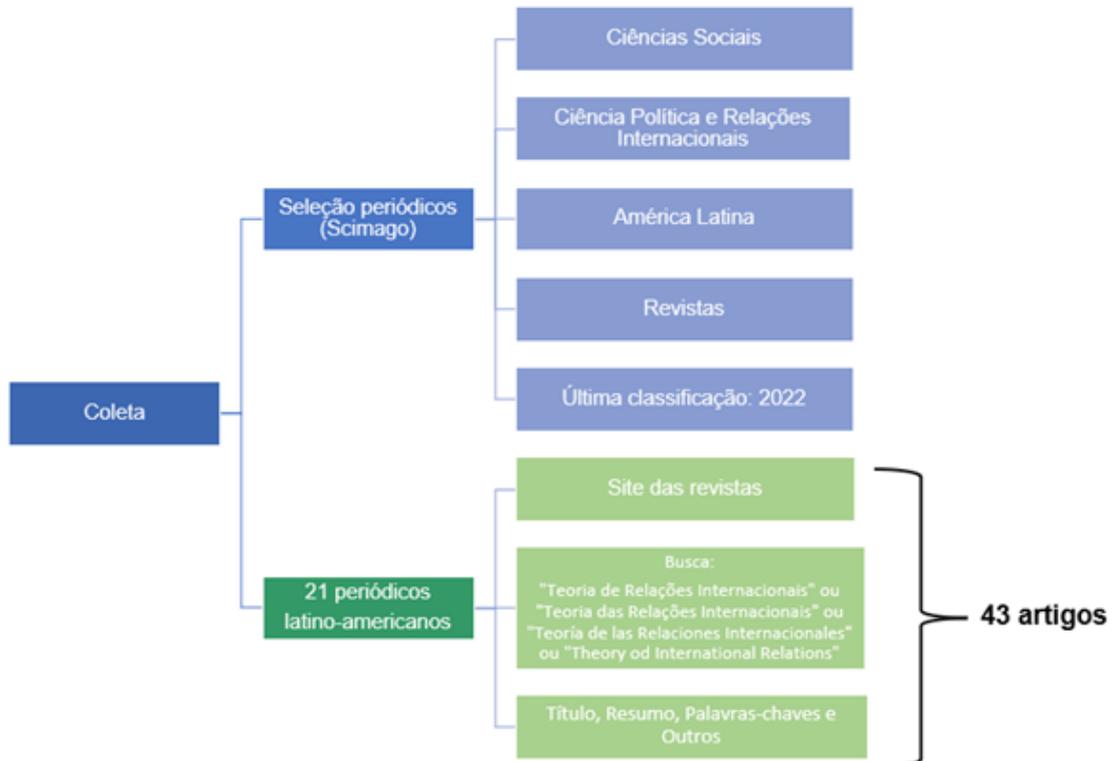
A coleta dos artigos foi realizada através pesquisa online a partir da base *Scimago* e dos sites das revistas selecionadas. Em alguns casos sites próprios ou de indexadores como o *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*. Selecionamos todos os artigos publicados entre 1990 e 2023 que continham o termo “Teoria de Relações Internacionais”. Assim como: "Teoria das Relações Internacionais"; "*Teoría de las Relaciones Internacionales*" e "*Theory of International Relations*" dentro do título, resumo ou palavras-chave. Antes, testamos coletar através do nome de teorias específicas, como "Realismo" ou "Teoria Crítica", mas essa forma retornava artigos sobre temas homônimos de outras disciplinas como Sociologia e Economia, por exemplo. Artigos que não estavam interessados em dialogar com as Relações Internacionais. Mais uma vez, o critério escolhido, apesar de específico, é mais preciso para o intuito dessa pesquisa, ou seja, mapear os estudos que estão refletindo sobre TRI. A partir disso selecionamos 21 periódicos que preencheram os critérios estabelecidos para coleta, somando um total de 43 artigos.

O desenho de pesquisa consiste em uma análise exploratória com abordagem crítica-normativa em perspectiva comparada. A seleção dos artigos produzidos nos periódicos selecionados seguiu critérios para sua replicação e transparência (Figueiredo Filho *et al.*, 2019). A partir da coleta realizamos uma análise de conteúdo categorial dos artigos extraindo variáveis de interesse sobre suas características institucionais, ontológicas, epistemológicas e metodológicas (Sampaio; Lycarião, 2021). As informações coletadas estão dispostas em uma planilha que será compartilhada online para facilitar a replicação e a transparência da pesquisa. Dessa forma, não realizamos uma revisão de literatura narrativo-literária (Figueiredo Filho *et al.*, 2014). A análise é feita como se os artigos (fontes secundárias) fossem tratados como documentos (fontes primárias), como é feito em uma análise de conteúdo categorial (Sampaio; Lycarião, 2021). Acreditamos que dessa forma conseguimos extrair os dados e comparar as características dos artigos analisados. A Figura 12 resume o processo de coleta de dados.

Nosso banco de dados original conta com 51 variáveis. Grande parte (29) são descritivas, apenas coletamos a informação. As demais 22 variáveis são descritivas e interpretativas, pois, na maioria dos artigos a informação não é fornecida pelos autores, diferente de um padrão de pesquisa replicável e transparente. Por exemplo, a variável "discute método" é dicotômica e procura medir se o artigo apresenta (ou não) uma discussão sobre sua metodologia de pesquisa. Apesar desse tipo de

informação ser fundamental em qualquer pesquisa científica, a maioria dos artigos (26) não apresenta nenhuma menção a esse tipo de discussão. Esse achado corrobora com os resultados encontrados por Albuquerque *et al.* (2022) sobre a obscuridade metodológica no estudo das Relações Internacionais.

Figura 12 – Fluxograma da Coleta dos Dados



Fonte: Elaboração própria.

As variáveis descritivas possuem rótulos autoexplicativos. A primeira variável do banco traz o DOI (*Digital Object Identifier*) da publicação. A segunda apresenta o ano de publicação do artigo. Dividimos nosso banco em três períodos para facilitar a comparação ao longo do tempo: P1 (1990-2000); P2 (2001-2010); P3 (2011-2023). A terceira variável traz o ano específico da publicação. A quarta traz o país de origem do periódico. A quinta, o ISSN do periódico. A sexta, o nome do periódico. A sétima apresenta o *H-Index* do periódico. O *H-Index* é uma métrica que busca quantificar a produtividade científica e o impacto das publicações de uma instituição, país ou pesquisador(a). A métrica foi criada por Jorge E. Hirsch em 2005. O *H-Index* é calculado a partir da seguinte lógica: um pesquisador possui um *H-Index* se o H de

seus N artigos foram citados pelo menos H vezes por cada um. Por exemplo, se a *Revista de Ciencia Política* da PUC-Chile possui um *H-Index* de 21, isso significa que o periódico possui 21 artigos que forma citados pelo menos 21 vezes cada. A principal limitação da métrica é não levar em conta a qualidade dos artigos (ou suas contribuições específicas), isso pode favorecer pesquisadores de instituições mais influentes ou áreas de pesquisa com maior volume de publicações e citações.

A oitava variável é a medida SJR é um indicador de prestígio que busca medir o impacto, influência e prestígio do periódico. A métrica é produzida através do número de citações recebidas por um periódico quanto a importância dos periódicos nos quais essas citações forma feitas. Assim, SJR se diferencia de outros indicadores, como o *H-Index*, por ponderar as citações, atribuindo mais peso às citações realizadas em periódicos mais influentes. O cálculo é realizado a partir de um algoritmo semelhante ao *PageRank* utilizando pelo Google para classificar páginas na internet. A citação funciona como um "voto", contudo cada voto possui um peso diferente, calculado a partir da própria classificação da SJR do ano anterior. Isso teoricamente diminui o impacto da autocitação e das citações realizadas em revistas com menor qualidade científica. A SJR facilita a comparação entre revistas de uma mesma disciplina ou entre disciplinas. A nona variável, SJR Quartil, apresenta os quatro quartis de distribuição do índice SJR disponíveis na *Scimago*: Q1, Q2, Q3, Q4. Só dois periódicos latino-americanos são classificados no Q1: *Revista de Ciencia Política* (PUC-Chile) e *Revista Brasileira de Política Internacional* (UnB-Brasil).

A décima variável traz o Qualis do periódico, como classificado pela Plataforma Sucupira da CAPES no Brasil. Esse seria um sistema de avaliação das revistas científicas, desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal a Nível Superior (CAPES), agência ligada ao Ministério da Educação (MEC) no Brasil. O sistema busca classificar as revistas a partir da qualidade da produção científica publicada. A classificação varia de acordo com área do conhecimento, portanto, uma mesma revista pode ter diferentes classificações. A avaliação é feita a partir de vários critérios, como: qualidade editorial, internacionalização do periódico, fator de impacto dos artigos publicados, entre outros. As classificações mais altas variam em ordem decrescente entre: A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3 e B4. Contudo, dois periódicos (10 artigos) de nossa amostra não são classificados pelo Qualis, o que mostra a limitação da métrica em comparação ao *H-Index* e ao SJR.

Quadro 6 – Descrição das variáveis (1/5)

Variável	Valores	Tipo
1. DOI	Código	-
2. Recorte	P1 - P3	-
3. Ano	Ano	-
4. País	Nome	Institucional
5. ISSN	Código	-
6. Periódico	Nome	Institucional
7. H-Index	Índice	Institucional
8. SJR	Índice	Institucional
9. SJR Quartil	Q1 - Q4	Institucional
10. Qualis CAPES	A1 - B4	Institucional

Fonte: Elaboração própria.

A décima-primeira variável traz o nome da instituição responsável pela revista, normalmente uma instituição de ensino superior. A décima-segunda, o título do artigo. Décima-terceira, o resumo do artigo. A décima-quarta, as palavras-chave. As três são critério de seleção dos artigos, como citado anteriormente. A décima-quinta traz o nome do autor principal do artigo, na sequência sua instituição (v. 16), seu gênero (v.17), a nacionalidade da sua instituição (v.18). As próximas oito variáveis do banco (v.19 até v.26) trazem os mesmos dados para os autores 2 e 3, caso estes existam no artigo. A seguir temos o idioma do artigo (v.27), critério de seleção: título, resumo, palavra-chave ou outro (v.28); e, por fim, para as variáveis descritivas temos o problema de pesquisa como vigésima-nona variável do banco de dados. As próximas variáveis são interpretativas, pois muitas vezes os autores não deixam de forma clara a informação.

Quadro 7 – Descrição das variáveis (2/5)

Variável	Valores	Tipo
11. Instituição do periódico	Nome	Institucional
12. Título	Texto	Conceitual
13. Resumo	Texto	Conceitual
14. Palavras-chaves	Texto	Conceitual
15. 19. Nome do autor 23.	Nome	Intelectual
16. 20. Instituição do autor 24.	Nome	Institucional
17. 21. Gênero do autor 25.	Feminino Masculino	Intelectual
18. 22. Nacionalidade do autor 26.	Nome	Intelectual
27. Idioma	Espanhol Inglês	Conceitual

	Português	
28. Critério de seleção	Título Resumo Palavras-chaves Outro	-

Fonte: Elaboração própria.

Nossa trigésima variável é o tema do artigo. Por exemplo: metateoria, segurança internacional, economia política internacional, direitos humanos, entre outras opções. A seguir temos duas variáveis dicotômicas: se o trabalho é empírico ou não (v.31) e se este discute método (v.32). A variável n. 33 apresenta a base teórica do artigo, que pode variar entre diferentes tipos de teorias de diferentes disciplinas acadêmicas. A trigésima-quarta variável traz o tipo de dado utilizado na pesquisa: fontes primárias, fontes secundárias e/ou fontes cinzentas, como definido por Pinto (2023). A seguir apresentamos os dados (v.35) que podem variar entre: artigos, livros, documentos oficiais, banco de dados, entrevistas, entre outros. O nível de análise do artigo é a variável (v.36) que mede se o artigo está focado na estrutura do sistema internacional, no estado em si, no nível acadêmico ou conceitual. A unidade de análise (v.37) apresenta especificamente qual é o protagonista do artigo, podendo variar entre atores políticos nacionais como STF ou teorias de RI. O desenho de pesquisa busca apresentar se o artigo é observacional ou experimental (v.38), já o tipo de desenho de pesquisa (v.39) busca especificar dentro dessas duas grandes categorias qual é a estratégia específica adotada para a execução do artigo, podendo variar entre: revisão de literatura, *survey*, estudos comparados e análise documental.

Quadro 8 – Descrição das variáveis (3/5)

Variável	Valores	Tipo
29. Problema de pesquisa	Texto	Conceitual
30. Tema	Texto	Conceitual
31. Empírico	Empírico Não-empírico	Conceitual
32. Discussão metodológica	Sim ou Não	Conceitual
33. Base teórica	Texto	Conceitual
34. Tipo de dado	Fontes primárias Fontes secundárias Fontes cinzentas	Conceitual
35. Dados	Texto	Conceitual
36. Nível de análise	Texto	Conceitual
37. Unidade de análise	Texto	Conceitual

Fonte: Elaboração própria.

A metodologia (v.40) busca discutir se a pesquisa é descritiva, exploratória ou busca medir relações de correlação e/ou causalidade. Na sequência temos os métodos de coleta de dados (v.41) e métodos de análise dos dados (v.42). A variável n.43, ontologia, traz a reflexão sobre a natureza da pesquisa e poderia ser classificada entre: objetivista, reflexivista, marxista, construtivista e pós-estrutural. A epistemologia (v.44) traz a classificação sobre qual é a concepção dos autores sobre a própria teoria do conhecimento, em outras palavras, se e/ou como podemos alcançar o conhecimento científico verdadeiro, podendo variar entre: positivista, crítica, normativa e interpretativa, como definido por Lamont (2022).

Quadro 9 – Descrição das variáveis (4/5)

Variável	Valores	Tipo
38. Desenho de pesquisa	Observacional Experimental	Conceitual
39. Tipo de desenho	Revisão de literatura <i>Survey</i> Estudos comparados Análise documental Outro	Conceitual
40. Metodologia	Descritiva Exploratória Correlação Causalidade	Conceitual
41. Coleta de dados	Texto	Conceitual
42. Análise de dados	Texto	Conceitual
43. Ontologia	Objetivista Reflexivista Marxista Construtivista Pós-estrutural	Conceitual
44. Epistemologia	Positivista Crítica Normativa Interpretativa	Conceitual

Fonte: Elaboração própria.

A quadragésima-quinta variável apresenta a existência de uma teoria ou um conceito teórico-chave para o artigo, como, por exemplo, os programas de pesquisa de Imre Lakatos. A variável seguinte, autor referência (v.46), traz justamente o autor referência desse conceito ou teoria, caso este seja apresentado pelo autor do artigo analisado. A variável, contribuição (v.47), discute qual é a principal contribuição desse artigo para a literatura de Relações Internacionais. Já na variável agenda futura (v.48), são apresentados caminhos pelos autores dos artigos para a evolução da subárea de TRI, principalmente no Sul Global, com destaque para a América Latina. A variável,

apresenta nova teoria (v.49), é dicotômica e captura somente se existe ou não essa nova teoria proposta pelo autor do artigo analisado. A variável seguinte, "qual?" (v.50), traz exatamente qual é essa nova teoria proposta.

Quadro 10 – Descrição das variáveis (5/5)

Variável	Valores	Tipo
45. Teoria	Texto	Conceitual
46. Referência da teoria	Nome	Intelectual
47. Contribuição	Texto	Intelectual
48. Agenda futura	Texto	Intelectual
49. Nova teoria	Sim ou Não	Intelectual
50. Nome da nova teoria	Texto	Intelectual
51. Nível de Independência Intelectual (III)	0 - 1	Intelectual

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, nossa última variável possui uma abordagem crítica-normativa e busca medir em forma de índice o nível de independência intelectual do artigo em relação as teorias e autores *mainstream* das RI. A criação do índice de independência intelectual (III) não busca julgar a qualidade da pesquisa em si, mas qual é o nível de distanciamento em relação ao Norte Global e ao mesmo tempo a proximidade com novas interpretações ontológicas e epistemológicas do Sul Global. A métrica varia de 0 a 1, quanto maior mais independente a proposta do artigo é. A classificação foi resultado da leitura completa dos artigos, conjuntamente com os dados encontrados em variáveis específicas: contribuição (v.47); agenda futura (v.48); apresenta nova teoria (v.49). Em resumo, realizamos uma reflexão profunda sobre os artigos como um todo sem renunciar a fatores-chave técnicos. Por isso, em comparação com outros dados de nosso banco, consideramos essa medida mais subjetiva e limitada em termos de rigor metodológico positivista. Todavia, acreditamos no seu potencial pedagógico para classificar os artigos ao longo do tempo capturando a complexidade necessária para uma análise metateórica.

Antes de focarmos nos resultados de nossa análise, acreditamos ser necessário refletir algumas questões sobre o banco. Muitos dos artigos selecionados não são trabalhos teóricos ou que discutem teoria. Grande parte utiliza explicitamente uma teoria para analisar um objeto de pesquisa. Então, por isso adicionamos algumas variáveis como metodologia. A primeira questão é o alto número de variáveis (51) em relação ao número de casos (43). Contudo, a grande maioria dessas variáveis é meramente descritiva e possui como objetivo mapear características objetivas da

produção acadêmica, seguindo o padrão de outras análises feitas nesse formato (Ferreira; Lira, 2019; Leite; Feres Jr., 2021). Também devemos destacar que nessa pesquisa não iremos utilizar esses dados para realizar nenhuma análise quantitativa. Uma segunda questão importante é ressaltar que o nosso banco é original em sua proposta e execução. Então, acreditamos que sua disponibilização online e gratuita poderá incentivar outras análises por parte de outros pesquisadores. Por essa razão, o número elevado de informações coletadas pode ser novamente justificado. Muitas dessas informações não serão utilizadas para testar nossas hipóteses descritivas, mas poderão ser utilizadas em pesquisas futuras nossas ou de outros pesquisadores.

3.6 Resultados e discussão das hipóteses

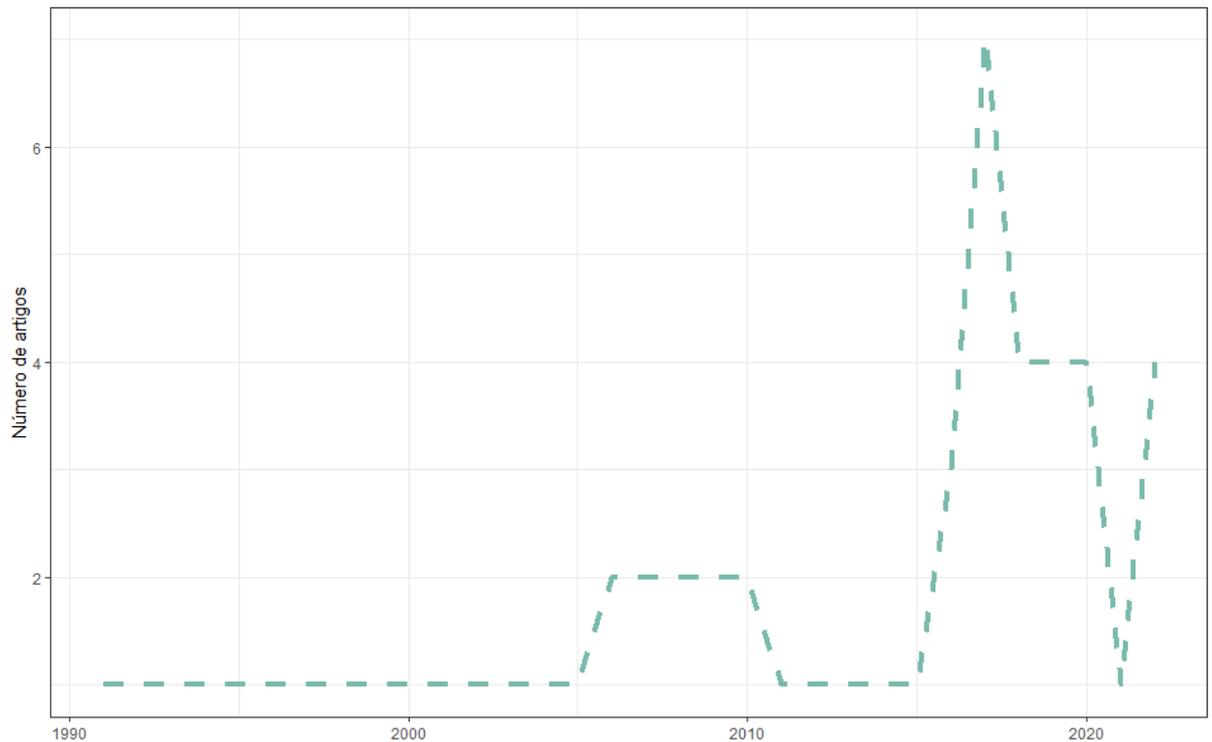
A seção está estruturada em duas partes. Primeiramente, iremos apresentar as características gerais do banco de dados. Destacamos informações interessantes sobre nossa amostra. Na sequência, a partir da discussão das hipóteses propostas, iremos refletir sobre as bases institucionais (H4), conceituais (H5) e intelectuais (H6).

3.6.1 Características gerais dos 43 artigos

Os 21 periódicos selecionados estão representados da seguinte forma: Brasil (7), Chile (3), Colômbia (5), México (5) e Venezuela (1). Em termos de classificação encontramos do SJR, do maior (Q1) ao menor (Q4): apenas 2 periódicos Q1 (do Brasil e do Chile), 5 periódicos Q2, 9 periódicos Q3 e 5 periódicos Q4. Foram selecionados 43 artigos a partir dos sites dos periódicos, exceto a revista *Estudios Sociologicos* (México) na qual utilizados o indexador *Scielo*. Apenas uma revista estava com o site fora do ar, por isso não foi possível fazer a busca por artigos nela, *Revista Brasileira de Ciências Policiais* (Brasil). Importante ressaltar que dos 21 periódicos latino-americanos presentes no ranking da *SCImago*, 10 não possuíam nenhum artigo específico que menciona os termos de busca sobre Teoria de Relações Internacionais, a partir dos critérios estabelecidos. Entre os demais periódicos, a identificação dos artigos está distribuída da seguinte forma: Revista Brasileira de Política Internacional (14 artigos); *Análisis Político*, Austral: *Brazilian Journal of*

Strategy and International Relations e Relaciones Internacionales no Mundo Atual (3 artigos cada); *Colombia Internacional* (8 artigos); *Revista de Ciencia Política, Izquierdas, Brazilian Journal of International Law e Estudos Internacionais* (apenas 1 artigo cada). A publicação mais antiga é Bonilla (1991) e a mais recente Pereira e Sardo (2022).

Gráfico 5 – Produção da América Latina ao longo dos anos



Fonte: Elaboração própria.

Nossa análise possui um recorte temporal de 33 anos. Em média, a produção teórica dos autores latino-americanos se mantém constante entre 1990 e 2015, cerca de 1 artigo por ano. A partir de 2016 existe um aumento significativo para 4 artigos e em 2017 a maior produção da linha temporal, 7 artigos. Depois disso a produção só cai de forma significativa em 2021, possivelmente devido a pandemia do Covid-19. Os dados são apresentados no Gráfico 5. Outro dado significativo é o baixo número de autoras na amostra. Seguindo o padrão global, destacado no capítulo anterior, existe uma diferença significativa entre o número de mulheres que produzem sobre TRI na América Latina. Infelizmente nesse critério nos assemelhamos aos padrões internacionais. Somente 1/3 dos artigos possuem pesquisadoras como responsáveis pelas publicações.

A principal justificativa em selecionar os artigos a partir da classificação da *SCImago* era justamente analisar os artigos produzidos nos periódicos da América Latina que conseguem ter alto fator de impacto. A expectativa é que esses artigos sejam mais lidos fora da região impactando mais a disciplina a nível global. A plataforma utiliza duas métricas de fator de impacto (*H-Index* e *SJR*) para classificar os periódicos em categorias. Como dito anteriormente, nossa amostra de 43 artigos possui 11 periódicos diferentes. Originalmente, o *ranking* latino-americano da *SCImago* possui 21 periódicos, mas 10 não possuem artigos sobre TRI em suas bases. Assim, em média, os 11 periódicos de nossa amostra possuem valores baixos de fator de impacto, tendo como comparação os periódicos do Norte Global. A média de *H-Index* deles é 9 e seu *SJR* médio é 0,264.

Acreditamos que grande parte da produção regional sofre de um viés linguístico por ser escrita em espanhol ou português. Nossa percepção é inspirada nos resultados encontrados por Codato *et al.* (2020) em relação a produção latino-americana para a disciplina de Ciência Política. Os autores descobrem três grandes ilhas de linguísticas na produção científica regional, formadas pelos artigos em inglês, espanhol e português. O principal achado dessa análise de redes é que as ilhas espanhola e portuguesa possuem quase nenhum link de citações de autores, elas dialogam mais com a ilha inglesa. Em outras palavras, os pesquisadores que produzem em espanhol ou português pouco se co-citam como fontes bibliográficas. Assim, consideramos a língua uma característica importante das pesquisas. Na nossa amostra existe um domínio do espanhol como língua mais presente nos artigos (46,5%), seguida do português (28%) e do inglês (25,5%). Interessante notar que grande parte dos artigos publicados em inglês está em periódicos brasileiros.

Tabela 3 – Características gerais dos 43 artigos da amostra

Características	Resultados
Ano com mais publicações	2017 (7 artigos)
Média de artigos por ano	2
% de autoras	33%
Média de H-index	9
Média de SJR	0,2637
Idiomas	Inglês 25,5% Espanhol 46,5% Português 28%
Crítérios de seleção	Palavras-chave 48,8% Resumo 21% Título 11,6% Outro 18,6%

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, observamos a distribuição de artigos selecionados de acordo com os diferentes critérios de seleção. Utilizamos três critérios principais, estes são padrão nesse tipo de pesquisa: título, resumo e palavras-chave. Contudo, alguns artigos foram retornados nos buscadores das revistas mesmo quando nenhum critério era captado. Devido ao número limitado de artigos, optamos por ler esses artigos e verificar se estes tratavam de TRI, o que normalmente ocorria. Por isso cerca de 19% da amostra é composta pelo critério "outro". Isso não afeta nossos resultados. Pelo contrário, acreditamos que torna os resultados mais condizentes com a realidade da subárea de TRI para a América Latina. Ainda destacamos que, como esperado, o critério mais dominante na seleção foi "palavras-chave", pois é justamente nesse espaço que os autores localizam suas pesquisas dentro das possibilidades temáticas da disciplina de RI. Na Tabela 3 apresentamos de forma sumarizada todas as características citadas.

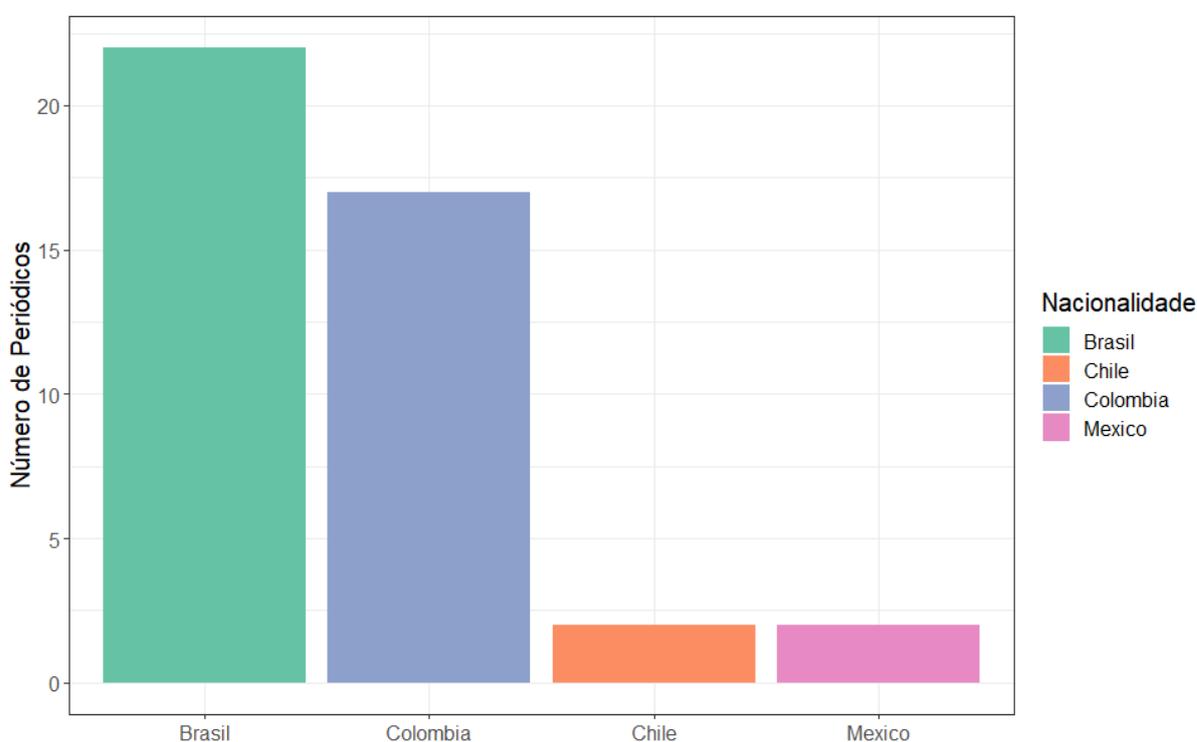
3.6.2 Avaliando as hipóteses

As bases institucionais de uma subárea apresentam quais as principais instituições (periódicos e universidades) e países que estruturam o conhecimento nesse subcampo científico. Nossa primeira hipótese espera que exista pouca diversidade de instituições e países latino-americanos que produzem sobre TRI a nível global. Reconhecemos que os rankings da *SCImago* excluem muitos periódicos importantes da região, contudo, o fator de impacto, critério utilizado na plataforma, é um filtro-chave para a construção de nossa amostra original. Mais uma vez, nosso objetivo não é coletar artigos latino-americanos de TRI, mas selecionar aqueles que possuem maior chance de serem lidos e citados em escala internacional.

O conceito de América Latina apresenta desafios para qualquer pesquisa. Os países da região são diferentes em termos políticos, econômicos e sociais. Assim, quando analisamos as bases institucionais latino-americanas para a subárea de TRI acreditamos que essas diferenças estarão presentes também na produção acadêmica. Brasil, México e Argentina possuem capacidades de investimento em ciência e tecnologia acima da média regional (Erber, 2006). Isso se manifesta em nossa amostra de forma parcial. No Gráfico 6 observamos o domínio dos artigos

publicados em periódicos brasileiros, quase metade da amostra (20). Contudo, o segundo lugar não é ocupado por Argentina ou México. A Colômbia surge com número 1. México e Chile completam a amostra com 2 periódicos cada. Entendemos que em termos comparativos Colômbia e Chile são Estados relativamente desenvolvidos, logo sua presença aqui não é surpresa. O principal achado é a ausência da Argentina, o que pode ser refletivo como resultado de décadas de crise econômica, que podem ter afetado as instituições de ensino responsáveis pelos periódicos científicos.

Gráfico 6 – Nacionalidade dos periódicos

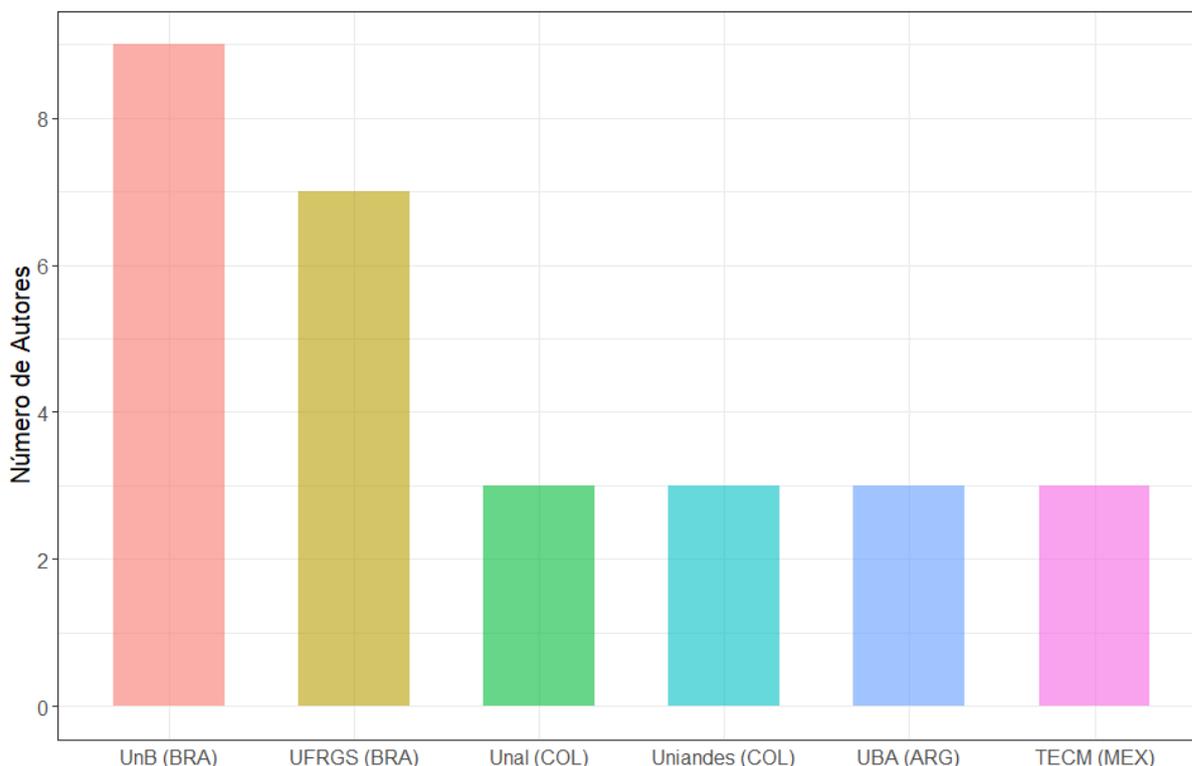


Fonte: Elaboração própria.

Outro dado institucional importante é a instituição de referência dos autores. Segundo Kristensen (2018), a produção global da disciplina de RI está concentrada nas principais universidades do Norte Global, principalmente dos EUA e Reino Unido. Esperamos, então, que na América Latina esse cenário não seja diferente. Grande parte dos países latino-americanos possui altos níveis de desigualdade social, inclusive que se refletem entre os países e dentro destes. No Brasil, por exemplo, o curso de RI por muito tempo esteve restrito a própria capital (Brasília) e as principais cidades do Sul e Sudeste, regiões mais ricas do país (Barasuol; Silva, 2016). O primeiro curso público de graduação em RI do Norte-Nordeste foi o da Universidade

Estadual da Paraíba (UEPB) aberto em 2006 na capital João Pessoa. Portanto, esperávamos que nossa amostra tivesse mais pesquisadores de grandes universidades latino-americanas. As informações presentes no Gráfico 7 confirmam nossas expectativas. Brasil, Colômbia, Argentina e México apresentam o maior número de autores de artigos sobre TRI.

Gráfico 7 – Principais instituições dos autores latino-americanos



Fonte: Elaboração própria.

Com os resultados dessas duas variáveis em mente, acreditamos que a H4 é confirmada. Em nossa amostra as bases institucionais e nacionais possuem pouca diversidade, estando restritas às instituições e aos países mais desenvolvidos da região, como: Brasil, México, Colômbia, Chile e Argentina. Esse achado corrobora as nossas expectativas e está de acordo com os resultados de outros estudos que analisaram as disciplinas de CP e RI na América Latina.

Nossa quinta hipótese (H5) está focada nas bases conceituais da subárea de TRI. Esta espera de que dentro do período analisado (1990-2023) permaneça o domínio de teorias e conceitos oriundos do Norte Global como principais fontes bibliográficas dos pesquisadores latino-americanos em TRI. Importante salientar que a utilização do termo "Teoria de Relações Internacionais" como critério de seleção dos

artigos leva a coleta de trabalhos que utilizam esse tipo específico de produção, em grande medida aquelas presentes no Grandes Debates. Essa é uma limitação do nosso desenho de pesquisa. Como exposto anteriormente, nosso banco de dados conta com variáveis conceituais. Na Figura 13 apresentamos uma nuvem de palavras composta dos resumos e palavras-chave dos 43 artigos. Além dos termos esperados como, relações internacionais, teoria, metodologia, artigo, objetivo e afins, destacamos alguns conceitos específicos, como: segurança, governança, organizações, regionalismos e guerra. Teorias de Relações Internacionais, como: Realismo, Construtivismo e Teoria Crítica. E, por fim, países, como: Brasil. Todos os termos podem ser encontrados dentro da literatura clássica de TRI. A análise da nuvem de palavras seria um primeiro indicador.

Figura 13 – Resumos e palavras-chaves dos artigos em nuvem

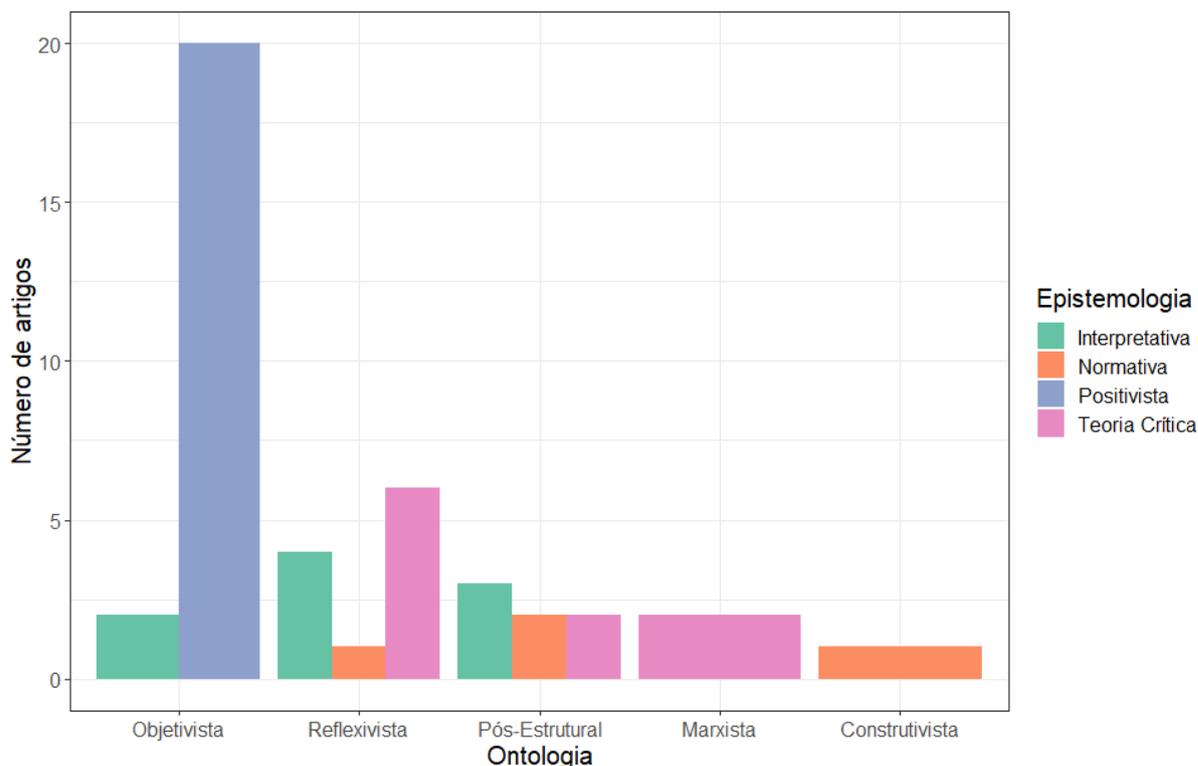


Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 8 apresentamos a combinação entre as abordagens ontológicas e epistemológicas dos artigos. Normalmente existe uma lógica entre essa combinação para que o desenho de pesquisa consiga alcançar os resultados almejados pelo pesquisador (Marsh *et al.*, 2017; Lamont, 2022). Quase metade da amostra é composta por artigos objetivistas em termos ontológicos e positivistas em termos epistemológicos. Normalmente essas pesquisas estão associadas aos temas, conceitos e teorias desenvolvidos pelos autores *mainstream* da disciplina, localizados nos EUA e Reino Unido. Esse achado corrobora com os resultados das análises bibliométricas do capítulo anterior. Entretanto, podemos ressaltar que 23 artigos

possuem ontologias e epistemologias pós-positivistas. Em outras palavras, a amostra se encontra equilibrada em termos epistemológicos, algo esperado devido a natureza multidisciplinar das RI, inclusive com o pluralismo teórico e metodológico (Sil; Katzenstein, 2010; Checkel, 2013; Jackson, 2016).

Gráfico 8 – Ontologia e epistemologia dos artigos



Fonte: Elaboração própria.

Como sugerido por Lamont (2022), dividimos essas abordagens de acordo com suas especificidades. Encontramos dois dados interessantes. Primeiro, o construtivismo como ontologia está restrito a um número limitado de artigos e possui epistemologia normativa como sua única combinação. Segundo, a teoria crítica como epistemologia encontra combinação com as ontologias reflexivista, marxista e pós-estrutural e no total corresponde a 23% da amostra. Esperávamos pelos resultados de estudos anteriores uma maior presença do construtivismo, mas a teoria crítica superou as expectativas. Podemos interpretar que a "terceira via" construtivista não atende mais as expectativas dos autores latino-americanos e, assim, a abordagem emancipatória proposta pela teoria crítica, com sua ênfase no papel de mudança social que a ciência pode desempenhar na sociedade, encontrou campo fértil na produção teórica na América Latina.

Continuando nossa reflexão teórica sobre os artigos, a Tabela 4 apresenta as principais características teóricas de nossa amostra. Dessa forma vemos que a ontologia predominante é a objetivista, encontrada nas teorias tradicionais da disciplina, como Realismo e Liberalismo. A epistemologia mais presente é o positivismo, o que faz sentido com o dado anterior, como descrito por Marsh *et al.* (2017). Esses dois dados indicam que os autores da nossa amostra não necessariamente estão tentando inovar com suas pesquisas. O resultado da variável "apresenta nova teoria" corrobora com essa percepção, pois somente 23% das pesquisas propõe uma nova teoria ou modelo de análise. Nesse sentido, é importante fazer uma rápida distinção entre os dois. Segundo Fried (2020), as teorias são constructos de conhecimento amplos em escopo e que buscam explicar fenômenos robustos. Por sua vez, os modelos são as materializações das teorias, mais limitados em termos de escopo e focados em explicar fenômenos concretos, são aplicados de acordo com alguns elementos específicos de uma teoria, por isso fornecem ao pesquisador uma descrição ou entendimento mais direto do objeto estudado.

Tabela 4 – Características teóricas dos 43 artigos da amostra

Características	Resultados
Ontologia	Objetivista 51% Reflexivista 26% Pós-Estrutural 16% Marxista 5% Construtivista 2%
Epistemologia	Positivista 47% Crítica 23% Interpretativa 9% Normativa 4%
Apresenta Nova Teoria	Sim 23% Não 77%
Qual Nova Teoria	Inserção internacional Liderança internacional Modelo de APE Estudos Globais Governança global Novos direitos humanos Política internacional subestatal Ubuntu

Fonte: Elaboração própria.

As teorias latino-americanas apresentadas nos artigos se assemelham mais a modelos de análise do que as teorias de relações internacionais. Inclusive encontramos nos artigos duas propostas de modelos de análise de política externa, subárea popular na região justamente por ser focada em contextos mais específicos,

como a política externa de um determinado Estado ou em determinada área temática. Algumas teorias latino-americanas também podem ser confundidas com a criação de conceitos teóricos. Segundo Cervo (2008), o uso de teorias deveria ser substituído por conceitos, pois estes em termos metodológicos são mais aplicáveis a realidade da política internacional. Nesse sentido, as teorias da inserção internacional e da liderança internacional parecem adotar esse tipo de visão. Acreditamos que essa pode ser uma inovação teórica, por isso classificamos como proposta de nova teoria. Todavia, 77% dos artigos de nossa amostra não propõem nenhuma nova teoria e utilizam as teorias tradicionais como base de sua análise.

A Tabela 5 apresenta as principais características metodológicas dos artigos de nossa amostra. A maioria das pesquisas adota uma metodologia observacional e descritiva. Em relação a coleta de dados, os artigos utilizam de fontes secundárias (livros, artigos e reportagens) sem critério ou método de seleção e/ou exclusão dos materiais selecionados. Os pesquisadores latino-americanos realizam revisões de literatura do tipo narrativa, o que dificulta a transparência e replicabilidade da análise ou a reflexão sobre os resultados encontrados (Figueiredo Filho *et al.*, 2014). Por isso, classificamos na variável, métodos de análise de dados, esse tipo de técnica, ou ausência, como narrativo-literária, pois em grande medida os autores parecem estar contando uma história ou descrevendo algo a partir da leitura das fontes secundárias. O principal foco dos artigos, como esperado, era discutir conceitos e teorias de RI.

Tabela 5 – Características metodológicas dos 43 artigos da amostra

Características	Resultados
Dados	Artigos e outras fontes secundárias 82% Documento oficial 14%
Tipos de Dados	Fontes secundárias 84%
Nível de Análise	Conceitual 51% Estrutural 14% Estatual 12% Acadêmico 12%
Unidade de Análise	Teorias 49%
Desenho de Pesquisa	Observacional
Tipo de Desenho de Pesquisa	Revisão de literatura 82%
Metodologia	Descritiva
Métodos de Coleta de Dados	Pesquisa bibliográfica 86%
Métodos de Análise dos Dados	Narrativo-literária 72% Análise temática 12% Análise de discurso 5%

Fonte: Elaboração própria.

A partir das informações coletadas e analisadas, acreditamos que nossa H5 é parcialmente confirmada. De fato, persiste o domínio metateórico do positivismo dentro da produção latino-americana em nossa amostra. É importante refletir criticamente que era esperado que os artigos presentes nos periódicos com maior fator de impacto, presentes em uma base internacional, fossem aqueles mais alinhados com o padrão científico do Norte Global. Entretanto, a maioria dos artigos (23) apresenta ontologia e epistemologia pós-positivista, baseadas em autores estadunidenses, canadenses e europeus em sua maioria. Isso indica uma mudança importante que foi iniciada a partir da década 1990 com ascensão de novas abordagens teóricas para além da síntese neo-neo. Esse movimento surge nos países do Norte Global, mas consegue adesão no Sul Global justamente porque grande parte dos problemas dos Estados periféricos não é abordada dentro das correntes teóricas *mainstream* de RI. Pobreza, subdesenvolvimento, por exemplo, são temas poucos explorados por Realismo e Liberalismo. Assim, acreditamos que a análise e reflexão dos nossos dados mostram um equilíbrio entre positivismo e pós-positivismo, mas, em contrapartida, a permanência de EUA e Europa Ocidental como os fornecedores também do pós-positivismo.

Finalmente, nossa sexta hipótese (H6) trata das bases intelectuais da disciplina. Para além das instituições e teorias, os pesquisadores são responsáveis pela pesquisa e produção teórica de qualquer área do conhecimento. Nesse sentido, nossa H6 espera que o nível de independência intelectual dos autores latino-americanos em relação ao Norte Global tenha aumentado ao longo do tempo analisado em nosso recorte de 33 anos (1990-2023). Nessa parte da análise focaremos nos autores dos artigos que compõem nossa amostra. Definir a nacionalidade de uma pessoa pelo nome dela é um desafio. Poucos pesquisadores possuem páginas online dedicadas à sua biografia, com fácil acesso na internet. Dessa forma, utilizamos como dado aproximado a nacionalidade da instituição que o autor estava associado na hora da publicação do artigo.

Nossa estratégia de pesquisa buscou capturar os artigos publicados dentro da América Latina em periódicos latino-americanos. Não queríamos, assim, a produção *sobre* a região, mas a produção teórica *da* região. Por isso, esperávamos grande presença dos autores latino-americanos na amostra. O Gráfico 9 mostra que os brasileiros dominam a amostra, seguidos por argentinos, colombianos e mexicanos. Interessante notar a presença de países do Norte Global como, EUA, Alemanha,

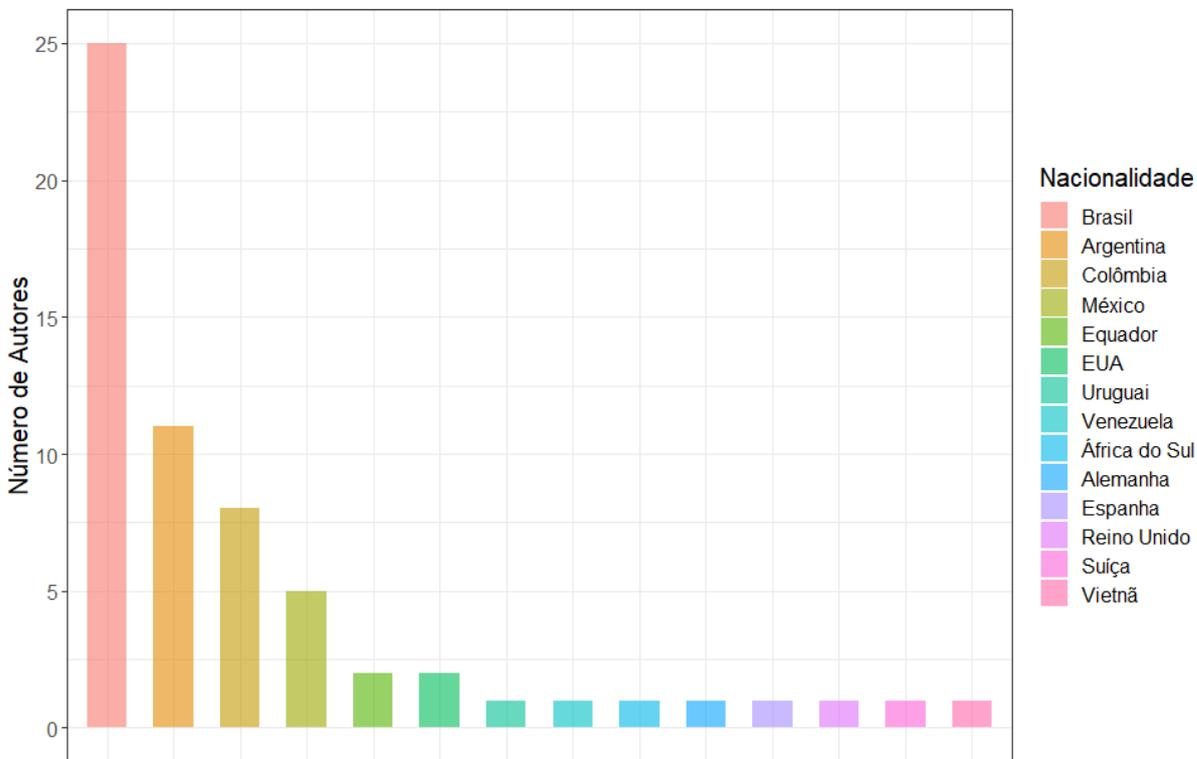
Espanha, Reino Unido e Suíça, cada um desses Estados conta com 1 pesquisador. Além da presença de outros países do Sul Global, que não fazem parte da região, como, África do Sul e Vietnã. Esses dois artigos foram publicados no periódico brasileiro RBPI (UnB). Então, dentro da América Latina os pesquisadores que produzem sobre teoria são de grandes universidades dos países mais desenvolvidos da região.

Devido ao número limitado de artigos não optamos por realizar análises bibliométricas como no capítulo anterior. Optamos pela leitura completa dos artigos e extração de informações relevantes sobre as características institucionais, conceituais e intelectuais. Nosso desenho de pesquisa procura combinar elementos positivistas com uma abordagem crítica-normativa. Nesse sentido, nossa contribuição para o debate é a utilização de nosso Índice de Independência Intelectual (III). A partir da leitura completa do artigo e tendo como base as variáveis: contribuição (v.47); agenda futura (v.48); apresenta nova teoria (v.49). O III varia de 0 a 1, no qual "0" significa totalmente de acordo com as teorias do Norte Global e "1" significa apresentação de uma nova abordagem a partir do Sul Global.

Nossa H6 espera que o III aumente ao longo do tempo. A ideia é que os pesquisadores latino-americanos se tornarão cada vez mais independentes em relação ao *mainstream* teórico da disciplina RI ao longo do tempo. Tendo em vista as mudanças estruturais de natureza política, econômica e acadêmica que o sistema internacional está passando desde o Fim da Guerra Fria, momento-chave da disciplina de RI em perspectiva global.

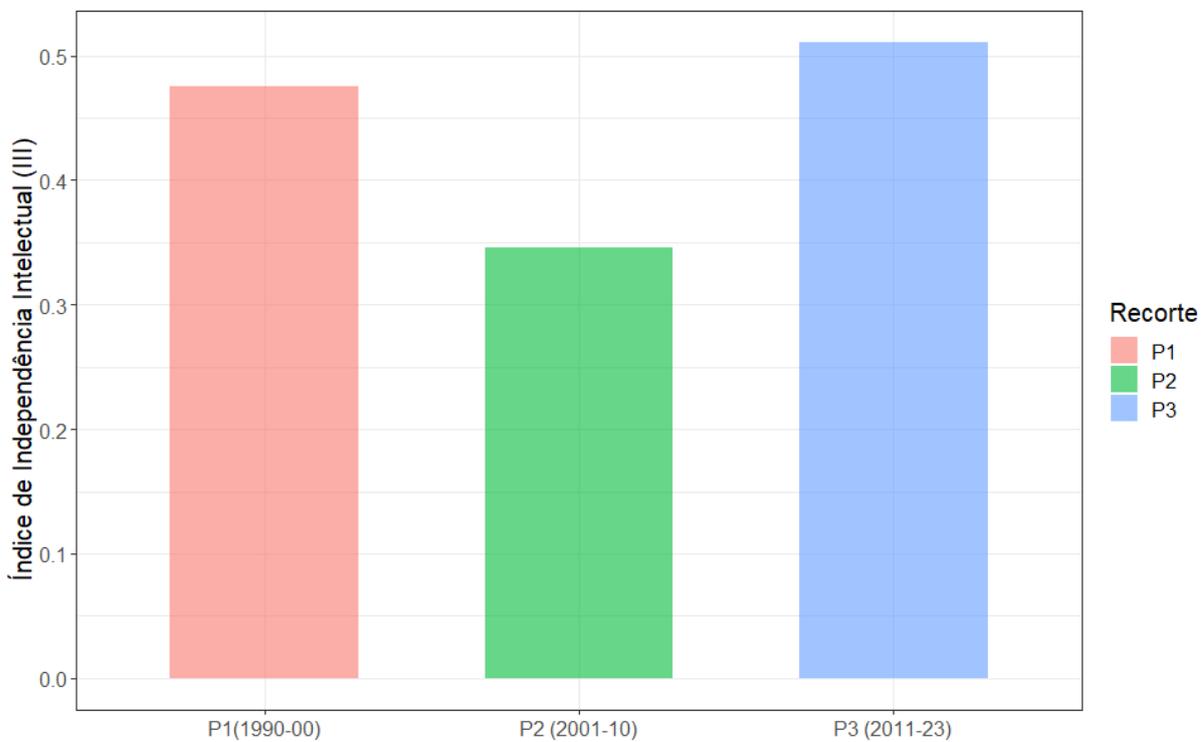
No Gráfico 10 apresentamos o primeiro dado significativo para a expectativa de nossa hipótese. A interpretação é que não existe relação temporal entre o aumento e diminuição do III. De fato, os maiores valores estão localizados no P3 (2011-2023), mas o P1 possui valores semelhantes. Contudo, acreditamos que as bases intelectuais de uma subárea pedem do analista uma visão mais profunda em relação aos elementos metateóricos. Assim, cruzamos os dados de ontologia e epistemologia com o III. A expectativa é entender se existe de fato maior independência intelectual dos artigos com abordagens pós-positivistas em comparação com os positivistas. Importante ressaltar que os dois grupos possuem número semelhante de artigos na amostra (23 a 20).

Gráfico 9 – Nacionalidade da instituição dos autores



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 10 – Índice de Independência Intelectual por recorte temporal

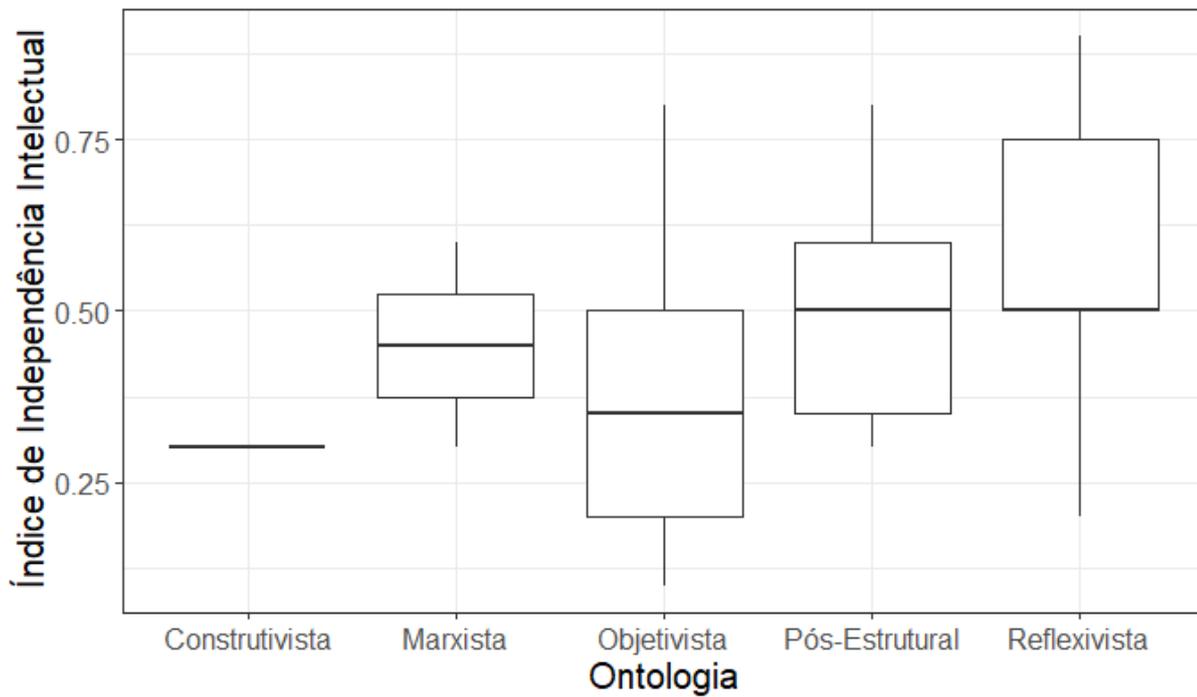


Fonte: Elaboração própria.

A primeira relação analisada foi entre o tipo de ontologia do artigo (v.43) e o III (v.51). O Gráfico 11 apresenta os cinco tipos de ontologia que encontramos em nossa amostra. Escolhemos os gráficos em formato de *boxplot*, pois estes são indicados para realizar análise exploratória da relação entre variáveis quantitativas e categóricas. Além de fornecer diversas informações estatísticas em relação a dispersão e simetria dos dados dentro da amostra. A ontologia construtivista apresenta somente 1 artigo, por isso sua apresentação está discrepante. Destacaremos dois elementos desse gráfico. Primeiro, a ontologia objetivista, categoria com mais artigos, possui um *boxplot* assimétrico positivo. Isso indica que a mediana está mais próxima do primeiro quartil. Nesse caso, os artigos objetivistas possuem menor III. O *boxplot* da ontologia marxista é simétrico e a maioria dos seus artigos está abaixo de 0,5. O *boxplot* pós-estrutural é assimétrico negativo, a mediana está mais próxima do terceiro quartil e está localizada em cima do 0,5. O *boxplot* reflexivista também está assimétrico positivo, com a mediana localizada no 0,5. Os dados apresentados assim não facilitam a interpretação. Cada categoria, com exceção da objetivista possui poucos artigos, o que deixa os gráficos estranhos de visualizar e interpretar. Por isso, iremos unir todas as ontologias não-objetivistas em uma só categoria, facilitando a análise. Assim, a amostra fica equilibrada nos dois grandes grupos.

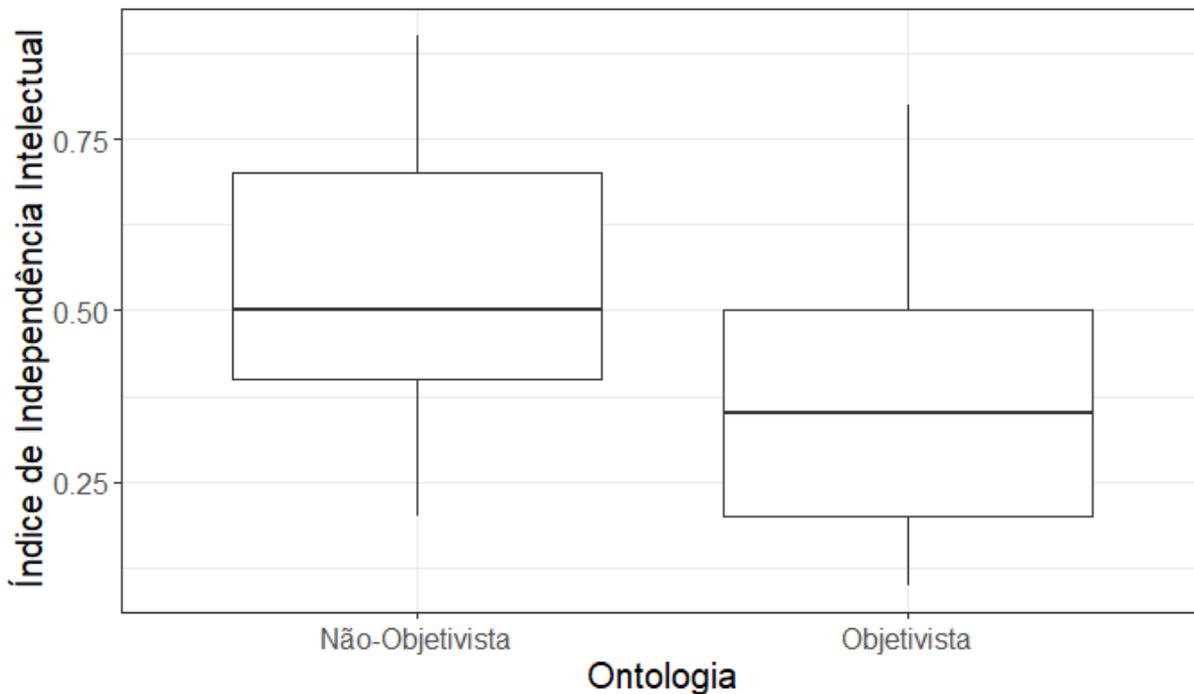
No Gráfico 12 fica mais clara a distribuição dos artigos por tipo de ontologia e nível de III. Metade dos artigos com ontologia Não-Objetivista estão acima de 0,5, o que consideramos um nível alto de III e 3/4 dos artigos com ontologia objetivista estão abaixo de 0,5. Ou seja, em termos ontológicos existe uma correlação negativa entre objetivismo e independência intelectual. Essa primeira análise está de acordo com nossas expectativas. Passando para a epistemologia iremos apresentar os dados na mesma sequência, primeiro com todas as abordagens pós-positivistas separadas e depois com estas em uma mesma categoria. Como as escolhas ontológicas e epistemológicas de uma pesquisa sempre caminham juntas, acreditamos que encontraremos resultados semelhantes.

Gráfico 11 – III e Ontologia dos artigos



Fonte: Elaboração própria.

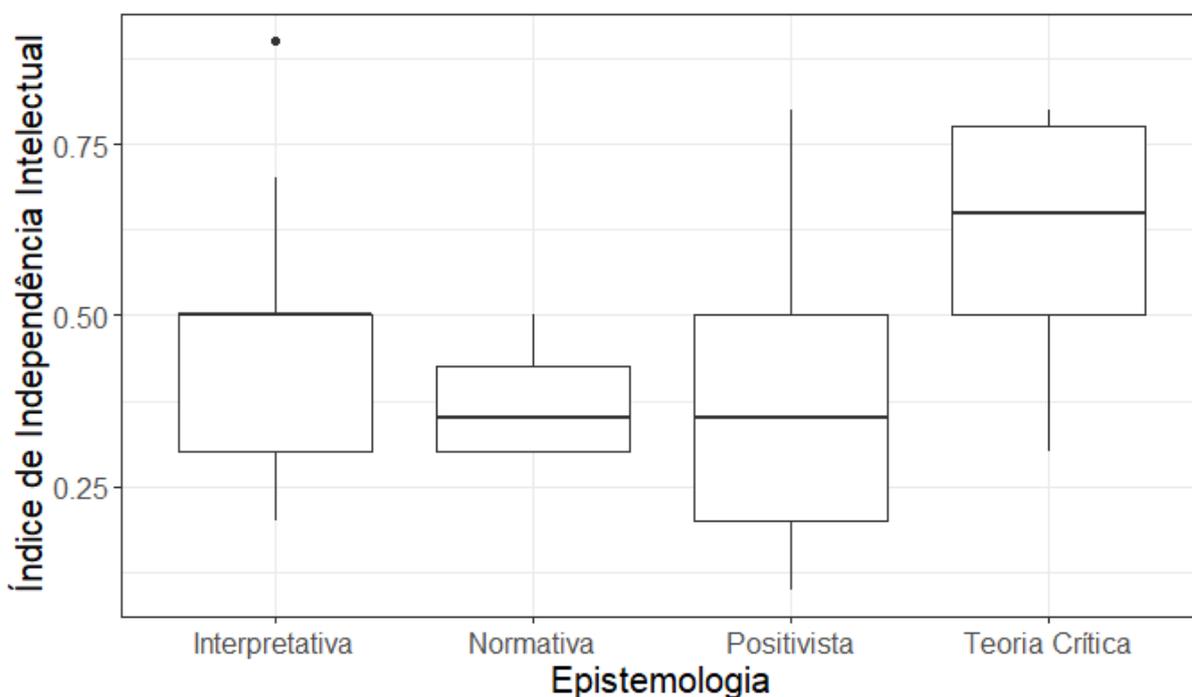
Gráfico 12 – III e Ontologia combinada dos artigos



Fonte: Elaboração própria.

Em termos de abordagens epistemológicas, nossa pesquisa adota quatro categorias: positivista, interpretativa, teoria crítica e normativa. A epistemologia positivista ocupa no Gráfico 13 o mesmo lugar da ontologia objetivista, assim podemos interpretar os dados da mesma forma. A epistemologia normativa possui poucos artigos na amostra, o que pode afetar o resultado, mas se encontra totalmente abaixo de 0,5. Essa é uma surpresa da amostra. Normalmente as pesquisas normativas são associadas a inovação (Lamont, 2022). A teoria crítica, atende as expectativas teóricas, e é de longe a com maior III, pois 75% dos artigos estão acima de 0,5. A interpretativa possui o grande *outlier* da amostra, pois grande parte dos seus artigos está por volta de 0,5. Contudo, o artigo de Cervo (2008) possui um nível altíssimo de III (0,9). Nesse tipo de análise não queremos focar em artigos de forma individual, mas devido a esse caso ser desviante dentro da epistemologia interpretativa, acreditamos que era necessário destacá-lo individualmente.

Gráfico 13 – III e Epistemologia dos artigos

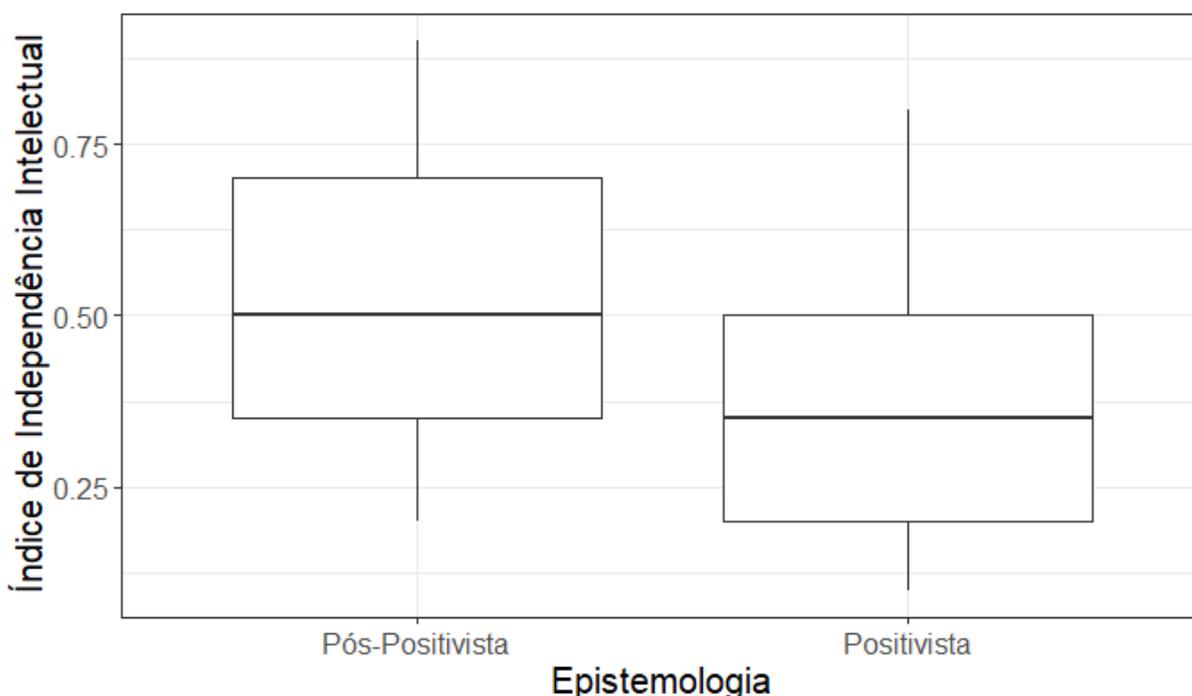


Fonte: Elaboração própria.

Seguindo a sequência, apresentamos no Gráfico 14 a comparação entre os artigos positivistas e os pós-positivistas. Como esperado, esse gráfico possui praticamente a mesma distribuição do Gráfico 12. Em resumo, os artigos com epistemologia positivistas estão de acordo com os padrões teóricos do Norte Global e

os artigos pós-positivistas estão mais dispostos a propor novas formas de teorizar as RI de acordo com as necessidades e conhecimentos do Sul Global. Acreditamos que o conjunto dessas análises fornece elementos para refutar nossa H6. Notamos que o tempo não é um fator importante para o aumento ou diminuição do III. Na verdade, as escolhas ontológicas e epistemológicas conseguem explicar mais a independência intelectual dos artigos. Assim, acreditamos que pesquisas não-objetivistas e pós-positivistas estão mais dispostas a inovar teoricamente a partir da análise a partir de nossa amostra.

Gráfico 14 – III e Epistemologia combinada dos artigos



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, o Quadro 11 traz o quadro-resumo no qual apresentamos de forma sucinta as hipóteses que guiaram a análise exploratória do nosso banco de dados original, junto com o resultado encontrado por nossa análise.

Quadro 11 – Quadro-resumo das hipóteses testadas

Hipótese	Foco	Resultado
H4	Pouca diversidade institucional e nacional	Confirmada
H5	Domínio das teorias do Norte Global	Parcialmente confirmada
H6	III aumentou ao longo do tempo	Refutada

Fonte: Elaboração própria.

3.7 Discussão entre os artigos

O que observamos nos artigos ao longo dos anos? Tendo em vista as diferenças no número de artigos distribuídos ao longo do tempo, com alguns anos de publicação não contemplados na amostra, podemos analisar esses estudos através de recortes temporais: 1991 a 2000 (P1), 2001 a 2010 (P2) e 2011 a 2023 (P3). Mesmo assim, encontramos uma proporção desigual no volume de artigos por período, o último período concentra a maior parte dos artigos da amostra. Contudo, mesmo com esse viés, é interessante observarmos como os temas que são objeto dos estudos sobre teoria vão mudando.

Nos anos 1990 predominavam os estudos sobre Segurança Internacional, Democracia, Gênero e Neutralidade Política. É interessante notar como o tema de gênero se destaca dos demais, tidos como mais clássicos na teoria de relações internacionais, pois remontam a questões mais ligadas à ideia de Estado ou "interesse nacional". O referido estudo trata-se de um artigo publicado na *Colombia Internacional* por pesquisadoras colombianas Bermudez *et al.* (1999) e que discutem a partir do conceito de espaços, como as perspectivas de gênero se inserem nos debates teóricos da disciplina.

Uma dessas autoras trata-se, inclusive, da Arlene Tickner, uma das pesquisadoras mais proeminentes nas Relações Internacionais, com uma agenda de pesquisa vasta que inclui, entre outros temas, TRI e que já realizou esforços semelhantes a essa tese, como em seus trabalhos Tickner (2003), Tickner *et al.* (2013) nos quais busca mapear as características da disciplina. Nesse artigo, as autoras partem de uma ontologia Pós-Estrutural e de uma epistemologia da Teoria Crítica. Propõem o argumento de que o espaço físico é utilizado dentro das RIs para justificar o foco excessivo dos estudos no Estado nacional em um mundo globalizado, o que invisibilizaria o papel das mulheres e da vida privada na política internacional (Bermudez *et al.*, 1999).

Podemos destacar também como a discussão de gênero é necessária desde o final da década, principalmente a partir de uma visão da periferia, em um momento em que o Feminismo como corrente teórica na disciplina passa por contribuições que se tornam marcos teóricos importantes como os trabalhos de Cynthia Enloe (1990) e de J. A. Tickner (1997).

Em 2006 outro estudo foi publicado na mesma temática, na revista mexicana *Estudios Sociológicos* de autoria de Pedro Ponce (2006). Ao invés de olhar para o Estado-nação como unidade de análise, o artigo examina como as relações de gênero estão presentes no discurso das organizações internacionais. Mais especificamente, analisa criticamente como a Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta a identidade feminina em seus discursos, comparando-a com discursos alternativos e antagônicos. Assim como o estudo anterior, de Bermudez *et al.* (1999), também parte de ontologia pós-estrutural, mas sua epistemologia é interpretativa. Sua principal contribuição é apresentar como o discurso de gênero é construído dentro das organizações internacionais e como isso impacta o tema dentro das TRIs.

Apesar da relevância e da inovação da agenda pós-positivista, como podemos notar com os estudos de gênero, o tema que domina a agenda de teoria das relações internacionais na América Latina é o da segurança internacional. Ele é comum a todos os recortes temporais da nossa amostra. No entanto, a influência do período e do local de onde esses estudos partem podem dar uma outra abordagem ao tema. O primeiro estudo, por exemplo, inova ao tratar teorias de RI como discursos políticos. Dessa forma, o equatoriano Bonilla (1991) apresenta a teoria realista como discurso político dos Estados Unidos, particularmente, utilizado por parte do governo Reagan para justificar as ações de combate ao narcotráfico latino-americano. Dessa forma, mesmo abordando um tema *mainstream* das RI, o autor adota uma ontologia Marxista e utiliza a Teoria Crítica como escolha epistemológica.

Outro estudo que adota uma ontologia não-objetivista para a tratar do tema da segurança internacional é o Vitelli (2015) que, assim como o anterior, também é publicado na revista *Colombia Internacional*. Nesse artigo de 2015, Marina Vitelli, pesquisadora argentina da *Universidad Nacional de Rosario*, parte de uma ontologia reflexivista para examinar a política de defesa do Brasil. Mais especificamente, a autora busca entender o processo de criação da identidade estratégica do Brasil e sua política externa, conectando pensamento militar, partido político e diplomacia através de documentação primária. Utiliza como base teórica o Construtivismo para aprofundar os estudos de defesa em Estados do Sul Global.

Partindo de ontologia objetivista os demais estudos sobre o tema vão diferenciar-se entre uma contribuição mais teórica e outra mais empírica. Começamos pelos estudos mais teóricos de Sebben (2010), Rojas (2012) e Cepik e Brancher (2017). Com uma preocupação mais voltada para a América do Sul e com o objetivo

de discutir abordagens teóricas diferentes, Sebben (2010) compara dois modelos sobre a segurança na região a partir dos programas de pesquisa de Lakatos. A necessidade de novas teorias no tema também se reflete nos estudos sobre intervenções internacionais. Rojas (2012) destaca que apesar do aumento das práticas intervencionistas, pouco se discute sobre o conceito de intervenção internacional e como esse fenômeno enfrenta desafios com a influência da globalização.

Cepik e Brancher (2017) discutem um problema clássico sobre os efeitos do conflito entre Estados na dinâmica evolutiva do sistema internacional. Sendo assim, questionam em que condições as interações competitivas entre os agentes contribuem para o surgimento de organizações políticas capazes de sobreviverem, atuarem no sistema político internacional e proverem segurança, bem-estar e direitos políticos para seus cidadãos. Essa preocupação com os efeitos do conflito também está presente no estudo de DerGhougassian (2013), no qual o autor analisa se o papel da religião como fator explicativo de conflitos internacionais, desafiando as teorias de positivistas das RI. Baseado na crítica pós-positivista, trata cada religião com suas próprias especificidades e mostra como isso está relacionado com os conflitos internacionais entre Ocidente e Oriente.

Também de caráter mais empírico, o artigo de Hage (2022) recupera teóricos clássicos da geopolítica e do realismo para entender a atual conjuntura da Rússia a partir da Doutrina Putin, documento que estabelece as diretrizes da política externa russa. Dessa forma, o autor brasileiro reflete sobre a importância dos atores políticos individuais no processo de tomada de decisão em política externa.

A virada do século representou uma mudança de agenda de pesquisa nas Relações Internacionais. As teorias precisavam incorporar novas demandas que surgiam na política internacional, como as resoluções para a questão das mudanças climáticas e problemas ambientais. Desde a década de 1970 as conferências internacionais pautaram a necessidade de mudança de políticas públicas que atendessem a um desenvolvimento mais sustentável dos países. Em 1972, a conferência de Estocolmo, em seguida, a Eco-92 ou Rio-92. No início dos anos 2000 são realizadas a Rio+10, em 2002 e a Rio+20, em 2012. Não é coincidência que dois dos artigos sobre o tema são publicados nesse contexto: são os trabalhos de Barros-Platiau *et al.* (2004) e Barros-Platiau (2010), ambos de pesquisadores brasileiros e

publicados na Revista Brasileira de Política Internacional. Classificamos os temas desses artigos como Governança Ambiental Global.

Em 2004 Barros-Platiau *et al.* (2004) propõem uma discussão do conceito de governança global para a crise ambiental, questionando o papel da segurança no contexto de crise ambiental global, já que um problema que atinge a todos os países, portanto, necessita de uma resolução transnacional. Com Barros-Platiau (2010) a ideia materializa-se no caso do papel do Brasil dentro dos regimes internacionais sobre governança ambiental, como o de mudanças climáticas. Dessa forma, a autora chama a atenção para a necessidade das teorias de Relações Internacionais de reformularem não apenas seus instrumentos analíticos, como também o seu próprio entendimento sobre o papel das potências emergentes nesse tipo de regime. A preocupação dos estudiosos latino-americanos com a governança global segue na agenda até recentemente, a exemplo do estudo de Zelicovich (2022). A autora, inclusive, reforça a importância do tema para o futuro da academia latino-americana em Relações Internacionais. Em sua visão, os estudos latino-americanos podem contribuir com o debate sobre governança global, a partir do seu foco nas relações de poder, contestação e mecanismos de inserção internacional. Os próprios conceitos de autonomia, desenvolvimento e dependência, por exemplo, ilustram essa ponte teórica. Por outro lado, a análise proposta por Michael Zurn (2018) forneceria um caminho para as teorias tradicionais incorporarem aspectos que permanecem inexplicados em seus quadros analíticos quando se trata do tema.

Outro tema que costuma acompanhar a agenda ambiental é o de Direitos Humanos. Nas palavras de Bilbao e Mujica (2017) esses temas são, inclusive, responsáveis por deixar a agenda de pesquisa em RI mais global, trazendo a periferia do sistema para o debate acadêmico. Em nossa amostra, encontramos três artigos a respeito: Bob (2009), Bilbao e Mujica (2017) e Souza *et al.* (2018). Representando publicações de países diferentes, Colômbia (*Colombia Internacional*), México (*Estudios Sociológicos*) e Brasil (Revista de Direito Internacional), respectivamente, isso nos sugere uma saliência e interesse no tema na região.

Começando pelo artigo de Bilbao e Mujica (2017), os autores questionam a centralidade ou não dos direitos humanos nas TRI, avaliando se houve ou não uma mudança epistemológica e ontológica da disciplina tradicionalmente focada no Estado. A conclusão que eles chegam, através da análise de diversas obras de TRI, é de que essa mudança não ocorreu. O tema ainda não foi suficientemente abraçado

pelas teorias, apesar da constante alegação de sua importância com a virada para o século XXI. O foco das explicações da política internacional continua sendo o Estado, o interesse nacional e sua soberania (Bilbao; Mujica, 2017).

Dada a centralidade do Estado, Souza *et al.* (2018) questionam então como as normas internacionais de direitos humanos são acolhidas pelo direito brasileiro por meio de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), particularmente o Sistema Interamericano de Direitos Humanos em litígios. Mas, ao invés de recorrer às teorias realista e liberal de Relações Internacionais, os autores se ancoram na abordagem construtivista, que também entende o Estado como ator central, mas abre espaço para entender a forma como os Estados respondem às normas de direitos humanos. Dessa forma, os autores acreditam que uma de suas contribuições é mostrar que é possível analisar o fenômeno a partir de abordagem teórica construtivista de relações internacionais (Souza *et al.*, 2018).

Mas a abordagem construtivista também possui suas limitações. Já em 2009, Bob (2009) questiona até que ponto essa teoria ajuda a explicar a adoção de novos direitos por parte do Estado. Para o autor, a literatura construtivista nem sempre leva em consideração a disputa política que envolve a influência de empresários nos processos de tomada de decisão de Estados e organizações internacionais em prol ou contra a adoção de normas, sejam elas novas ou já existentes. Com essa crítica em mente, Bob (2009) propõe um modelo de análise temática para mudanças de normas internacionais sobre direitos humanos, levando em conta as demandas de atores domésticos específicos. Ou seja, destaca que para reformular a agenda sobre direitos humanos é preciso considerar questões políticas, não necessariamente técnicas.

A dificuldade na utilização da teoria para explicação dos fenômenos recentes, para além do conflito e da cooperação, também é sentida nos estudos sobre regionalismo e processos de integração regional. Diante da insuficiência dos recursos analíticos da teoria para explicar as causas da desintegração da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Mijares e Nolte (2022) propõem a união das três principais abordagens para captar a complexidade do fenômeno: o realismo neoclássico, o liberalismo institucional e o construtivismo social, o que chama de ecletismo analítico. É a partir da complementariedade entre as abordagens que os autores acreditam que é possível compreender fenômenos de complexidade semelhante. Nesse caso, acreditam que a Unasul se trata caso atípico na história do regionalismo latino-

americano, normalmente marcado pela continuidade das organizações regionais (Mijares; Nolte, 2022).

Nossa amostra indica que o tema do Regionalismo ganhou espaço de debate teórico na América Latina a partir de 2017. Nesse momento, historicamente, as negociações entre Mercosul (Mercado Comum do Sul) e União Europeia avançavam em direção a um acordo de livre comércio após um longo período de impasse nas negociações. É nesse contexto que são publicados os artigos de Kleinschmidt e Pérez (2017) e Vu (2017). Enquanto Kleinschmidt e Pérez (2017) apresentam uma nova interpretação para os regionalismos na América Latina, a partir da Teoria dos Sistemas Sociais, tendo em vista as limitações da teoria neo-funcionalista para compreensão dos processos de integração regional, Vu (2017) volta sua atenção para a região do Sudeste Asiático. Nesse sentido, questiona as capacidades de liderança da China na região, tendo em vista a disputa de hegemonia com outras potências, como Estados Unidos, Japão e Índia e, principalmente, uma falha na teoria de liderança em explicar a mobilização de recursos por parte de um Estado para ganhar influência.

A maior participação dos estudos teóricos a partir do Sul Global ainda parece insuficiente para uma mudança no estado da arte da disciplina. Pelo menos é o que argumenta Matos-Ala (2017), que discute em seu artigo como que nas teorias de relações internacionais existe um predomínio do conhecimento ocidental e a falta de espaço para saberes não-ocidentais. Ao apresentar um caso prático de esforços que foram feitos no ensino para diversificar o curso de TRI, o autor incentiva outras experiências de ensino em regiões do Sul Global, como América Latina e Ásia.

Para uma maior diversificação no ensino de teoria, Batalla (2018) também destaca a importância em se utilizar o pensamento latino-americano para a compreensão dos fenômenos internacionais e, especificamente, da política externa dos países da região. Partindo da análise dos programas dos cursos de graduação e pós-graduação no Uruguai, a autora defende a ideia de que o uso do pensamento latino-americano, a partir, por exemplo, das contribuições das teorias de dependência, autonomia e desenvolvimento, facilita o entendimento sobre a inserção internacional do país e seus objetivos de política externa por meio da integração regional. Nesse sentido, uma cooperação regional entre instituições acadêmicas da região torna-se também fundamental para o desenvolvimento da disciplina a partir da circulação de ideias e experiências de pesquisa (Batalla, 2018).

O que esses dois estudos mostram é não apenas uma preocupação com os rumos e as formas com as quais a disciplina tem se moldado, mas também destacam a importância que um pensamento próprio possui para uma mudança no seu aspecto fundacional: as teorias de relações internacionais. Estas últimas precisariam, portanto, ser mais inclusivas em sua capacidade de explicar realidades distintas do centro do sistema internacional. Sendo assim, o argentino Bernal-Meza (2018) ressalta como a teoria da "insubordinação fundante", desenvolvida pelo também argentino Marcelo Gullo (2008), marca a tentativa dos estudos latino-americanos de questionar as estruturas de poder hegemônicas, visível principalmente no predomínio das teorias de relações internacionais norte-americanas. A teoria propõe que os Estados da região alcancem autonomia e desenvolvimento por meio do: questionamento sobre as condições dos Estados subordinantes e Estados subordinados; a construção do poder nacional desses Estados através do desenvolvimento industrial e formação de elites políticas conscientes dessa subordinação e; a rejeição a teorias e práticas formuladas no centro, mas que não correspondam às necessidades e aspirações da América Latina (Bernal-Meza, 2018). No Brasil, Lessa (2005) discute a existência de um pensamento brasileiro de RI baseado na subárea de História das Relações Internacionais.

Relembrar como os teóricos latino-americanos propõem uma agenda de pesquisa mais atualizada a partir das realidades locais é também uma tarefa no estudo de Julião (2011), no qual apresenta como a contribuição do brasileiro Hélio Jaguaribe (1979) oferece ferramentas analíticas para entender as relações internacionais na região. Os conceitos de hegemonia cêntrica e autonomia periférica ao partirem da ideia da dicotomia centro-periferia, aliam-se em uma estratégia política possível de ser adotada pelos países periféricos. Essa estratégia consistiria na aproximação dos países em condição semelhante, através, por exemplo, de processos de integração regional, que além de fortalecerem internamente esses Estados, também ajudaria a diminuir as relações de dependência com o centro (Julião, 2011). Além da autonomia, Chenou e Quiliconi (2020) acrescenta a teoria da dependência e as teorias sobre regionalismos como teorias importantes para as relações internacionais.

Como podemos observar, o predomínio do Norte Global nas Relações Internacionais passa a incomodar os estudiosos latino-americanos que, entre outros fatores, acreditam que o campo deveria dar mais protagonismo aos Estados periféricos, uma vez que estes têm muito a contribuir para a compreensão dos

fenômenos internacionais, já que afetam não apenas a um Estado, mas a todos no globo. Podemos citar, por exemplo, os fenômenos da globalização, paz, conflitos, desigualdade econômica, mudanças climáticas, identidade, entre outros. Nessa perspectiva surgem os chamados Estudos Globais, ou Relações Internacionais Globais, termo difundido e defendido por Amitav Acharya (2021), que representa não uma nova teoria de RI, mas um programa de pesquisa que dialoga com as teorias *mainstream* ou não, a fim de incluir mais vozes, histórias e atores tradicionalmente marginalizados na disciplina. Dessa forma, os Estudos Globais atuam como forma de ampliar a disciplina (Acharya, 2021).

Na América Latina esses estudos aparecerem recentemente, considerando a nossa amostra. Em 2020, dois artigos publicados na *Colombia Internacional* se destacam: Deciancio e Míguez (2020) e Lemus-Delgado e Navarro (2020). No primeiro, as pesquisadoras da Argentina mostram como os Estudos Globais, juntamente com as TRI, podem ajudar nos estudos sobre externa na região, pois possibilitam a integração dos níveis global, internacional, regional e nacional nas análises sobre o tema. Assim, apresentam um novo modelo de análise de política externa para os países periféricos (Deciancio; Míguez, 2020). No segundo artigo, e Lemus-Delgado e Navarro (2020) exploram como a utilização das ferramentas metodológicas da ciência de dados pode contribuir para pesquisa de Estudos Globais de forma mais democrática.

Todos os temas até aqui apresentados e representados na nossa amostra convergem para o principal tema que classificamos nos estudos sobre teoria de relações internacionais na América Latina. Os artigos que chamamos de metateóricos representam 28% (12 artigos) da amostra e estão presentes em quase todos os recortes temporais, de 2001 a 2020. Os anos 2000 concentram especialmente boa parte desses artigos e depois entre 2016 e 2017.

Partindo de uma ontologia objetivista, Allan (2001) examina os elementos metateóricos dos núcleos dos principais programas de pesquisa em TRI e conclui que existe uma concentração em torno do realismo, liberalismo, globalismo e construtivismo. Assim como Allan (2001), Damin (2009) também recorre ao conceito de Programas de Pesquisa de Imre Lakatos (1978) para criticar o que ele chama de pensamento neoconservador no programa de pesquisa realista em relações internacionais. Mais especificamente, o autor propõe o neoconservadorismo como um

novo programa de pesquisa, diferente do realismo, capaz de oferecer uma visão alternativa que considere a importância da ideologia.

Já sob uma ótica reflexivista, o estudo de Saraiva (2006) recupera os principais autores e ideias da Escola Inglesa e mostra de que maneira podem contribuir para o estudo das relações internacionais no Sul Global. Essa preocupação com os estudos a partir da visão da região também aparece em Cerro (2008), artigo no qual o autor discute de forma crítica o papel nocivo da concepção universalista de TRI e a necessidade em se propor uma alternativa mais adequada ao Sul Global. Isso seria feito, por exemplo, a partir da utilização de conceitos criados na região sobre inserção internacional. Dessa forma, estudo das relações internacionais se beneficiaria mais com o uso de conceitos ao invés de teorias.

Entre as teorias de relações internacionais, os autores também sugerem novas interpretações e discussões. Assim, Sá (2017) apresenta uma nova interpretação do primeiro grande debate das TRI tendo o Marxismo de Rosa Luxemburgo como um dos protagonistas. Do ponto de vista do autor, essa abordagem inova ao enfraquecer a história da disciplina contada a partir dos grandes debates. Para ele, é preciso repensar os debates teóricos de RI adicionando novas abordagens, argumento também compartilhado por Hurrell (2016), pesquisador que defende a necessidade de ir além da crítica sobre a dominação ocidental nas TRI. Para Hurrell (2016), é preciso propor uma nova forma de pensar teoricamente a disciplina a partir da concepção crítica. Em vez de procurar diferenças artificiais entre as teorias de RI, os estudiosos deveriam procurar semelhanças, principalmente em termos de metodologia. Essa ideia é defendida por Canesin (2008) artigo no qual discute metodologia dentro de duas tradições teóricas que normalmente não são associadas a metodologia: a Escola Inglesa e a historiografia francesa.

Os artigos que chamamos de metateóricos propõem ainda, com uma ontologia pós-estrutural, dois tópicos relevantes no atual estado da arte da disciplina: o incentivo aos estudos normativos em Relações Internacionais, uma vez que estes podem dar voz aos atores políticos invisibilizados pelas teorias tradicionais (Urueña-Sánchez, 2020) e a discussão sobre o papel da ética dentro da crise do mundo moderno, tendo em vista a falha das teorias tradicionais em explicar o atual cenário internacional (Onuf, 2016).

Todas os questionamentos levantados por esses estudos também implicam em uma discussão sobre o ensino nas relações internacionais. Partindo da observação

de que o ensino tem como foco as grandes escolas de pensamento, enquanto a pesquisa costuma ser focada em teorias de médio alcance, Barasuol e Silva (2016) apresenta então as lacunas entre o ensino e pesquisa em TRI no Brasil. A autora identifica, entre outros fatores, que o ensino de Teoria de Relações Internacionais é baseado apenas na exposição de diferentes teorias, sem uma perspectiva crítica e sem uma discussão sobre seu papel e uso como ferramenta de pesquisa. Portanto, na visão de Barasuol e Silva (2016), o ensino em TRI está sendo negligenciado. Para a autora, é preciso ir além do uso de manuais e de modelos mercadológicos de pesquisa no ensino da disciplina.

Com tudo exposto, vemos que a agenda de teoria de relações internacionais na América Latina é diversa. Abarca desde estudos sobre a própria disciplina a temas de Segurança Internacional, Direitos Humanos, Regionalismos, Gênero e Governança Global. Ao longo dos 33 anos que cobrem essa análise, de 1990 a 2023, outras temáticas se fazem presente, embora em menor volume, são elas: Democracia, Neutralidade Política, Reforma Institucional, Paradiplomacia, Inserção Internacional, Pós-Colonialismo e Economia Política Internacional. O que essa diversidade parece nos apontar é a presença marcante da interdisciplinariedade na construção teórica das relações internacionais.

3.8 Os repositórios latino-americanos: *Redalyc* e *Latindex*

Uma das principais limitações do nosso desenho de pesquisa é a escolha pela base *SCImago*. Como esta é baseada nos dados da base *Scopus*, é justa a reflexão sobre sua falta de representatividade em relação a América Latina. A lógica por trás dessa escolha é o objetivo de analisar aquilo que é produzido nos periódicos latino-americanos, mas que de fato é lido para além da região. Nesse sentido, o fator de impacto desempenha um papel-chave nessa escolha. Contudo, persiste a necessidade de explorar e tentar entender a possível lacuna entre os artigos coletados, seguindo esse critério, e o que seria coletado através de bases mais representativas para a América Latina. Com isso em mente, resolvemos realizar uma análise exploratória dos artigos publicados nos repositórios *Redalyc* e *Latindex*.

Segundo seu site oficial⁹, o *Redalyc* (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*) é um repositório científico eletrônico de acesso gratuito, especializado na difusão de artigos científicos publicados em revistas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Este foi criado em 2002 pela *Universidad Autónoma del Estado de México* (UAEM) com o objetivo de promover a visibilidade e o acesso à produção científica gerada nos e sobre os países ibero-americanos. A plataforma serve como um repositório para as ciências sociais, humanas, naturais, entre outras. O *Redalyc* trabalha com o modelo de acesso aberto, o que significa que os usuários podem ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar os textos completos dos artigos sem necessidade de pedir permissão prévia do editor ou do autor, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Por sua vez, o *Latindex*¹⁰ também funciona como um repositório de revistas científicas, que são publicadas nos países da América Latina, no Caribe, Portugal e Espanha. Este é um pouco mais antigo e foi fundado em 1997, através da colaboração de várias instituições de ensino e organizações de pesquisa de diversos países da região. O objetivo do *Latindex* é promover a difusão e o aumento da visibilidade da produção científica dos países ibero-americanos. O repositório também é totalmente gratuito.

O plano A seria realizar as mesmas análises bibliométricas que realizamos no capítulo 2 sobre a produção global, contudo, duas questões impossibilitam essa tarefa. Primeiro, a baixa qualidade dos metadados dos artigos em comparação aos disponíveis na *Web of Science* e *Scopus* para utilizar os softwares que conhecemos. Portanto, uma limitação técnica e pragmática. A segunda questão seria o baixo número total de artigos que realmente seguem nossos critérios de seleção. Nesse sentido, o mais adequado seria utilizar a análise de conteúdo categorial, como realizado na base proveniente da *SCImago*. Essa será uma limitação importante de nossa pesquisa, mas que desejamos completar em pesquisas futuras. Assim, nos restou realizar uma análise exploratória possuindo como foco as palavras-chave dos artigos e buscando sua co-ocorrência nos artigos da *Redalyc* e *Latindex*. A ideia é entender se os temas são parecidos com aqueles que encontramos nos 43 artigos de nossa base para medir a possível lacuna entre nossa amostra e a produção dos repositórios locais. Em todas as análises eliminamos os artigos que não eram de países da América Latina, como Espanha e Portugal.

⁹ Link para o site: <https://www.redalyc.org/>.

¹⁰ Link para acesso: <https://www.latindex.org/latindex/>.

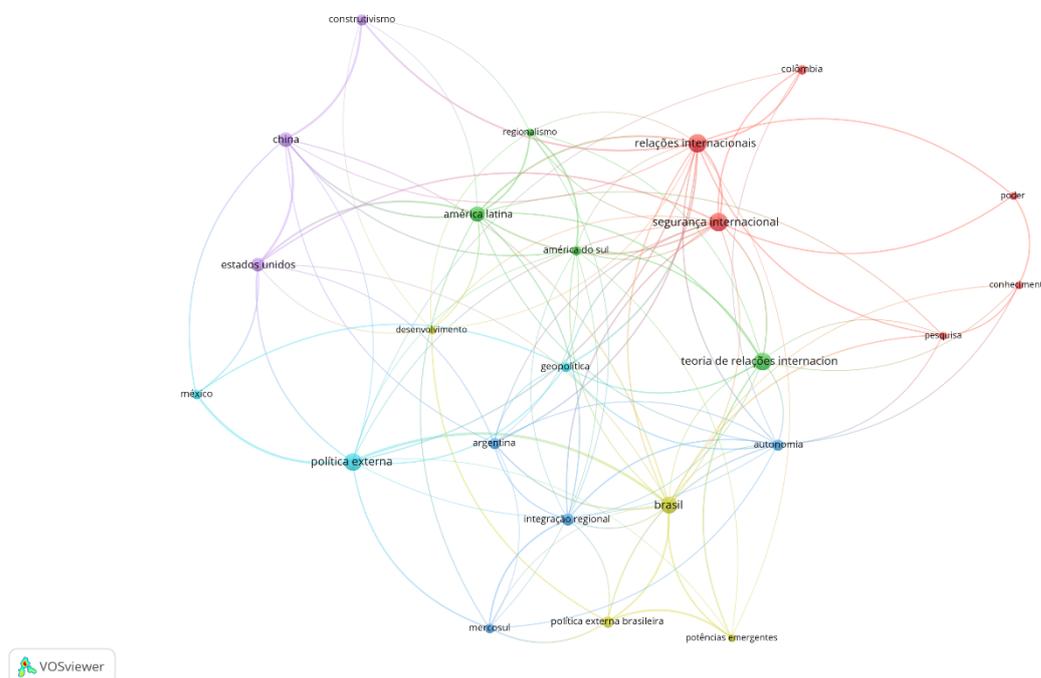
Tabela 6 – Artigos sobre TRI no Redalyc

País	Nome do periódico	Número de artigos
México	CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política	12
México	Estudios de Asia y África	3
México	Foro Internacional	28
México	México y la Cuenca del Pacífico	6
México	Migración y Desarrollo	3
México	Norteamérica. Revista Académica del CISAN-UNAM	9
Colômbia	OASIS	50
Colômbia	Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad	37
Brasil	Revista Brasileira de Política Internacional	73
Equador	URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad	12
Total		233

Fonte: Elaboração própria.

Utilizamos os mesmos filtros para coletar os artigos no mesmo repositório. Contudo, devido às limitações das bases *Redalyc* tivemos que realizar duas coletas sequenciadas. Primeiro, colocamos os termos e foi retornado 233 artigos. A distribuição por países e revistas pode ser visualizada na Tabela 6. Podemos notar uma baixa diversidade de países: México, Colômbia, Brasil e Equador. Realizamos nessa amostra uma análise de co-ocorrência de palavras-chaves e os resultados podem ser vistos na Figura 14. Podemos visualizar cinco clusters. O vermelho traz os artigos sobre a disciplina de Relações Internacionais e Segurança Internacional. No grupo verde temos Teoria de Relações Internacionais, América Latina e Regionalismo. No amarelo vemos o Brasil e a política externa brasileira. Em seguida, temos dois grupos que se entrecruzam: o azul mais claro com Política Externa, México e Geopolítica e o azul mais escuro com Argentina, Autonomia e Integração Regional. Por fim, temos o grupo mais distante de cor lilás, marcado pelas grandes potências que atuam na região: Estados Unidos e China. Além da única teoria clássica de RI, o Construtivismo. Nessa métrica os resultados encontrados estão em conformidade com aqueles encontrados em nossa base.

Figura 14 – Co-ocorrência de palavras-chaves nos 233 artigos sobre TRI coletados no *Redalyc*



Fonte: Elaboração própria.

Após aplicar os filtros referentes a presença do termo "Teoria de Relações Internacionais" para título, palavras-chave e resumo, a amostra de artigos do repositório *Redalyc* caiu de 233 para 54. Número próximo ao encontrado no nosso banco ($n = 43$). A representatividade de países continua a mesma de antes, mesmo com a diminuição de periódicos, como podemos ver na Tabela 7. O México continua dominando a amostra. Devido, ao baixo número de artigos não foi possível construir uma rede de co-ocorrência de palavras-chave para essa amostra. Passando para a amostra do *Latindex* é importante ressaltar que de fato existe uma grande diversidade de periódicos classificados na base como de Relações Internacionais, contando com grande representatividade, como apresentado na Tabela 8. Brasil (91), Argentina (41) e México (39) se destacam. Contudo, ao aplicar os filtros e pesquisar na base, só encontramos 38 artigos para 251 periódicos, como apresentado na Tabela 9. O elevado número de periódicos não representa um maior número total de artigos, mas traz mais diversidade. Interessante notar que os cinco periódicos chilenos dominam a amostra com 16 artigos.

Tabela 7 – Artigos sobre TRI no *Redalyc* após filtros mais restritos

País	Nome do periódico	Número de artigos
Brasil	Revista Brasileira de Política Internacional	24
Colômbia	OASIS	13
	Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad	11
Equador	URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad	1
México	CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política	2
	Foro Internacional	1
	México y la Cuenca del Pacífico	1
	Norteamérica. Revista Académica del CISAN-UNAM	1
Total		54

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8 – Diversidade de periódicos latino-americanos de Relações Internacionais no *Latindex*

País	Quantidade de periódicos
Argentina	41
Bolívia	3
Brasil	91
Chile	20
Colômbia	16
Costa Rica	4
Cuba	4
Equador	13
El Salvador	2
México	39
Nicarágua	1
Paraguai	2
Peru	4
República Dominicana	2
Uruguai	3
Venezuela	6
Total	251

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9 – Artigos sobre TRI no *Latindex*

País	Nome do periódico	Número de artigos
Argentina	Cuadernos de Política Exterior Argentina	2
Brasil	Carta Internacional	7
	Liinc em Revista	1
Chile	Estudios Internacionales	12
	Revista Cultura y Religión	1
	Revista de Ciencia Política	2
	Revista de Estudios Transfronterizos	1
Colômbia	Revista Humanismo y Sociedad	1
Equador	Comentario Internacional.	
	Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales	1
México	Anuario Mexicano de Derecho Internacional	1

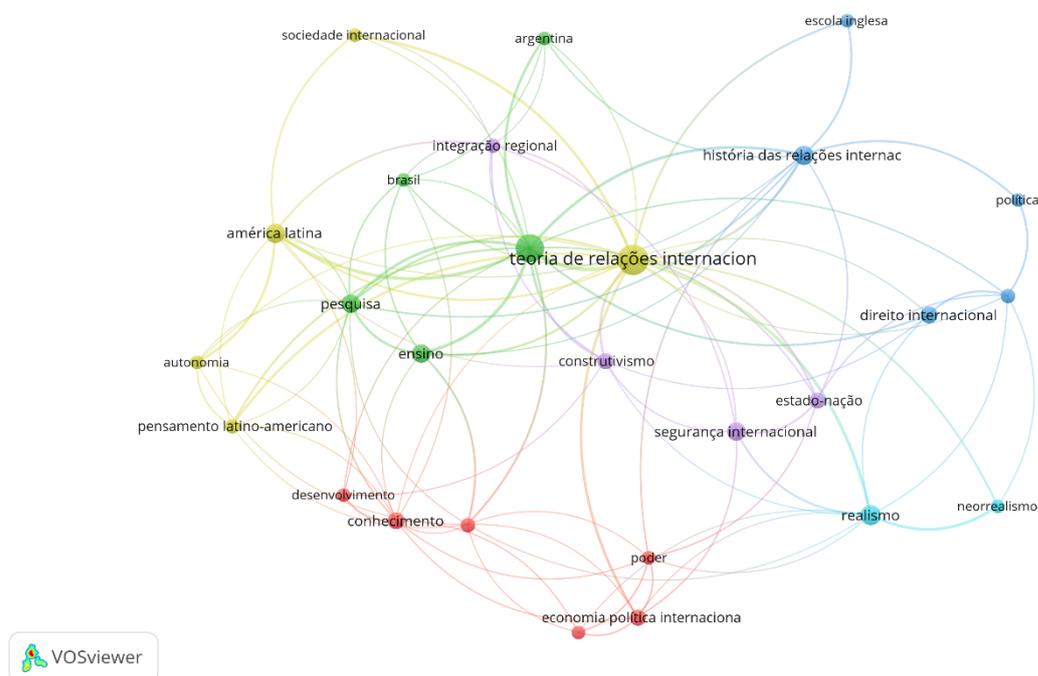
	Foro Internacional	2
	Norteamérica, Revista Académica del CISAN-UNAM	1
	Revista de El Colegio de San Luis	1
	Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales	1
Peru	Agenda Internacional	1
	Revista Peruana de Derecho Internacional	1
Uruguai	Cuadernos del Claeh	1
Venezuela	Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales	1
Total		38

Fonte: Elaboração própria.

Devido ao baixo número de artigos coletados tanto na *Redalyc* como no *Latindex*, optamos por mesclar as bases e realizar a análise de co-ocorrência de palavras-chave. Existiam dois artigos duplicados e após a sua exclusão a base mesclada contou com 90 artigos. O resultado pode ser visualizado na Figura 15. Existe a presença de cinco grupos temáticos. O primeiro, na cor azul, é formado por artigos voltados para a História da Relações Internacionais, Escola Inglesa e Direito Internacional. Existe forte coerência entre esses termos. No segundo grupo, azul claro, temos Realismo e Neorrealismo, que parecem isolados dos demais. Próximo desse grupo está o cluster lilás formado pela Segurança Internacional, Integração Regional e Construtivismo, mostrando que a América Latina discute segurança internacional em uma perspectiva menos tradicional, tendo em vista o caráter de nossas ameaças.

Os dois grupos no centro da rede novamente se entrecruzam. O verde formado por temas como Teoria de Relações Internacionais, Ensino e Pesquisa. E o grupo amarelo formado pelo termo "Relações Internacionais", referente a disciplina, junto com o Pensamento latino-americano e América Latina. Faz sentido que esses termos estejam correlacionados, devido a proposta de refletir tanto o desenvolvimento teórico da disciplina, como o ensino e pesquisa em Relações Internacionais dentro do contexto dos países latino-americanos. Por fim, podemos destacar o grupo vermelho, dominado pela Economia Política Internacional e a discussão sobre desenvolvimento e poder. Dentro do contexto da região, esses termos normalmente caminham juntos devido à forte influência da teoria da dependência. Mais uma vez não ocorrem surpresas em relação aos temas que aparecem nas redes. Grande parte dessa discussão é contemplada na nossa amostra.

Figura 15 – Rede de cocitações de palavras-chaves dos 90 artigos coletados a partir das bases *Redalyc e Latindex*



Fonte: Elaboração própria.

O objetivo dessa seção foi explorar a possível lacuna entre os resultados encontrados em nossa amostra coletada a partir da *SCImago* e amostras coletadas através dos mesmos filtros em repositórios especializados na produção científica latino-americana. Ressaltamos que essa análise foi exploratória e não é objetivo dessa tese utilizar essas bases, como justificamos na seção de metodologia. Devido a questões técnicas e pragmáticas, não foi possível aprofundar essas análises, mas algumas questões podem ser destacadas. Primeiro, o número coletado de artigos nas duas bases, individualmente, é semelhante ao nosso volume da nossa amostra inicial, tanto em termos quantitativos, quanto em termos de representatividade de países latino-americanos. Segundo, os grandes países continuam sendo aqueles com mais representantes na amostra, como esperado. Terceiro, os resultados encontrados na análise da rede de co-ocorrência de palavras-chave dos 90 artigos coletados nas duas bases seguem os resultados encontrados em nossa análise de conteúdo categorial. Não, existem, portanto, a partir desse dado exploratório e limitado, fortes indícios que a escolha pela *SCImago* tenha limitado nossos resultados em termos de representatividade. Devido a limitação técnica da análise exploratória de palavras-

chave, isso não é uma prova determinante, mas um indício positivo. Em outras palavras, nossas escolhas acarretam limitações, mas estas não parecem ser determinantes.

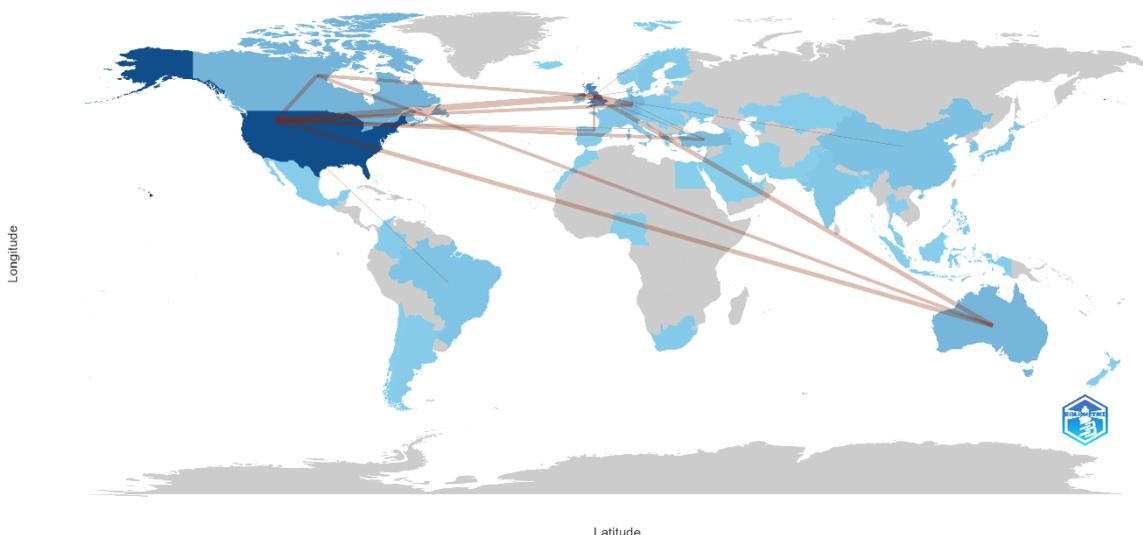
3.9 O lugar da América Latina na produção global de TRI

Dentro da crítica decolonial, a América Latina ocupa um lugar periférico na geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2002). Como na economia, os países da região estão posicionados à margem dos grandes debates, pois não possuem iguais condições de competir nesse mercado editorial competitivo. Segundo Hoffmann (1977), RI é uma disciplina estadunidense. Nossos achados no capítulo 2 dessa tese confirmam em parte esse domínio institucional, conceitual e intelectual da disciplina, especificamente na subárea de TRI. Contudo, também descobrimos que Turquia, Brasil e China ascenderam expressivamente nas estatísticas de produção de artigos sobre a temática nos últimos 30 anos. Então, de forma otimista, acreditamos que RI é cada vez mais uma disciplina internacional em sua produção teórica.

No capítulo 3 utilizamos a *SCImago*, como principal plataforma de pesquisa. Esta, por sua vez, produz seus rankings de fator de impacto a partir dos dados da *Scopus*, uma das duas plataformas que utilizamos no capítulo 2 (em combinação com a *Web of Science*). Devido a isso, utilizaremos alguns dados da *Scopus* para ilustrar o lugar que a América Latina ocupa atualmente na produção global de TRI. Por mais que a expectativas para o futuro pareçam promissoras, precisamos entender a situação atual.

Na Figura 16 encontramos as redes de colaboração entre os autores de diferentes regiões do mundo. Já no capítulo 2 destacamos que produzir TRI é uma atividade essencialmente individual e que quando os autores colaboram, estes o fazem com os seus compatriotas. Então, produzir um artigo de TRI com um pesquisador de outro país é algo raro pelos dados coletados nas duas bases internacionais. Todavia, no mapa apresentado ficam evidentes as redes de colaboração mais fortes, quanto mais vermelha é a linha, maior é a frequência de colaborações entre autores desses países.

Figura 16 – Rede de colaboração entre os estudos sobre TRI no mundo (Scopus)



Fonte: Elaboração própria.

O que observamos na prática é a relação de colaboração mais frequente entre os Estados Unidos e o Reino Unido (11 vezes), seguido de: Reino Unido-Alemanha (7 vezes), Reino Unido-Austrália (6 vezes) e Estados Unidos e Reino Unido-Austrália (6 vezes). Ou seja, o diálogo ocorre entre os países do Norte Global. Ao mesmo tempo é interessante observar que existem relações de colaboração bilaterais com "os novos emergentes", como no caso da relação EUA-Brasil e Reino Unido-China, com setas discretas no mapa da Figura 16. Confirmando a percepção de que existe uma ascensão desses países e da Turquia, que aparentemente ainda está mais isolada. Rússia também seria um caso de isolamento.

Em contrapartida, quando analisamos os dados presentes na Tabela 10 chegamos a algumas conclusões sobre a os países da América Latina e sua relação de colaboração com o resto do mundo em relação a subárea de TRI: a) o Brasil busca a Europa; b) os países do Norte Global buscam com pouca frequência países latino-americanos; c) a Argentina é o país da região que conversa com uma maior diversidade de países e; d) os Estados Unidos e o Canadá são os únicos que procuram o Brasil. Então, a América Latina parece viver uma espécie de isolacionismo.

Tabela 10 – Fluxo de colaboração entre os estudos de TRI da (e para) América Latina

De	Para	Frequência
Austrália	Argentina	1
Brasil	Grécia	1
Brasil	Itália	1
Canadá	Argentina	1
Canadá	Brasil	1
China	México	1
Alemanha	Argentina	1
Alemanha	Colômbia	1
Reino Unido	Argentina	1
Reino Unido	Chile	1
Estados Unidos	Argentina	1
Estados Unidos	Brasil	2

Fonte: Elaboração própria.

Antes de finalizar essa parte gostaríamos de apresentar algumas hipóteses explicativas para esse aparente isolamento dos pesquisadores latino-americanos em TRI, que podem ser exploradas em trabalhos futuros, tendo em vista o recorte de nossa análise. Primeiramente, os países da América Latina possuem dificuldades estruturais significativas em relação aos países do Norte Global. Faltam recursos para pesquisa, boas condições de ensino em muitas universidades públicas e pouca valorização política, econômica e social da carreira de professor-pesquisador. Falta acesso a muitos dos trabalhos mais recentes, principalmente quando os pesquisadores latino-americanos querem pesquisar em fontes bibliográficas do Sul Global. Isso pode ser um indicativo da falta de contato, em nossa amostra, com África e Ásia.

Segundo, existe uma barreira linguística importante. Os países latino-americanos historicamente possuem sociedades com altos níveis de desigualdade social. Nem todos os estudantes têm acesso a computador, internet e principalmente a um curso de inglês. Se grande parte da literatura é produzida em inglês, seria necessário fornecer aos alunos formas democráticas de apreender o idioma ou traduzir essas obras. Especialmente em TRI o problema é grave. Muitas obras importantes, com mais de 60 anos de existência, nunca foram traduzidas para espanhol ou português.

Terceiro, existe um sentimento de sempre está correndo atrás dos pesquisadores do Norte Global. Para ilustrar esse cenário de desigualdade perene imaginemos que muitos professores e estudantes de RI latino-americanos não possuem recursos nem acesso aos métodos experimentais dentro da pesquisa

científica. Imaginam que os experimentos estão restritos a outras ciências. Grande parte da literatura sobre experimentos em RI está exclusivamente em inglês e o acesso aos periódicos muitas vezes é pago em dólar. Enquanto estamos tentando entender o que são experimentos em RI, os países do Norte Global já estão discutindo o impacto do *Big Data*, inteligências artificiais, entre outras novidades da era digital.

Em resumo, acreditamos ser difícil inovar em termos de teoria e metodologia se o pesquisador não tiver acesso ao estado da arte da disciplina. Principalmente para construção e teste de teorias científicas. Acreditamos que somente a partir de políticas públicas de investimento na educação e com a construção de redes internacionais de pesquisa (verdadeiramente democráticas) poderemos superar esse lugar periférico. Vale ressaltar que isso não impossibilita as contribuições teóricas de latino-americanos, mas a dificulta como podemos notar pelos dados dos últimos 30 anos. O futuro parece promissor, contudo, o presente ainda parece desafiador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa tese foi mapear as bases institucionais, conceituais e intelectuais da produção teórica de Relações Internacionais da América Latina. Contudo, para entender as características dessa produção era necessário antes mapear a produção global. No capítulo 2 coletamos e analisamos a partir de técnicas bibliométricas 1.868 artigos retirados das principais bases de pesquisas científicas do mundo (*Web of Science* e *Scopus*) dentro do recorte temporal de 1993 à 2023. Defendemos que a década 1990 foi marcante para a disciplina de RI, com destaque para o seu desenvolvimento teórico, tendo em vista os desafios impostos pela nova configuração do sistema internacional pós Guerra Fria.

Por isso, adotamos um recorte temporal semelhante ao coletar 43 artigos de TRI produzidos nos 21 periódicos latino-americanos que conseguem ter um fator de impacto significativo para serem classificados na *SCImago*, principal plataforma de classificação de periódicos e países para produção científica. Devido ao tamanho limitado da amostra, não utilizamos as mesmas técnicas bibliográficas empregadas no capítulo 2. Optamos por uma análise exploratória combinada com a abordagem crítica-normativa. Existe, portanto, um *trade-off* entre os capítulos: a metodologia se adapta às necessidades impostas pelos tamanhos e características gerais das amostras.

Com tudo exposto, acreditamos que nossas principais contribuições podem ser definidas em seis grandes achados. Primeiro, as teorias e autores estadunidenses e britânicos continuam a dominar a subárea de TRI entre 1993-2023. No entanto, coexistem com a ascensão de novos atores regionais como: Turquia e Brasil, em termos de produção de artigos sobre o tema. Segundo, as abordagens positivistas continuam a fornecer as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas entre as teorias mais co-citadas. Contudo, existe uma participação importante das abordagens interpretativas, críticas e normativas, que podemos definir como pós-positivistas. Isso confirma o pluralismo teórico e metodológico da disciplina. Terceiro, os pesquisadores do Sul Global conseguem se destacar nos níveis absolutos de produção de artigo, como já destacado, mas não conseguem ser co-citados como fontes bibliográficas. Em outras palavras, países emergentes nunca produziram tanto, mas ainda não conseguem se tornar referência dentro de TRI.

A partir do enfoque na produção *da* América Latina em TRI, recorte pouco explorado, encontramos como quarto achado significativo a baixa diversidade institucional e nacional entre os latino-americanos que conseguem ter alto fator de impacto em TRI. Nesse sentido, os países que dominam a produção teórica da América Latina em RI são os atores clássicos: Brasil, Argentina, Colômbia, Chile e México. E dentro desses países a produção está concentrada em pesquisadores que representam grandes universidades a nível local e regional. Isso parece ser uma tendência global, pois encontramos o mesmo cenário na produção internacional, na qual os países mais importantes do Norte Global e os pesquisadores das instituições mais prestigiadas também dominam a amostra.

O quinto achado apresenta a pluralidade ontológica e epistemológica da produção latino-americana. Abordagens positivistas e pós-positivistas dividem nossa amostra, confirmando o pluralismo teórico da disciplina também na América Latina. Contudo, independente da abordagem, as referências continuam sendo os autores do Norte Global, especialmente estadunidenses, canadenses, britânicos e franceses. Por fim, ao longo dos últimos anos a produção latino-americana não conseguiu se tornar mais independente do conhecimento produzido no Norte Global. Em grande medida, ainda não produzimos teoria. Sempre utilizamos outro termo, como conceitos, modelos ou pensamento. Ao analisar as redes de cooperação internacional para pesquisa em TRI a América Latina parece isolada. Talvez esse receio em construir uma teoria latino-americana de Relações Internacionais seja resultado desse processo histórico e sociológico de silenciamento. Afinal, por que um pesquisador teria medo de utilizar o termo teoria?

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. Global international relations. *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Orgs.). **International relations theories: Discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, p. 304-321, 2021.
- ACHARYA, A.; BUZAN, B. Why is there no non-western international relations theory? ten years on. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 17, n. 3, p. 341–370, 2017.
- ADLER, E. Imagined (security) communities: cognitive regions in international relations. *In*: KIRTON, J. (Org.). **International Organization**. Londres: Routledge, p. 359–387, 2017.
- ALBUQUERQUE, R.; MESQUITA, R.; BRITO, R. Obscuridade metodológica: um mapeamento da formação em métodos na pós-graduação em relações internacionais e áreas afins no brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 39, p. 1-25, 2022.
- ALLAN, P. Ontologías y explicaciones en la teoría de las relaciones internacionales. **Revista de Ciencia Política**, v. 21, n. 1, p. 77–106, 2001.
- ALLISON, G. **Essence of decision**. Nova Iorque: HarperCollins Publishers, 1971.
- ANGELL, N. **The great illusion**. Nova Iorque: Cosimo Classics, 2010.
- ARDAO, A. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. Caracas: Editora Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. bibliometrix: An r-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.
- ARON, R. What is a theory of international relations? **Journal of International Affairs**, v. 21, n. 2, p. 185–206, 1967.
- ASHLEY, R. The poverty of neorealism. **International Organization**, v. 38, n. 2, p. 225–286, 1984.
- BALDWIN, D. **Neorealism and neoliberalism: The contemporary debate**. Columbia: Columbia University Press, 1993.
- BALLESTRIN, L. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013.
- BARASUOL, F.; SILVA, A. International relations theory in brazil: trends and challenges in teaching and research. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, p. 1-20, 2016.
- BARNETT, M.; FINNEMORE, M. **Rules for the world: International organizations in global politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

BARROS-PLATIAU, A. When emergent countries reform global governance of climate change: Brazil under Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 73–90, 2010.

BARROS-PLATIAU, A.; VARELLA, M.; SCHLEICHER, R. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política internacional**, v. 47, p. 100–130, 2004.

BATALLA, I. Los estudios internacionales en uruguay: la construccion de un campo disciplinar. **Análisis Político**, v. 31, n. 94, p. 137–153, 2018.

BERMÚDEZ, S.; LONDOÑO, M.; TICKNER, A. Los aportes de la perspectiva de género al conocimiento en las ciencias sociales, la teoría de las relaciones Internacionales y la concepción de los espacios. **Colombia Internacional**, n. 45, p. 27-38, 1999.

BERNAL-MEZA, R. Contemporary Latin American thinking on international relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. **Revista Brasileira de política internacional**, v. 59, n. 1, p. 1-32, 2016.

BERNAL-MEZA, R. Nuevas ideas en el pensamiento latinoamericano en asuntos internacionales. **Análisis Político**, v. 31, n. 94, p. 31–48, 2018.

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, v. 22, p. 289–321, 2009.

BILBAO, L.; MUJICA, R. Los derechos humanos en los textos clásicos y contemporáneos de las relaciones internacionales. **Estudios Sociológicos**, v. 11, n. 40, p. 201–230, 2017.

BOB, C. New human rights issues: Understanding their contentious rise. **Colombia Internacional**, n. 69, p. 14–35, 2009.

BONILLA, A. Teoría de las relaciones internacionales como discurso político: El caso de la guerra de las drogas. **Colombia Internacional**, n. 15, p. 18–25, 1991.

BUZAN, B.; JONES, C.; LITTLE, R. **The logic of anarchy: neorealism to structural realism**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

CALLE, F. La variable tipo de régimen en el análisis de las relaciones Internacionales de los noventa. **Colombia Internacional**, n. 33, p. 28–37, 1996.

CANESIN, C. A ordem e as forças profundas na escola inglesa de relações internacionais: em busca de uma possível francofonia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 123–136, 2008.

CARDOSO, F.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARR, E. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora UnB, 1981.

CARVALHO, T.; GABRIEL, J.; LOPES, D. “Atenção ao hiato”: Avaliando diferenças nas abordagens metodológicas entre as revistas brasileiras e as principais publicações de RI. **Contexto Internacional**, v. 43, p. 461–488, 2021.

CEPIK, M.; BRANCHER, P. Estrutura e agência nas relações internacionais: construção do estado e a evolução do sistema político internacional. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 6, n. 11, p. 159-196, 2017.

CERVO, A. Conceitos em relações internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 8–25, 2008.

CHAGAS-BASTOS, F. La invención de la inserción internacional: fundaciones intelectuales y evolución histórica del concepto. **Análisis Político**, v. 31, n. 94, p. 10-30, 2018.

CHECKEL, J. Theoretical pluralism in IR: Possibilities and limits. *In*: CARLNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Orgs.). **Handbook of International Relations**. Londres: Sage, p. 220–241, 2013.

CHENOU, J.; QUILICONI, C. Estudios globales: contribuciones latino-americanas en un mundo globalizado. **Colombia Internacional**, n. 102, p. 3–21, 2020.

CODATO, A.; MADEIRA, R.; BITTENCOURT, M. Political science in Latin America: a scientometric analysis. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, p. 1-35, 2020.

COSTA, E.; BACCARINI, M. Un security council decision-making: testing the bribery hypothesis. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 29–57, 2014.

COUTO, J. O pensamento desenvolvimentista de Raul Prebisch. **Economia e Sociedade**, v. 16, p. 45–64, 2007.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.

COX, R. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162–175, 1983.

COX, R.; SINCLAIR, T. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAMIN, C. A crítica neoconservadora ao programa de pesquisa realista: relações entre ideologia, política e ciência. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 2, n. 8, p. 33–62, 2009.

DECIANCIO, M.; MÍGUEZ, M. Contribuciones de los estudios globales al análisis de la política exterior: una aproximación metodológica. **Colombia Internacional**, n. 102, p. 87–112, 2020.

DERGHOUGASSIAN, K. De la guerra de los treinta años a la yihad en el siglo XXI: el conflicto religioso, ¿preludio de la secularización?. **Colombia internacional**, n. 78, p.15–46, 2013.

DING, Y.; CHOWDHURY, G.; FOO, S. Bibliometric cartography of information retrieval research by using co-word analysis. **Information Processing & Management**, v. 37, n. 6, p. 817–842, 2001.

DONNELLY, J. **Realism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DUNNE, T. **Inventing International Society: A History of the English School**. Nova Iorque: Springer, 1998.

DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Orgs.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

DUROSELLE, J. **Todo império perecerá**. Brasília: Editora UnB, 2000.

ELLIOTT SCHOOL OF INTERNATIONAL AFFAIRS. **Martha Finnemore, University Professor of Political Science and International Affairs**. 2024. Disponível em: <<https://elliott.gwu.edu/martha-finnemore>>. Acessado em: 12/02/2024.

ENLOE, C. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 1990.

ERBER, F. Perspectivas da América Latina em ciência e tecnologia. In: DOMINGUES, J.; MANEIRO, M. (Orgs.). **América Latina Hoje: Conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 337-362, 2006.

ERSKINE, T. Normative international relations theory. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Orgs.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, p. 237-262, 2021.

FARRET, R.; PINTO, S. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 30–42, 2011.

FERES JR., J. **A história do conceito de América Latina nos Estados Unidos: da linguagem comum ao discurso das ciências sociais**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

FERREIRA, T.; LIRA, V. In search of a lost treasure: cultural mapping studies in the field of political science and international relations in Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n. 1, p. 1-26, 2019.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. Seven reasons why: a user's guide to transparency and reproducibility. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, n. 2, p. 1-37, 2019.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?. **Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205-228, 2014.

- FRIED, E. Theories and models: What they are, what they are for, and what they are about. **Psychological Inquiry**, v. 31, n. 4, p. 336–344, 2020.
- FRÓIO, L. **O estado da arte das pesquisas em relações internacionais na América Latina**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8, 2012, Gramado.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- GALVÃO, T.; MROS, G. A genealogia do ensino da História para as Relações Internacionais. **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, v. 18, p. 1-17, 2017.
- GAVIÃO, L. Raízes da América Latina: origens e fundamentos de uma identidade. **Revista de História**, n. 180, p. 1-36, 2021.
- GERRING, J. **Social science methodology: A unified framework**. 2ª. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GILBERT, G. Referencing as persuasion. **Social Studies of Science**, v. 7, n. 1, p. 113–122, 1977.
- GILL, S. **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GOBAT, M. The invention of Latin America: A transnational history of anti-imperialism, democracy, and race. **The American Historical Review**, v. 118, n. 5, p. 1345–1375, 2013.
- GULLO, M. **La insubordinación fundante: Breve historia de la construcción del poder de las naciones**. Lima: Editora Biblios, 2008.
- GUZZINI, S. **Power, realism and constructivism**. Londres: Routledge, 2013.
- HAGE, J. O que é a doutrina Putin? a questão estratégica russa e a segurança nacional ampliada. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 11, n. 22, p. 10-32, 2022.
- HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- HARVARD UNIVERSITY. **Kathryn Sikkink, Ryan Family Professor of Human Rights Policy**. 2024. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/ksikkink/home>>. Acessado em: 12/02/2024.
- HERZ, M. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, v. 24, p. 7–40, 2002.

HOFFMANN, S. An American social science: International relations. **Daedalus**, v. 106, n. 3, p. 41–60, 1977.

HUDSON, V. The history and evolution of foreign policy analysis. *In*: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. (Orgs.). **Foreign policy: Theories, actors, cases**. Oxford: Oxford University Press, p. 13–34, 2008.

HURRELL, A. Towards the global study of international relations. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, p. 1-18, 2016.

JACKSON, P. **The conduct of inquiry in international relations: Philosophy of science and its implications for the study of world politics**. Londres: Routledge, 2016.

JAGUARIBE, H. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, v. 12, n. 46, p. 91–130, 1979.

JULIÃO, T. Teoria e história das relações internacionais: uma escola latino americana?. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 7, p. 51-66, 2011.

KAGEE, A. Postcolonial theory and international relations. **African Journal of Democracy and Governance**, v. 6, n. 1, p. 144–162, 2019.

KAPLAN, M. The new great debate: Traditionalism vs. science in international relations. **World Politics**, v. 19, n. 1, p. 1–20, 1966.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, R. **After hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton university press, 1984.

KEOHANE, R.; NYE JR., J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

KLEINSCHMIDT, J.; PÉREZ, P. Differentiation theory and the ontologies of regionalism in Latin America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, p. 1-21, 2017.

KNUTSEN, T. **A history of international relations theory**. Manchester: Manchester University Press, 2016.

KRISTENSEN, P. **International relations at the end: a sociological autopsy**. *International Studies Quarterly*, v. 62, n. 2, p. 245–259, 2018.

KRISTENSEN, P. The south in “global IR”: Worlding beyond the “non-west” in the case of Brazil. **International Studies Perspectives**, v. 22, n. 2, p. 218–239, 2021.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

KURKI, M.; WIGHT, C. International relations and social science. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Orgs.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, p. 13-32, 2021.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LAKE, D. Theory is dead, long live theory: The end of the great debates and the rise of eclecticism in international relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 567–587, 2013.

LAMONT, C. **Research Methods in International Relations**. Londres: Sage, 2022.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEBOW, R. **The quest for knowledge in international relations: how do we know?**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

LEITE, F.; FERES JR., J. A ciência na ciência política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1-53, 2021.

LEMUS-DELGADO, D.; NAVARRO, R. Ciencia de datos y estudios globales: aportaciones y desafíos metodológicos. **Colombia Internacional**, n. 102, p. 41–62, 2020.

LESSA, A. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em relações internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, p. 169–184, 2005.

LOPES, D.; NICOLINI, J.; CARVALHO, T. 200 Years of International Relations in Brazil: Issues, Theories, and Methods. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, 2022. Disponível em: <<https://oxfordre.com/internationalstudies/display/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-744>>. Acesso em: 12/01/2024.

LOUREIRO, F.; GUIMARÃES, F. Multidisciplinariedade e interdisciplinaridade na graduação em RI: o ensino de história e teoria das relações internacionais. **Mural Internacional**, v. 10, p. 1–13, 2019.

MARSH, D.; ERCAN, S.; FURLONG, P. A skin not a sweater: Ontology and epistemology in political science. In: LOWNDES, V.; MARSH, D.; STROKER, G. (Orgs.). **Theory and Methods in Political Science**. Londres: Palgrave Macmillan, p. 177-198, 2017.

MARTINS, C. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. **Pensata**, v. 3, n. 1, p. 30-64, 2013.

MATOS-ALA, J. Making the invisible, visible: challenging the knowledge structures inherent in international relations theory in order to create knowledge plural curricula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, p. 1-18, 2017.

MCCAIN, K. Mapping economics through the journal literature: An experiment in journal cocitation analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 4, p. 290-296, 1991.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S. Leaving theory behind: Why simplistic hypothesis testing is bad for international relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 427-457, 2013.

MEDEIROS, M. et al. What does the field of international relations look like in South America?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, p. 1-31, 2016.

MERTON, R. Priorities in scientific discovery: a chapter in the sociology of science. **American Sociological Review**, v. 22, n. 6, p. 635-659, 1957.

MERTON, R. The Matthew effect in science: The reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968.

MIGNOLO, W. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57-96, 2002.

MIGNOLO, W. **The idea of latin America**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2009.

MIJARES, V.; NOLTE, D. Unasur: An eclectic analytical perspective of its disintegration. **Colombia Internacional**, n. 111, p. 83-109, 2022.

MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 83-98, 1999.

MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 103-114, 2003.

MORELI, A. et al. O ensino de história das relações internacionais no Brasil. Perspectivas e ausências. **Carta Internacional**, v. 17, n. 2, p. 1-33, 2022.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora UnB, 2003.

NOVELLI, D. A identidade do campo das relações internacionais no Brasil: uma análise a partir da produção científica em seus principais periódicos na década de 2010. **Carta Internacional**, v. 17, n. 1, p. 1-27, 2022.

ONU, N. **Making Sense, Making Worlds: Constructivism in Social Theory and International Relations**. Londres: Routledge, 2013.

ONU, N. Many worlds, many theories, many rules: Formulating an ethical system for the world to come. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, p. 1-17, 2016.

ONU, N. **International Theory at the Margins: Neglected Essays, Recurring Themes**. Bristol: Bristol University Press, 2023.

PEREIRA, A.; SARDO, I. E. Os ciclos sistêmicos de acumulação na obra de Giovanni Arrighi: a crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 11, n. 21, p. 9-40, 2022.

PINTO, V. **Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

PONCE, P. Género, posmodernismo y relaciones internacionales: La identidad femenina en el discurso de las organizaciones internacionales. **Estudios Sociológicos**, v. 2, n. 3, p. 89–100, 2006.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107–126, 2005.

RENOUVIN, P. L'histoire contemporaine des relations internationales. orientation de recherches. **Revue Historique**, v. 211, n. 2, p. 233–255, 1954.

REZENDE, F. **O pluralismo inferencial na ciência política: teoria e evidências**. Curitiba: Editora Appris, 2023.

ROJAS, D. La intervención internacional: los desafíos de la conceptualización. **Colombia internacional**, n. 76, p. 81–109, 2012.

ROJAS-MIX, M. **Los cien nombres de América: eso que descubrió Colón**. Austin: Texas University Press, 1991.

ROLANDI, M.; MERELLO, M. Consideraciones teóricas-metodológicas para el análisis de la política internacional subestatal. **Colombia Internacional**, n. 90, p. 223–250, 2017.

ROSENAU, J. Comparative foreign policy: fad, fantasy, or field?. **International Studies Quarterly**, v. 12, n. 3, p. 296–329, 1968.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. Neutralidad y política mundial: una mirada desde las relaciones internacionales. **Análisis Político**, n. 40, p. 25–41, 2000.

SÁ, M. A presença oculta do marxismo na teoria de relações internacionais: Rosa Luxemburgo e o primeiro “grande debate”. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 5–21, 2017.

SALGANIK, M. **Bit by Bit: Social Research in the Digital Age**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Editora ENAP, 2021.

SANTANA, J.; GALDINO NETO, J.; CARVALHO, P. **O pluralismo teórico nas relações internacionais: Uma breve revisão de literatura**. Revista de Estudos Internacionais, v.8, n. 2, p. 170-183, 2017.

SANTOS, T. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

SARAIVA, J. Revisitando a escola inglesa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, p. 131–138, 2006.

SARAIVA, J. F. S. História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. [S.l.]: Editora Saraiva, 2008.

SCHWETHER, N.; MOURA, N.; MESQUITA, M. Desenho de pesquisa em relações internacionais: análise da cultura metodológica nos artigos da RBPI (1994-2017). **Mural Internacional**, v. 10, p. 1-15, 2019.

SEBBEN, F. América do Sul: comunidade de segurança ou paz violenta?. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 9, p. 79–108, 2010.

SIL, R.; KATZENSTEIN, P. Analytic eclecticism in the study of world politics: Reconfiguring problems and mechanisms across research traditions. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 2, p. 411–431, 2010.

SILVA, W. La relación postcolonial entre groenlandia y dinamarca en borgen. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 30, p. 15–40, 2021.

SMALL, H. Cited documents as concept symbols. **Social Studies of Science**, v. 8, n. 3, p. 327–340, 1978.

SMITH, S. The discipline of international relations: still an American social science? **The British Journal of Politics & International Relations**, v. 2, n. 3, p. 374–402, 2000.

SOUZA, I.; LEME, L.; SCHERF, E. Creating bridges between international relations theory and international human rights law: constructivism and the role of Brazil in the inter-American system of human rights. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, p. 179-198, 2018.

STARR, H. Rosenau, pre-theories and the evolution of the comparative study of foreign policy. **International Interactions**, v. 14, n. 1, p. 3–15, 1988.

SYLVESTER, C. **Feminist International Relations: an unfinished journey**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TENORIO-TRILLO, M. **Latin America: The allure and power of an idea**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

TICKNER, A. Seeing IR differently: notes from the third world. **Millennium**, v. 32, n. 2, p. 295–324, 2003.

TICKNER, A. Still policy dependent after all these years?. *In*: TICKNER, A.; WæVER, O. (Orgs.). **International relations scholarship around the world**. Londres: Routledge, p. 32-62, 2009.

TICKNER, A.; CEPEDA, C.; BERNAL, J. Enseñanza, investigación y política internacional (trip) en América Latina/teaching, research and international policy (trip) in Latin America. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 1, p. 5-47, 2013.

TICKNER, J. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 611–632, 1997.

TICKNER, J.; SJOBERG, L. Feminism. *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Orgs.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, p. 182-196, 2021.

URUEÑA-SÁNCHEZ, M. Las teorías subalternas de las relaciones internacionales y los mundos alternativos posibles. **Izquierdas**, n. 49, p. 1830–1854, 2020.

VARGAS, M.; CASTRO, A. O ensino e a pesquisa em relações internacionais no Brasil—sentidos e desafios da decolonialidade. **Oasis**, n. 32, p. 125-150, 2020.

VENTURA, D.; LINS, M. Educação superior e complexidade: integração entre disciplinas no campo das relações internacionais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, p. 104–131, 2014.

VILLA, R.; PIMENTA, M. Is international relations still an American social science discipline in Latin America? **Opinião Pública**, v. 23, p. 261–288, 2017.

VITELLI, M. A identidade estratégica do Brasil: política de defesa para um jogador global. **Colombia Internacional**, n. 85, p. 141–169, 2015.

VU, T. International leadership as a process: The case of China in southeast Asia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, p. 1-21, 2017.

WALKER, R. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 2010.

WEBER, C. **International relations theory: A critical introduction**. Londres: Routledge, 2020.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, M. Why is there no International Theory?. **International Relations**, v. 2, n. 1, p. 35–48, 1960.

WILSON, W. **Fourteen points**. *In*: Address to Congress. [S.l.], v. 8, p. 33-36, 1918.

WæVER, O. The sociology of a not so international discipline: American and European developments in international relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 687–727, 1998.

WæVER, O. Still a discipline after all these debates?. *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Orgs.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, p. 322-244, 2021.

ZELICOVICH, J. La teoría de gobernanza global como enfoque analítico y los puentes conceptuales con el debate latinoamericano. **Colombia Internacional**, n. 109, p. 171-195, 2022.

ZÜRN, M. **A theory of global governance: Authority, legitimacy, and contestation**. Oxford: Oxford University Press, 2018.